



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS – ENCE
RECONHECIDA PELO DECRETO N^o 51.163, DE 08/08/61, PUBLICADO NO D.O.
DE 16/08/61**

**MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO A PARTIR DAS UPPs: ESTUDO
DE CASO DA COMUNIDADE SANTA MARTA**

MARCOS THANUS NUNES ANDRADE

ORIENTADOR: CESAR AJARA

CO-ORIENTADOR: JOSÉ ANDRÉ DE MOURA BRITO

**RIO DE JANEIRO
2012**

Marcos Thanus Nunes Andrade

**PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO A PARTIR DAS UPPs: ESTUDO DE CASO DA
COMUNIDADE SANTA MARTA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Cesar Ajara

Co-Orientador: Prof. Dr. José André de Moura Brito

Rio de Janeiro, 13 agosto de 2012 Escola
Nacional de Ciências Estatísticas Instituto
Brasileiro de Geografia e Estatística – 2012

A553p Andrade, Marcos Thanus Nunes

Processo de gentrificação a partir das UPPs: estudo de caso da Comunidade Santa Marta / Marcos Thanus Nunes Andrade. – Rio de Janeiro, 2012.
156 f.

Inclui referências e anexo.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Ajara.

Coorientador: Prof. Dr. José André de Moura Brito

Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

1. Favelas – Rio de Janeiro(RJ) – Administração Municipal - Teses. 2. Gestão do Território – Rio de Janeiro(RJ) – Políticas Públicas - Teses. 3. Favelas – Rio de Janeiro(RJ) - Urbanização - Teses. I. Ajara, Cesar. II. Brito, José André de Moura. III. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). III. IBGE. IV. Título.

CDU: 711.585:352(815.3)



Marcos Thanus Nunes Andrade

**Processo de gentrificação a partir das UPPs: estudo de caso
da comunidade do Santa Marta.**

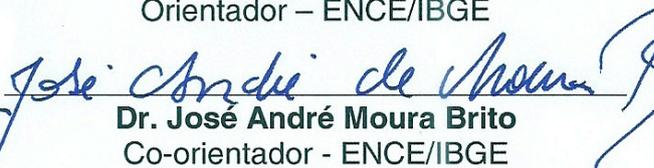
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Banca Examinadora:



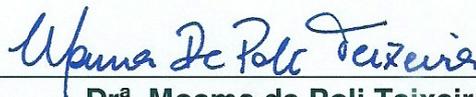
Dr. Cesar Ajara

Orientador – ENCE/IBGE



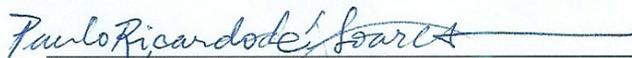
Dr. José André Moura Brito

Co-orientador - ENCE/IBGE



Dr^a. Moema de Poli Teixeira

ENCE/IBGE



Dr. Paulo Ricardo de Brito Soares

IBGE

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Professores Cesar Ajara e José André Moura Brito pela preciosa ajuda no processo de pesquisa e elaboração do trabalho. Agradeço à minha esposa Moema Pombo pela paciência, carinho e dedicação. Agradeço também aos meus colegas do IBGE, em especial à equipe da GTA.

RESUMO

Partindo de uma abordagem que procura conciliar a Geografia e a Economia Política e valendo-se dos dados do Censo 2010, em nível de setor censitário, o trabalho procura entender se há um processo de Gentrificação das favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro elegendo como estudo de caso a Comunidade do Santa Marta.

Em primeiro lugar foi revisada não só a literatura que trata da Gentrificação, mas também é discutida a visão de Gestão Municipal sob uma ótica Empreendedora. É então discutido como esta visão se aplicou no caso do Rio de Janeiro. A partir do Censo 2010 foi realizada uma caracterização socioeconômica da área de estudo. Então foram discutidos aspectos do mercado de habitação informal e, por fim, feito um estudo qualitativo através de entrevistas com os moradores da Comunidade Santa Marta.

Ainda que não tenha-se iniciado um vasto processo de expulsão branca dos moradores, já pôde-se perceber novos usos do espaço, em especial, aqueles voltados aos não residentes

Palavras-Chave: Gestão Municipal; Políticas Públicas ; Território; Gentrificação; Espaço Favela.

ABSTRACT

Using an approach that seeks to reconcile aspects of Critical Geography and Political Economy and drawing on data from the Census 2010, the work seeks to understand whether there is a process of Gentrification in the slums of the South Zone of Rio de Janeiro. The Community of Santa Marta was chosen as a case-study.

Firstly it was not only reviewed the literature on the Gentrification, but the concept is discussed under the optical of municipal management entrepreneurship. It is then discussed how this vision was applied in the case of Rio de Janeiro. From the 2010 Census was conducted a socioeconomic characterization of the study area. So were discussed aspects of the informal housing market and finally was made a qualitative study through interviews with residents of the Community Santa Marta.

Although it has not been initiated a broad process of expulsion of white residents, new uses of space, in particular those directed to non-residents could be noticed.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS E POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS, TOTAL E EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS, E NÚMERO DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS.....	82
TABELA 2 - PERCENTUAIS DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS SEGUNDO GRUPOS DE IDADE	84
TABELA 3 - PERCENTUAIS DE RAÇA/COR EM RELAÇÃO AOS TOTAIS PARA TODA A POPULAÇÃO E PARA OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS SEGUNDO NÍVEIS GEOGRÁFICOS SELECIONADOS.....	85
TABELA 4 - CLASSIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS.....	87
TABELA 5 - MORADORES EM TIPOS DE DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE.....	88
TABELA 6 - DOMICÍLIOS POR QUANTIDADE DE MORADORES POR SETOR CENSITÁRIO.....	88
TABELA 7 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ACESSO A ÁGUA POR REDE GERAL, ENERGIA ELÉTRICA E COLETA DE LIXO.....	89
TABELA 8 - PERCENTUAIS DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS SEGUNDO O TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	91
TABELA 9 - PERCENTUAIS DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS SEGUNDO O DESTINO DO LIXO.....	92
TABELA 10 - PERCENTUAIS DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA.....	92
TABELA 11 - RENDIMENTO NOMINAL MENSAL MÉDIO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES.....	94
TABELA 12 - RENDIMENTO NOMINAL MENSAL MÉDIO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM RENDIMENTO MAIOR QUE ZERO.....	94
TABELA 13 - RENDIMENTO NOMINAL MENSAL MÉDIO DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES.....	94
TABELA 14 - RENDIMENTO NOMINAL MENSAL MÉDIO DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS COM RENDIMENTO POSITIVO RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES.....	95
TABELA 15 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES.....	95

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SETORES CENSITÁRIOS E DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	82
FIGURA 2 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS POR NÚMERO DE MORADORES E POR SETOR CENSITÁRIOS.....	89
FIGURA 3 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA CONDIÇÃO ALUGADO POR SETOR CENSITÁRIO.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - EMPREENDEDORISMO URBANO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E UPPS	15
1.1 - O QUE É GENTRIFICAÇÃO?	15
1.2 – MERCADO, TEORIA DA LOCALIZAÇÃO RESIDENCIAL E GENTRIFICAÇÃO.....	18
1.3 – A GOVERNANÇA URBANA EMPREENDEDORA E OS ARGUMENTOS GLOBAIS PARA A OCORRÊNCIA DA GENTRIFICAÇÃO	28
1.4 – A IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO URBANO NO RIO DE JANEIRO	42
1.5 – RIO DE JANEIRO, CIDADE OLÍMPICA.	61
CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO FAVELA E O SANTA MARTA	69
2.1 - O PENSAMENTO SOBRE AS FAVELAS	69
2.2 – OS AGREGADOS SUBNORMAIS	80
2.3 – O SANTA MARTA	86
CAPÍTULO 3 – O MERCADO DE HABITAÇÃO INFORMAL	99
3.1 – OS ASSENTAMENTOS POPULARES INFORMAIS COMO RESULTADO DE 3 LÓGICAS SIMULTÂNEAS DE COORDENAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE UM ARCABOUÇO INSTITUCIONAL PRÓPRIO.	100
3.2 – <i>CONCEITUANDO O MERCADO INFORMAL DE SOLO EM ASSENTAMENTOS POPULARES INFORMAIS</i>	105
CAPÍTULO 4 – GENTRIFICAÇÃO NO SANTA MARTA?	112
4.1 – COMUNIDADE OU FAVELA?	113
4.2 – A GEOGRAFIA DO PREÇO DO IMÓVEL.....	120
4.3 – MERCADO IMOBILIÁRIO E CUSTO DE VIDA.....	127
4.4 – CORAÇÕES E MENTES	132
CONCLUSÕES	140
REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS	146
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	154

INTRODUÇÃO

A Cidade do Rio de Janeiro, a partir de quando deixou de ser Capital Federal, sofreu um longo processo de decadência econômica e, paralelamente, de aceleração da favelização. À problemática da pobreza e da exclusão social, a partir dos anos 80, foi se somando a da violência urbana devido à ascensão do poder do narcotráfico, que aos poucos foi ganhando uma atenta cobertura midiática, fazendo parte do discurso dos dirigentes políticos e de ações de enfrentamento direto.

O varejo de drogas está presente em praticamente todas as grandes cidades do mundo, considerando as suas mais variadas formas de comercialização, uma convivência do poder público e o uso de violência. No entanto, a Cidade do Rio de Janeiro ganhou destaque internacional devido a seguinte peculiaridade: a ostentação de armamento pesado, que dificultava as ações de enfrentamento direto da polícia convencional, espalhava a sensação de medo e da insegurança na população, além de despertar o fascínio dos jovens habitantes das áreas carentes em relação a uma possível carreira no mundo do crime.

O Estado respondeu com o reequipamento da Polícia Civil e Militar, com o investimento em centrais de inteligência e com a formação de tropas especiais que receberam um treinamento e um equipamento diferenciado das polícias convencionais. Essas medidas possibilitaram que a polícia estivesse mais apta a situações de confronto com os narcotraficantes do varejo das áreas favelizadas.

Essas ações fizeram com que as polícias prendessem quase todo o comando do narcotráfico de varejo, aumentassem as apreensões de armas e de entorpecentes e que lograssem vitórias importantes em territórios controlados pelo narcotráfico. Ainda que o poderio bélico da polícia tenha significado sucesso do ponto de vista da reafirmação do poder do Estado, esse poderio não se refletiu significativamente no que concerne à redução na violência associada ao narcotráfico, tampouco o desmantelamento desses grupos armados.

Mesmo com as favelas sendo constantemente alvo de incursões policiais, não havia a permanência de policiamento dessas áreas. Finalizada e, muitas vezes, bem

sucedidas essas incursões, persistiam os problemas sociais, quais sejam: a precariedade nas moradias, a falta de perspectivas econômicas e a falta da presença do Estado em outras instâncias que não a coercitiva. Isso significava a existência de um terreno fértil para a reorganização do varejo de entorpecentes, que voltava rapidamente às suas atividades e a persistente ostentação de armamento.

Nesse sentido, a política das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) consiste em uma inovação na maneira de lidar com a questão dos grupos do varejo de drogas localizados em comunidades carentes. Primeiramente, porque está focada na expulsão dos grupos armados através de uma estratégia que evita o conflito. Avisa-se com antecedência que haverá a ocupação da área com a mobilização de um grande efetivo. Dessa forma, os varejistas armados tendem a ou se retirar do local, perdendo, portanto, a garantia de segurança territorial que os impedia de serem detidos e protegia suas atividades, ou a simplesmente tendo que se entregar.

Em segundo lugar, porque, uma vez implementada uma Unidade de Polícia Pacificadora, ocorre a permanência do policiamento na área evitando o regresso dos narcotraficantes armados, ou pelo menos a ostentação de armamento pesado por parte dos varejistas que ainda atuam no local. Esse policiamento é feito por novos policiais, que passaram por um treinamento específico para exercer esse tipo de serviço. Treinamento esse que tenta fornecer uma lógica de “prestação de serviço”, contrária a uma “lógica de guerra”, que, segundo o próprio Secretário de Segurança do Estado José Mariano Beltrame (2011), era própria da polícia do Rio de Janeiro devido à realidade que enfrentava diariamente.

Em terceiro, porque tenta, ao menos em parte, reduzir o grave problema de baixa remuneração dos policiais concedendo uma bolsa especial para aqueles que atuam nessas unidades, com o objetivo de tentar reduzir os incentivos à corrupção, grave problema que atinge a polícia convencional.

Ainda que a policiamento permanente desses locais não resolva as questões sociais discutidas e salientadas pelos analistas como as causas que levaram a proliferação dos popularmente conhecidos poderes paralelos que se constituíram nessas áreas onde foram implementadas, as UPPs podem constituir uma importante porta de entrada para outros segmentos do Estado (como o da Saúde, o da Cultura, do Esporte e da Educação) e mesmo da sociedade civil com o objetivo de mitigá-los.

Deve-se salientar que objetivo do presente trabalho de dissertação não tem o objetivo de criticar a política de segurança pública das UPPs, mas algumas observações nesse sentido podem ser brevemente citadas. Foca-se, principalmente, nas favelas da Zona Sul e do Maciço da Tijuca, ou seja, na principal área turística da cidade assim como na de habitação das classes abastadas cariocas, quando o problema é generalizado em todas as áreas da cidade. Dado tal direcionamento geográfico, não há como dissociar tal iniciativa de uma estratégia de urbanismo que se articula, por exemplo na necessidade de preparar a cidade para sediar dois megaeventos esportivos a serem realizados: a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Outra observação pertinente é que foca-se nas áreas de domínio das facções de narcotraficantes varejistas armados presentes em áreas carentes, quando há, de forma cada vez mais evidente, a proliferação de uma outra forma de atividade criminosa organizada, que ganha cada vez mais força: as Milícias Armadas, outrora conhecidas como Polícias Mineiras. As milícias são formadas principalmente por policiais, ex policiais, bombeiros e ex bombeiros. Grupos esses, que ao contrário daqueles contemplados pelas UPPs, têm um projeto político e presença efetiva no Estado. Ainda que grande parte dos líderes tenha sido presa, tais grupos esses grupos têm se multiplicado e ampliado as suas atividades.

A questão que aqui merece atenção é que, por um lado, as UPPs podem representar uma alavanca cidadã, abrindo portas para serviços estatais antes não disponibilizados às populações residentes nas áreas contempladas, além de iniciativas da sociedade civil que possam promover políticas de trabalho e renda, saúde, educação, cultura, etc. Por outro lado, podem representar, no sentido teorizado pelo Geógrafo Neil Smith (1996), espaços para a Gentrificação, ou enobrecimento dessas áreas. Uma vez que, apesar de constituírem-se em espaços marcados pela degradação habitacional e urbanística, localizam-se em regiões com grande potencial turístico ou para a construção de habitações nobres.

O presente trabalho de dissertação está dividido da seguinte forma:

O Capítulo 1 consiste em uma revisão da literatura sobre a Governança Empreendedora da Cidade. Uma primeira seção traz uma explanação sobre o fenômeno da emergência dessa forma de governança da cidade, onde o governo deixa de lado um comportamento administrativista regulador, próprio de uma lógica de acumulação

capitalista fordista keynesiana e parte para uma postura de antecipação facilitadora em relação ao capital, característico da acumulação flexível de capital, que emerge a partir da crise urbana dos anos 70. Essa forma de atuação busca a negociação com o capital, com o objetivo de atrair investimentos e conduzir estratégias de desenvolvimento específicas que tem na Parceria Público-Privada a mola condutora da intervenção urbanística. Argumenta-se que o Empreendedorismo Urbano é comum a governos de cidades com características geográficas e econômicas distintas, além de governos oriundos de bases políticas e ideológicas distintas.

Em uma segunda parte, recupera-se a ascensão do Empreendedorismo Urbano no Rio de Janeiro. Com base no trabalho de Compans (2005), argumenta-se que ao contrário das imposições da concorrência interurbana, conforme proposto por Harvey (2005) e do papel institucional, destacado por Hacksworth (2007), as razões para a emergência da Governança Empreendedora foram políticas. A elite dirigente carioca apropriou-se da argumentação, da metodologia de implantação e da experiência Catalã, com o objetivo de consolidar o seu poder, apesar do pretense objetivo de adequar a Cidade do Rio de Janeiro à concorrência internacional. Mais especificamente, a transformação da cidade em um centro do terciário avançado internacional.

Em uma terceira parte, a Gentrificação é vista como uma consequência da nova forma de Governança Urbana e é revista a teorização de Neil Smith a respeito do processo. Enquanto a teoria econômica neoclássica a respeito da localização residencial veria os casos de gentrificação, ou enobrecimento de áreas urbanas degradadas como sendo exceções à regra, uma vez que a renda da terra é vista como decrescente em relação à distância ao Distrito Central de Negócios, ou mais geralmente, a região mais valorizada da cidade, o geógrafo propõe a existência de vales na curva distância x preço, correspondendo à regiões degradadas.

Estas regiões são em um primeiro momento alvo de desinvestimentos (expresso, por exemplo, no abandono da manutenção dos imóveis), ou abandono completo e são de uso residencial das populações menos favorecidas. Em um segundo momento, explicado a partir do movimento de capitais, impulsionado pela ação facilitadora do Estado Empreendedor, através de políticas empreendedoras, há um retorno do investimento para essas áreas, favorecendo a recolocação das camadas mais abastadas da população.

O Capítulo 2 traz uma análise dos dados disponíveis do Censo 2010 para uma caracterização socioeconômica dos Aglomerados Subnormais e da área de estudo, a Comunidade Santa Marta, a fim de situar a população residente que participa do mercado que está instalado nessa região.

O Capítulo 3 examina as características do mercado informal de imóveis que opera nas favelas cariocas. É discutida a literatura a esse respeito, com ênfase no trabalho da Rede Infosolo, que, no caso do Rio de Janeiro, realizou uma pesquisa de campo em 15 favelas do Rio de Janeiro e produziu informações relevantes sobre o comportamento do mercado de habitação nessas áreas.

O Capítulo 4 pretende refletir sobre um possível início de um processo de gentrificação em curso na comunidade Santa Marta. Para isso foram feitas entrevistas de cunho qualitativo junto os residentes do local. A partir da análise do discurso dos moradores dessa área, pretende-se, em primeiro lugar, estabelecer como os próprios têm visto as mudanças que ocorreram em seu espaço de moradia, e em que medida elas são vistas pelos próprios como benéficas. Além disso busca-se a presença de sinais de novos usos do espaço e alterações na dinâmica do território que podem ser identificadas com o fenômeno da gentrificação.

Resumindo-se, pretende, a partir da combinação das perspectivas teóricas estabelecidas nos capítulos anteriores, estudar o fenômeno da gentrificação segundo uma ótica multiescalar, reconhecendo os limites impostos pelo espaço favela e a informalidade que o caracteriza, seja ela do ponto de vista urbanístico, construtivo, imobiliário e as tentativas do poder público de contestá-la a partir da nova política de segurança das UPPs.

O processo de gentrificação¹ de regiões degradadas das áreas urbanas centrais é interpretado no presente trabalho, partindo das propostas dos Geógrafos David Harvey e Neil Smith, como uma das consequências de um processo global, onde uma forma Governança Urbana Empreendedora emerge nas cidades dialeticamente relacionada a uma mudança na dinâmica da acumulação capitalista, a partir da crise dos anos 70. Apesar de sua emergência em escala global, é um fenômeno visível na escala da vizinhança possibilitando, portanto, o desenho de um arcabouço teórico que entenda o processo nessa escala. O objetivos desse capítulo são apresentar a discussão realizada na literatura do processo de gentrificação e trazer à discussão uma recuperação da trajetória do Empreendedorismo Carioca.

O comportamento da aliança de poder que atua na Cidade do Rio de Janeiro age na consolidação de um consenso em torno de projetos de renovação urbana e econômica da cidade a partir de bases lançadas pelo Governo César Maia (eleito em 1992) que elege a Cidade de Barcelona como modelo fundamental.

Por último, é pretendida uma interpretação da atualidade do Urbanismo Carioca que o vê como uma a consolidação política desse projeto.

1.1 - O QUE É GENTRIFICAÇÃO?

¹ Trata-se de um anglicanismo derivado da palavra “gentrification” derivado de “gentry” ou rico, abastado em Inglês. Algumas vezes o termo original em inglês aparece na literatura traduzido segundo expressões como “enobrecimento de regiões degradadas”, como no caso de Harvey (2001). Optou-se por insistir no anglicanismo devido ao uso cada vez mais corrente na literatura científica e na mídia, assim como pelo caráter internacional do processo, que em tempos de Globalização, ocorre em diversas cidades em todo mundo, tornando-se realidade em diversas regiões do globo.

O termo Gentrificação, cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass (1964), significava o processo de recolonização das áreas centrais decadentes pelos membros das classes médias e altas. Essa gentrificação diretamente articula-se à teoria do Rent-Gap (ver 1.2), baseada na historização de um processo que, a partir da reabilitação de moradias populares, ocorreu nas regiões centrais degradadas das Cidades Controle que servem até os dias de hoje como centros do Capitalismo avançado. Segundo Keating (2000, p.384), os habitantes originais dessas regiões dali deslocam-se devido aos aumentos no preço das propriedades, do aumento da taxação e da destruição dos laços de comunidade. Assim, a gentrificação envolveria o deslocamento de população. Bostic & Martin (2003, p.2452) definem gentrificação como sendo “um processo evolucionário” em que membros afluentes da sociedade se mudam para certas áreas, operacionalizam melhorias e, aos poucos, “muitos dos habitantes originais se mudam”.

Parece haver uma clara distinção entre dois grupos com opiniões opostas: alguns autores enxergam na gentrificação uma espécie de salvação das áreas decadentes, enquanto outros como destruidora da vitalidade do centro da cidade. Os que querem o crescimento das atividades econômicas das cidades, cientes da possibilidade de deslocamento das populações mais pobres presente na gentrificação, a vêem como um efeito colateral à revitalização da cidade, ou um preço pequeno a ser pago em contraste com a situação de declínio da cidade, bairros decadentes e redução da base de arrecadação. Do outro lado estão aqueles que veem a gentrificação como um processo que ameaça as populações das vizinhanças locais, assim como a preservação da memória histórica e social, ainda que haja uma parte da literatura que questiona a concepção de que gentrificação implica, necessariamente, em deslocamento (Atkinson, 2003, Couson & Leihenko, 2004).

Para Rofe (2003) uma nova classe média ligada aos novos empregos dos serviços avançados (e bem pagos) e desejosa de menos vínculos com os pressupostos típicos quanto a que bairro os habitantes de suas classes e raça devem habitar é a protagonista. Isso se traduz não só na ideia de que comunidades com diversidade racial econômica são ideais, mas também em uma visão de que a gentrificação não apenas é um processo natural, como benéfico: traz a reabilitação de regiões centrais degradadas e a formação de comunidades com conteúdo diversificado.

Freeman (2005), argumenta que há apenas uma pequena diferença nas chances de ser deslocado de um bairro gentrificado em relação a um bairro não gentrificado.

Apresentando dados de um estudo conduzido em diversas cidades dos Estados Unidos em 2009, o autor afirma que a taxa total de deslocamento foi de apenas 3,31% dos residentes originais. O autor, no entanto, reconhece as dificuldades inerentes à identificação daqueles que se deslocaram, assim como as dificuldades quanto à distinção dos que foram de fato deslocados e aqueles que por motivos normais (próprios ao ciclo de vida dos habitantes, tendo em vista que as habitações centrais tendem a ser menores que casas localizadas nas periferias) venderam ou entregaram as suas habitações. Mesmo assim, o autor afirma a importância destes deslocamentos, dada a possibilidade de serem experiências traumáticas para aqueles que passam por eles.

Ainda que a maioria da literatura pressuponha a necessidade de que aos residentes em vizinhanças socialmente e racialmente segregadas deva ser garantido o direito de em suas localidades permanecerem, esses autores não sugerem, a partir daí, que os projetos de renovação urbana e os melhoramentos das estruturas urbanas locais não devam acontecer. Há maneiras de se incorporar as populações originais nos processos decisórios e deve haver um esforço para que os bairros contenham diversidade racial e social (Bostic & Martin, 2003). No entanto, isso não é possível sem a adoção de um “esforço agressivo para produção de habitação acessível em vizinhanças gentrificadas”.

Para Van Criekingen & Decroly (2003) “gentrificação” é um “conceito caótico” onde muitos eventos e processos inter relacionados se agregam em uma única (e ideológica) etiqueta e assim, são assumidos como decorrentes de uma única explicação. Outros a vêem um processo de transição esperado que apresenta um entendimento que passa longe do criticismo automático que usualmente acompanha o termo “gentrificação”. Apesar dessa controvérsia, a maioria dos autores concorda que houve uma mudança na maioria dos centros urbanos das cidades a partir dos anos 70 e a gentrificação, tida como um padrão social ainda é um assunto de interesse. Para Atkinson (2003, p.2349), a gentrificação continua oferecendo um desafio teórico, dificuldades de definição, controvérsia quanto ao seu custo social e um problema para as políticas públicas.

As sessões 1.2 e 1.3 discutirão teorizações quanto à gentrificação baseadas em argumentos locais e globais quanto à natureza do fenômeno. Assim, procura-se embutir substância ao conceito e defender-se a validade de seu uso.

1.2 – MERCADO, TEORIA DA LOCALIZAÇÃO RESIDENCIAL E GENTRIFICAÇÃO

A Teoria da Localização Residencial desenvolvida no pós Guerra a partir do arcabouço teórico fornecido pela Economia Neoclássica ganha destaque com a publicação dos trabalhos de Muth, Wingo e Alonso (Abramo, 2001 & Smith, 1996). Ainda que cada modelo apresente particularidades, todos compartilham a ênfase na soberania das preferências do consumidor, que realiza a escolha de localização residencial basicamente ponderando sobre duas variáveis: a distância da residência em relação ao distrito central de negócios (CBD, ou Central Business District) e o espaço físico da habitação.

A partir da escolha individual do consumidor, chega-se a uma curva de preço *versus* distância (do CBD) com formato de sino, com a distância igual a zero correspondente ao preço máximo e conforme vai se afastando do CBD, o preço vai caindo. Essa redução de preço também é acompanhada por um aumento no espaço da habitação.

O resultado fornecido por esses modelos é condizente com a Suburbanização Norte Americana a partir da crise dos anos 30. Harvey (2009, 2005, 2000), a partir da linha de pesquisa inaugurada por Lefebvre (1991), enfatizou como o sistema de acumulação de capital procura o ordenamento espacial (*spatial fix*) para solucionar suas crises de super acumulação. Em sua época, o New Deal do Presidente Roosevelt lançou mão de um extensivo programa de renovação urbana cujas ações iam da construção maciça de infraestrutura de transportes, facilitando do deslocamento em direção ao subúrbio, até a provisão de crédito para a aquisição de casa própria².

Isso incentivou a migração da classe média e alta para os subúrbios e, a partir daí, inaugurou um processo de decadência urbana das áreas centrais. O resultado foi coerente com o previsto pela curva em formato de sino neoclássica: camadas mais baixas do estrato social, dadas as maiores dificuldades de transporte ou da necessidade de

² Deve-se ter em mente a atualidade desse argumento. Hoje a China, segundo Harvey (2010) faz uso de um extensivo programa de urbanização responsável pela construção de uma gigantesca infra estrutura urbana ainda ociosa. Se o New Deal encontrou soluções para a crise dos anos 30 nos esforços na produção de casas e no preenchimento delas com coisas, a China hoje o faz em magnitudes não vistas até então, produzindo cidades inteiras ainda a serem preenchidas com indústrias e, principalmente, com pessoas.

dispor de maior proporção da renda para o transporte, acabavam sujeitas a escolher habitações menores e relativamente mais caras. Enquanto isso, as classes abastadas deslocaram-se para as regiões da cidade que ofereciam menores preços da terra e, decorrente disso, mais espaço para a habitação, dado as suas maiores capacidades de arcar com os custos relativos aos maiores deslocamentos diários implicados.

A gentrificação das áreas centrais apresenta seus primeiros sinais de existência nos anos 50, principalmente em Nova Iorque e Londres, intensificando-se nos anos 60 e no início dos anos 70 já estando presente na maioria das cidades Norte Americanas, Europeias e Australianas.

“Ainda que raramente ela corresponda a mais que uma pequena fração das novas residências comparada à construção de novas unidades, ela é importante para os distritos e bairros onde ocorre e fornece um efeito poderoso no tocante a repensar as culturas e futuros urbanos a partir do último quarto do Sec XX.” (Smith, 1996, p. 51)

Ciente de que as causas do processo residem em uma complexa teia de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, Smith identifica nos complexos movimentos de capital para dentro e fora do ambiente construído o núcleo do processo. Tomando isso como hipótese, as causas do fenômeno são também complexas em termos de escala. Se por um lado o processo é evidente na dimensão dos bairros e distritos onde ocorre, ele adquire importância em escala global, ou, nas palavras do autor, “representa uma dimensão integral na reestruturação global” (Ibidem).

Esse suposto movimento de retorno ao centro da cidade oferece dificuldades aos resultados sugeridos para teoria de localização residencial neoclássica. Argumenta-se na literatura (Lipton, 1977 apud Smith, 1996) que ocorreu uma mudança nos hábitos culturais da nova classe média expressa na redução dos desejos por unidades residenciais de uma só família nos subúrbios, no adiamento do casamento, na tendência a um menor número de filhos e a um maior número de divórcios. Por outro lado, o maior número de funcionários administrativos em relação aos empregos fabris do passado industrial encontra reflexos em uma cidade mais voltada para o consumo do que para o trabalho. Ou seja, os padrões de consumo e não de produção guiam o uso da terra nas

regiões centrais. A gentrificação seria, então, um dos resultados dessa nova ênfase no consumo.

Aliadas a estas explicações de ordem cultural estariam as de ordem econômica. Os preços das novas habitações nos subúrbios subiram a tal ponto, a partir do pós guerra, e as distâncias em relação ao centro tornaram-se grandes o suficiente para que, comparativamente, passasse a valer a pena reabilitar unidades degradadas nas áreas centrais.

Essas hipóteses de maneira nenhuma são mutuamente exclusivas e compartilham um mesmo arcabouço da teoria neoclássica tradicional, ou seja, focam nas preferências dos consumidores e nas restrições sob as quais essas decisões operam-se no mercado. Enquanto a última explicava a suburbanização como resultado da preferência por espaço frente a uma maior habilidade de se pagar por isso dadas as novas condições de deslocamento, as primeiras explicam a gentrificação a partir das mudanças nessas preferências ou mudanças nas restrições à tomada de decisão. A gentrificação é simbolizada por um movimento de retorno à cidade, que ganha espaço na mídia e na academia (Smith, 1996, p.52).

Contrariando essa imagem de retorno à cidade, o autor fornece alguns dados que apontam para a dúvida em relação a esse movimento. O projeto de reabilitação Society Hill foi iniciado em 1959 com grande participação do Governo local da Filadélfia. Essa área era denominada pela mídia de “slum”, e, apesar de ter servido outrora à habitação de classes abastadas da cidade, era habitada por pessoas pobres e minorias étnicas (Ibidem). Em dez anos a área passou a ser propagandeada como “a milha quadrada de maior importância histórica da nação” e voltava a abrigar habitações das camadas abastadas que haviam abandonado a área. O autor apresenta dados não só para essa área, mas também para mais 3 projetos de reabilitação (Homestead Properties, em Baltimore e Mounting Pleasant e Capitol Hill em Washington, DC) e revela que, na realidade, apenas 14% dos novos habitantes da área provinham dos subúrbios, enquanto 72% provinham de outras áreas do centro urbano.

Assim, o autor chama a atenção para o fato de que mesmo que a gentrificação, no caso da Filadélfia tenha se iniciado nos anos 50 e 60, ela não representou simplesmente um retorno às regiões centrais da cidade e que, mesmo nos anos 80, o processo de suburbanização continuou se expandindo. Assim, torna-se difícil defender a teoria da

localização residencial neoclássica como fornecedora de explicações à ocorrência do fenômeno de gentrificação.

O fenômeno também ocorreu na Austrália e Europa, onde a extensão e relação subúrbio-centro é substancialmente diferenciada. Ora, se as mudanças culturais e as preferências do consumidor explicam a gentrificação, isso significa que, ou elas se movimentam em uníssono internacionalmente, ou que as restrições sobre as quais as trocas de mercado se realizam são fortes o suficiente para que ofusquem a individualidade de cada agente. Se a segunda hipótese é válida, um processo concebido nos termos dos agentes individuais deve ser explicado na unidimensionalidade cultural da classe média (Ibidem, p. 55).

A gentrificação também lança dúvidas em relação à hipótese da preferência por espaço presente na modelagem neoclássica. Dentro dessa abordagem, a gentrificação deve ser vista como uma exceção à regra. Porém, sua importância internacional indica que é uma exceção apenas a uma teoria que assume a priori sua impossibilidade, e diante da materialidade concreta se limita a responder com explicações ad hoc (Ibidem, 1956).

O consumidor, na visão do autor, é apenas um dos agentes envolvidos no processo. Mesmo sendo importantes em relação ao seu início, apontando aos porquês da gentrificação ocorrer especificamente em uma determinada área, são os produtores os agentes que merecem destaque na teorização alternativa promovida, que procura abarcar um entendimento generalizado do investimento de capital no espaço construído e seu papel no desenvolvimento urbano.

Assim, inicialmente em uma escala local, Smith estabelece uma teoria baseada nos movimentos de capital e nas suas entradas e saídas no ambiente construído. Três características da Sociedade/Economia Capitalista merecem destaque: (a) em primeiro lugar, a terra é uma mercadoria. Os direitos de propriedade conferem aos proprietários direitos de monopólio quanto à decisão do uso do solo. A regulação do Estado quanto ao uso do solo fornece restrições ao exercício deste poder. Mas nas economias capitalistas avançadas onde o mercado destaca-se como o mais importante mecanismo de regulação social, tais mecanismos de regulação do Estado são raramente fortes ou suficientemente severos para tomarem a frente do mercado como o mecanismo institucional que regula o uso e transferência do solo. Outra característica importante (b) é que as condições de

conservação e os tipos de benfeitorias têm influência direta na renda da terra a ser extraída de determinada porção de solo. Isso implica em que a terra e as benfeitorias sejam duas porções difíceis de serem consideradas em separado. Por um lado, as benfeitorias realizadas no entorno, assim como as realizadas no terreno, têm influência no preço. Ainda que a terra não necessite de reinvestimentos para manter o seu preço ou garantir um determinado uso ao longo do tempo, as benfeitorias se degradam com o tempo. Logo, para garantir a renda da terra, é mister realizar uma manutenção adequada das benfeitorias tanto do terreno, como de seu entorno. Por último, (c) o ambiente construído tem também como característica o longo período de retorno do capital e, normalmente, são necessários mais de vinte anos até que uma construção apresente sinais de desgaste e, portanto, que haja uma necessidade de reposição do capital depreciado (Harvey, 2009).

Em uma economia capitalista avançada, as instituições financeiras têm um papel importante na provisão de crédito necessário para a produção de ambiente construído dadas as grandes somas de capital necessárias ao início do processo aqui descrito (o ambiente construído recém-criado) devido aos longos períodos de ciclo do capital envolvidos (Ibidem). Não só os padrões de investimento como os de desinvestimento no ambiente construído são vitais para o fenômeno da gentrificação. Os padrões de desinvestimento ligados à depreciação do capital imobilizado no ambiente construído tornam-se tão importantes quanto os primeiros (Smith, 1996, p. 58).

Submetidos ao regime de concorrência, os capitalistas individuais devem incessantemente buscar o lucro e reinvesti-lo, sob o risco de não serem capazes no decorrer do tempo de dispor das melhores técnicas de produção e de os maiores custos em relação aos concorrentes daí decorrentes significarem a destruição de capital, ou a fusão por parte dos líderes do processo. Quando, particularmente, a necessidade de permanente acumulação de capital torna-se cada vez mais difícil de ser realizada em outros setores da economia, o ambiente construído emerge como o destino predileto, e a expansão espacial adquire mais importância do que a expansão *in situ* (Harvey, 1982).

No entanto, o controle monopolístico (ou quase monopolístico) do solo pode impedir a utilização como locus de novos investimentos. Assim, a Cidade da Industrialização ofereceu limites e restrições ao processo de acumulação Keynesiano-Fordista e determinou a expansão para os subúrbios ao invés do desenvolvimento *in situ*.

Isso se materializou em investimento nas áreas suburbanas e no desenvolvimento da urbanização dessas áreas, o que, por sua vez, também ocorre segundo as características acima descritas: frente ao controle monopolístico dos proprietários, necessitando de grandes somas de capital e se traduzindo na formação de um capital fixo que possui um longo período de giro. Assim, as áreas suburbanas passaram a também oferecerem novas dificuldades às novas necessidades de expansão do capital. O preço da propriedade tende a acompanhar positivamente esses ciclos de expansão, assim a região da curva neoclássica relativa aos subúrbios (maiores distâncias do CBD) começa a se deslocar para cima e para fora.

O processo descrito foi importante nos Estados Unidos, assim como na Europa, ainda que uma maior liberdade de movimento de capital dada pelo menos efetivo arcabouço de regulação do uso do espaço, no primeiro caso, tenha o tornado mais evidente. Uma exceção importante ao processo de esvaziamento de capital nas cidades se deu no caso específico do CBD propriamente dito, foco da construção de arranha-céus e de um renovado mercado de imóveis comerciais a partir dos anos 20.

A curva em formato de sino, conforme verificado empiricamente em diversos trabalhos citados pelo autor, sofre alterações. Enquanto o CBD (a região onde a distância é próxima de zero) mantém sua característica de maiores preços e os subúrbios são palco de grande apreciação dos direitos de propriedade, as porções da área central que formam seu entorno sofrem um processo de desinvestimento e, dada a inseparabilidade da terra em relação ao ambiente construído e que o último é determinante para a renda a ser capitalizada pelo solo, formam-se vales na curva correspondentes a essas áreas intermediárias. O autor denomina esses vales de “rent-gaps”.

A teoria é construída sob o arcabouço teórico da Economia Política Clássica, a partir de autores como Smith e Ricardo e, principalmente, partindo do aparato crítico desenvolvido por Marx (Harvey, 1982). Desta forma, a teoria do valor é tomada como axiomática: o valor de uma mercadoria é igual ao trabalho socialmente necessário para a fabricação da mesma. O valor é imutável em relação ao tempo e se distingue, conseqüentemente, do preço. O preço é determinado pelas condições de demanda e oferta presentes no ambiente de trocas de mercado e o valor é o ponto de atração em torno da qual o preço irá gravitar. O sistema capitalista pressupõe os direitos de propriedade, com a renda da terra aparecendo como um mecanismo regulador que extrai parte do valor gerado a partir dela. Isso, pro sua vez, impossibilita a extração de valores

extraordinários ligados a características como melhor localização (ou maior fertilidade, no caso da agricultura).

O capital fictício relacionado à propriedade da terra, confere o direito ao proprietário de extrair esse valor extraordinário. Não obstante, essa renda da terra é diretamente influenciada pelas benfeitorias nela contidas, assim como pelo ambiente construído no seu entorno. Logo, o preço da terra é formado pelo valor das benfeitorias (dada a depreciação do capital nelas imobilizado) + a renda da terra capitalizada. Há uma diferença entre a renda da terra capitalizada e a renda da terra potencial, ou seja, aquela que seria extraída pelo proprietário no caso do “mais alto e melhor uso”. Esse conceito de renda potencial é a chave para a explicação do fenômeno da gentrificação.

A partir desse conceito, Smith procura construir um modelo esquemático segundo o qual a decisão de desinvestimento é uma escolha racional a partir da regulação de mercado. Esse esquema nem sempre ocorre literalmente e, portanto, é enfatizado que no dia a dia de cada bairro ou distrito, a decisão de desinvestimento ocorre em consonância com a relação inquilino – proprietário, assumindo particularidades caso a caso. Esse esquema, no entanto, procura fornecer um arcabouço teórico segundo cada realidade específica pode ser analisada (Smith, 1996, p. 63).

Na nova construção o valor da propriedade reflete o preço da terra somado com o valor das benfeitorias recém-construídas. Durante o primeiro ciclo de uso a depreciação do capital é lenta e o preço da propriedade tende a aumentar devido às externalidades provenientes do desenvolvimento urbano e seus reflexos no entorno. Se a redução do preço a partir daqui ocorrer, determinando o fim do primeiro ciclo, ela se apresenta devido a três fatores, quais sejam: mudanças na produtividade do trabalho, obsolescência estilística ou degradação devido ao uso. Distinguissem os reinvestimentos necessários a manter a renda e o preço do direito de propriedade do imóvel (e o preço) entre aqueles menores; ligados às reformas superficiais e aqueles maiores; daqueles ligados substituição de encanamentos e instalação elétrica e os reparos estruturais; ligados a substituição de telhado, etc. Com a depreciação tornam-se necessários novos investimentos de capital com o objetivo de manter o preço do direito de propriedade ou garantir o nível da renda a partir dele extraída. A desvalorização reflete não só o preço de construções novas, mas também como a renda da terra muda ao longo do tempo.

Claramente, em alguns bairros e distritos os proprietários são bem sucedidos e asseguram a manutenção e mesmo o aumento do preço dos imóveis. Por conseguinte, essas áreas mantêm-se estáveis. No entanto, algumas áreas caracterizadas por ocupantes proprietários, começam a apresentar sinais de desinvestimento. Cientes de que a ausência de reparos representa uma progressiva desvalorização de seu capital, os proprietários podem vender os imóveis com o objetivo de adquirirem outros mais novos onde seus investimentos permanecerão seguros por mais tempo.

Nesse momento, surge na região uma tendência a maiores taxas de inquilinato. As diferenças de uso entre proprietários ocupantes e senhorios significam, no caso dos últimos, maiores taxas de depreciação do capital. Enquanto os proprietários ocupantes recebem o retorno do capital quando vendem suas propriedades, os proprietários senhorios recebem retorno por seus investimentos a partir da extração de aluguel e, em certas condições, têm menos incentivo a reinvestirem enquanto ainda puderem assegurar os mesmos valores de aluguel. Isso não significa que os senhorios possuam, necessariamente, uma maior tendência ao desinvestimento, mas essa é, em geral, a resposta a uma tendência de mercado declinante (Ibidem, p. 65).

Essa tendência pode se reverter quando é observada uma oportunidade ao reinvestimento dada por um declínio na oferta de imóveis novos, garantindo novos contratos mais rentáveis, ou a renegociação. Caso contrário, a área tende ao declínio e isso força outros proprietários a seguirem essa tendência: se realizam a manutenção necessária, são obrigados a cobrar maiores aluguéis, cada vez mais dificilmente obtidos dados os potenciais inquilinos dispostos a morar na área em processo de degradação. Isso provoca um efeito vizinhança que intensifica o processo de degradação.

Dado esse declínio, os proprietários ocupantes que sobram tendem a desinvestir, mais como o resultado de impedimentos financeiros do que da racionalidade de mercado. Nesse momento, os agentes imobiliários exploram as oportunidades dadas pelo racismo presente no mercado, vendendo as propriedades para minorias étnicas por um considerável mark-up que, somado à insuficiência de renda dos novos compradores, determina a impossibilidade de realizar manutenções cada vez mais necessárias (blowout ou blockbusting). Assim há uma fuga dos que sobraram do primeiro ciclo.

As instituições financeira tendem, então, a se recusarem a fornecer o crédito para a compra das casas da área (redlining). Os proprietários tendem então a iniciar um

processo de precarização das habitações através de subdivisões e, dadas as possibilidades devido à capacidade de cobrança do governo, a suspenderem o pagamento de tributos relativos à propriedade imobiliária. Essas subdivisões procuram extrair mais intensamente a renda que ainda resta e, eventualmente, os proprietários tendem a desinvestir totalmente. Quando o aluguel cobrado passa a ser maior do que os custos minimamente necessários, a tendência é o abandono da edificação. Esses abandonos raramente ocorrem em casos isolados contidos em vizinhanças estáveis. Também tendem a ocorrer em edifícios que apresentam estrutura razoavelmente estável. O que guia a decisão de abandono é a ausência de possibilidade de obtenção de lucros (Ibidem, p. 67).

Esse processo de desvalorização cria, portanto, as condições de revalorização necessárias ao reinvestimento de capital na área. No entanto, Smith destaca que os vales na curva neoclássica (*rent gaps*) podem surgir não após um processo de desvalorização, mas posteriormente a algum acontecimento que provoca um repentino aumento da renda potencial da área, como por exemplo, flexibilizações na legislação que controla o uso da terra (Ibidem, p. 68). O Estado, no caso Norte Americano, iniciou diversos processos de gentrificação através de suas políticas de renovação urbana. Ainda que o papel do Estado tenha, nesse caso específico, perdido importância relativa, seus subsídios e incentivos permanecem importantes.

A gentrificação privada acontece, basicamente, por meio de três agentes: (a) investidores profissionais que atuam nas reformas e lucram com as revendas, (b) consumidores que compram, renovam e ali habitam e (c) compradores que remodelam as propriedades com finalidade de obter rendas de aluguel. Destes, como a propriedade privada é fragmentada na maioria dos casos, o grupo (b) é o que merece maior destaque na maioria dos casos e são mais ativos aqui do que em qualquer outro campo de construção de moradia.

Quando o *rent-gap* é amplo o suficiente, a reabilitação oferece taxas de retorno suficientemente grandes a ponto de desafiar aqueles obtidos em outros setores. Uma vez em que o capital retorna e elimina os *rent-gaps* relacionados às áreas centrais, ele passa a ocorrer nos subúrbios de ocupação mais antiga, fazendo com que a renda da terra seja progressivamente puxada para cima em um movimento do centro para as periferias. A gentrificação, ainda que seja a causa do processo, pode cada vez mais estar liderando o deslocamento dos limites da habitação e da recreação das classes médias e

de uma reestruturação do espaço como um todo. Essa reestruturação, portanto, ocorre segundo os interesses do capital, associados a reestruturação da cultura de classe média.

1.3 – A GOVERNANÇA URBANA EMPREENDEDORA E OS ARGUMENTOS GLOBAIS PARA A OCORRÊNCIA DA GENTRIFICAÇÃO

Em seu artigo clássico, *Do Administrativismo ao Empreendedorismo: A transformação da Governança Urbana no Capitalismo Tardio*, Harvey (2001) discute a passagem de uma Governança Urbana Planejadora e Administrativa, típica do Capitalismo Fordista e da gestão Keynesiana da Economia, para uma Governança Urbana Empreendedora, diretamente relacionada ao novo momento histórico da acumulação flexível e da circulação de capital onde as fronteiras nacionais e as fricções geográficas tornam-se cada vez menos significantes.

O autor aponta para a formação de um consenso segundo o qual governos locais, em muitos casos face a uma calamitosa situação fiscal (que nos Estados Unidos da América, relaciona-se à crescente redução dos repasses federais aos governos locais) e à cenários cada vez mais comuns de decadência econômica, devido às mudanças na lógica e na geografia da produção capitalista – que trouxe com ela a destruição em massa de empregos cada vez mais vista como estrutural – deveriam ser cada vez mais inovadores e empreendedores, afim de que com isso lograssem assegurar um futuro melhor às suas populações.

Isso se tornou cada vez mais generalizado: a postura empreendedora irá provar-se comum a governos dotados de legitimidade e apoio político distintos, orientação ideológica distinta, em regiões com geografias distintas, etc. Deve-se ter em mente que o autor parte da experiência dos países capitalistas avançados (Smith, 2002). No entanto, o empreendedorismo se espalhou como conjunto de estratégias de gestão em cidades de todo o mundo e, como veremos adiante, o Rio de Janeiro pós César Maia apresenta significativas semelhanças com o que é descrito no artigo. Apesar de no caso específico da cidade a inspiração básica ser decorrente da cidade de Barcelona (Compans, 2005).

Segundo Harvey (2001) há uma concordância na literatura de que essa mudança tem a ver com a grande recessão enfrentada pelas economias nacionais desenvolvidas a partir de 1973, que trouxe junto com a desindustrialização e o citado desemprego estrutural, a solução a partir da austeridade fiscal tanto ao nível nacional, como local, o neoconservadorismo, assim como uma demanda à racionalidade de mercado e às privatizações. Também no pacote de soluções estava embutida uma maior ênfase à ação

local, afim de assim fazer frente à declinante capacidade do Estado-Nação de controlar os fluxos financeiros das grandes corporações multinacionais.

Dessa forma, a imobilização de capital procede cada vez mais a partir de alguma forma de negociação entre os poderes locais e os capitais internacionais. Os primeiros, portanto, passaram a fazer de tudo para tornar máxima a atratividade do local em relação aos últimos. O Empreendedorismo Urbano pode, portanto, ter exercido um papel fundamental na transição geral da dinâmica do capitalismo; de um regime fordista-keynesiano de acumulação para um regime de acumulação flexível.

Entre as dificuldades conceituais de tratar a problemática da urbanização, definida por Harvey como um “processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas.” (Harvey, 2001, p. 168), e mais especificamente, a problemática do empreendedorismo urbano, está a definição de quem é empreendedor e a respeito de quê. Daí o uso do termo governança e não do termo governo já que o poder de reorganização da vida encontra-se difuso em uma coalizão de forças mobilizadas por diversos agentes sociais e traduz-se em um processo conflituoso em que o governo ou a administração urbana aparece como um dos agentes facilitadores e coordenadores. O autor não perde de vista, no entanto, que a iniciativa cívica parte muitas vezes das câmaras de comércio locais, de alguma espécie de conluio entre financistas, industriais e comerciantes locais, ou de alguma espécie de acordo entre líderes empresariais e incorporadores imobiliários. As instituições educacionais, religiosas, os partidos políticos, os movimentos sociais, etc. podem participar do jogo da iniciativa local, ainda que com objetivos diferentes.

O Empreendedorismo Urbano assume várias facetas, mas Harvey identifica três pontos de convergência. Em primeiro lugar, teria como seu principal elemento a Parceria Público-Privada (PPP), “em que a iniciativa local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo novas fontes externas de financiamentos, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego” (Harvey, 2001, p. 168).

Em segundo lugar, a atividade da PPP é empreendedora, já que sua ação, tanto na execução como no projeto, é especulativa, e, portanto, sujeita aos obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento planejado e coordenado característico da Cidade Keynesiana. Mas a grande diferenciação estaria

na assunção do risco pelo setor público. Ainda que ajam exemplos isolados onde o risco privado é importante, para o autor, a nova fase de empreendedorismo se diferenciaria das antigas formas de iniciativa cívica, onde o setor privado mostrava-se menos avesso ao risco que na nesta fase atual.

Em terceiro lugar, enfoca mais a economia política do lugar do que a do território, ou seja, se concretiza sob a forma de projetos e iniciativas que têm como hábito se tornarem foco da opinião pública desviando a atenção e os recursos dos problemas mais amplos, que afetam a região (a Cidade, por exemplo) como um todo.

Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceira público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objeto econômico imediato” (Harvey, 2001, p. 172).

Harvey (2001) identifica quatro estratégias de exercício desse empreendedorismo, destacando, no entanto, que cada uma delas não excluiu a outra, tendo uma mais o menos importância, ou proeminência de acordo com cada caso.

“Cada opção justifica alguma consideração em separado, ainda que seja a combinação dessas opções que proporciona a chave para as rápidas e recentes mudanças no desenvolvimento desigual dos sistemas urbanos do mundo capitalista avançado” (Harvey, 2001, p. 172).

A primeira delas reside na disputa por posições na divisão espacial (e internacional) do trabalho, explorando vantagens, muitas vezes dadas por dotações naturais, como no caso de uma região produtora de petróleo, por exemplo, ou da localização, como no caso da proximidade com regiões dotadas de comércio ativo e dinâmico, para a produção de bens e serviços. As vantagens muitas vezes são criadas a partir da provisão de infraestrutura física através do investimento público ou privado. Estímulos diretos ao uso de novas tecnologias, provisão de capital de risco às empresas e

a redução de custos mediante ao oferecimento de subsídios têm aqui um papel fundamental. Na atualidade, dificilmente o desenvolvimento em larga escala acontece sem que aja a participação ativa da governança local reforçando a atração do capital. Para esta, a mão-de-obra também é de vital importância. Uma mão-de-obra qualificada, adaptada aos novos processos de produção, engrandece a atratividade ao capital, ainda que esta seja relativamente dispendiosa (Harvey, 2001, p.174).

Uma segunda estratégia é a de buscar melhorar a posição na divisão espacial (e internacional) do consumo³. Trata-se não somente de tornar a cidade mais atrativa ao turismo, assim como ao consumo (por exemplo, aquele associado à aposentadoria, que tem a Flórida como um exemplo marcante). Desde a década de 1950 essa estratégia têm sido usada, paradoxalmente, como forma de contrapor-se à recessão generalizada, acirrando a disputa pelo consumo frente aos consumidores que tornam-se cada vez mais seletivos. Tais investimentos direcionam-se mais à qualidade de vida através das reformas físicas do ambiente urbano, da revalorização de regiões urbanas degradadas, da construção de centros culturais, espaços para o consumo e o entretenimento. *“Acima de tudo, a cidade deve parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se ou consumir”* (Harvey, 2001, p. 174). Os festivais e os eventos culturais tornam-se, a partir desta estratégia um grande canal para os investimentos. As artes incentivariam um clima de otimismo e os eventos culturais podem romper a espiral decadente da estagnação econômica e ajudar as pessoas a acreditar em si mesmas e em suas comunidades. O espetáculo e a exibição tornam-se símbolos de uma comunidade dinâmica⁴.

Uma terceira estratégia está na disputa por posições de comando e controle dos serviços avançados: no tocante às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e

³ Estratégia essa, de importância fundamental para se pensar a Cidade do Rio de Janeiro, frente ao esforço dos governos e da governança local para a atração e promoção dos Grandes Eventos Esportivos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de Futebol a ser realizada em 2014 e os Jogos Olímpicos a serem realizados em 2016, que trouxeram a reboque, por exemplo, projetos de revalorização de regiões urbanas degradadas, sendo o Projeto Porto Maravilha, um dos que podem ser citados.

⁴ O argumento do autor pode ser sem nenhum problema estendido aos eventos esportivos. Como será posteriormente visto, os governantes socialistas catalães exportaram a estratégia da atração dos Jogos Olímpicos por meio de firmas de consultoria e do aparente (ainda que controverso) sucesso da Cidade de Barcelona. Isso terá importância para o Rio de Janeiro, a partir do Governo César Maia.

ao seu processamento. É uma estratégia que depende de investimentos em uma infraestrutura específica, onde se destacam as telecomunicações e os transportes: teleportos e aeroportos são dois exemplos. Faz-se necessária a provisão de serviços educacionais voltados às atividades de ponta e, mais uma vez, a existência de mão-de-obra altamente qualificada tem grande importância nesta disputa. A concorrência entre os centros urbanos por tais posições é sempre muito dispendiosa, pois as economias aglomeradas são supremas e o poder monopolístico de grandes centros urbanos como Londres e Nova York dificilmente é quebrado. Ainda assim, a busca pelas atividades de comando teve um grande crescimento nos últimos anos. A percepção que parece cada vez mais generalizada é de que a cidade do futuro será uma cidade informacional, onde a exportação de serviços (financeiros, informacionais ou produção de conhecimento) se torna a base para a sobrevivência econômica.

A quarta e última estratégia destacada seria a da disputa por posições quanto à redistribuição de superávits por meio dos repasses do governo central. Apesar de haver, pelo menos os EUA e na Inglaterra, uma redução nesses repasses, em alguns casos (como no de Nova Orleans) a redução mostrou-se impossível e, em outros, alianças da classe dirigente urbana utilizaram recursos redistributivos como estratégia de sobrevivência urbana⁵.

É claro que cada uma dessas estratégias não é mutuamente exclusiva em relação a cada outra. Assim, o desenvolvimento geográfico desigual observado entre as várias cidades que fizeram do empreendedorismo urbano a sua base para o desenvolvimento depende dos recursos (naturais, inclusive) presentes, do grau de competitividade, assim como do grau de sinergismo entre as estratégias. A cidade pode através da atração de recursos do governo central, ou federal conseguir reforçar suas funções de comando. A criação de espaços de consumo pode reforçar a capacidade da cidade de atrair recursos do governo central, etc.

⁵ O Rio de Janeiro, que durante os anos do governo populista do PDT, onde destacou-se o nome do getulista Leonel Brizola, fora famoso pelos “desentendimentos” com o Governo Federal, passou, principalmente nos anos do Governo Sérgio Cabral (vendido como e visto pela população como “amigo do Presidente Lula) a receber crescentes aportes de recursos federais, traduzidos, por exemplo, nas obras do PAC e do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O empreendedorismo se impõe como uma forma de governar tida como necessária à sobrevivência e à prosperidade das cidades. Na medida em que a concorrência interurbana é acirrada, um mecanismo coercitivo externo passa a ser acionado disciplinando as cidades segundo a lógica do desenvolvimento capitalista atual. Ou seja, da acumulação flexível. Um reflexo direto pode ser percebido nos padrões de renovação urbana repetidos em série (world trade centers, centros culturais, shopping centers pós-modernos, etc.).

Dada a redução dos custos de transportes e a redução nas barreiras para o movimento de bens, moedas e informações a concorrência interurbana se vê fortalecida (o movimento de pessoas permanece sujeito à grande restrições). O capital multinacional tem então o seu poder de seletividade de localização também reforçado. Pequenas diferenças na qualidade, quantidade e custo da mão-de-obra, infraestrutura, regulamentação e tributação, etc. podem resultar em grandes diferenças do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Os custos mais baixos de transportes favorecem ainda a produção segmentada em vários locais. As pressões da concorrência também forçam o capital a ser cada vez mais sensível e seletivo em relação às condições locais de produção e consumo.

Harvey (2001) argumenta ainda que do ponto de vista dos locais, sujeitos pela força da concorrência interurbana a ganhar ou perder capitais em um mundo de alta volatilidade e alto grau de sensibilidade do capital às diferenças, resta à governança a missão de tornar as condições o máximo favoráveis ao desenvolvimento capitalista. Como não há nenhuma garantia de que a adoção desta ou daquela estratégia levará ao êxito, além das condições quando da implementação de projetos estarem longe de permanecerem constantes ao longo do tempo, a postura empreendedora torna os sistemas urbanos mais sensíveis às intempéries relacionadas ao movimento do capital.

“Portanto, é fácil conjecturar sobre todos os tipos de espirais ascendentes e descendentes de desenvolvimento e declínio urbano sob condições em que são fortes o empreendedorismo urbano e a concorrência interurbana. As reações inovadoras e competitivas de muitas alianças urbanas da classe dirigente engendram mais incerteza, e, no fim, tornaram

os sistemas urbanos mais vulneráveis às incertezas da mudança acelerada” (Harvey, 2001, p.178).

Nos países capitalistas avançados, o empreendedorismo urbano e a concorrência interurbana abriram espaço para novos padrões de desenvolvimento, mas os resultados líquidos foram a reprodução em série de parques científicos, a gentrificação de áreas urbanas degradadas, os *world trade centers*, centros culturais e de entretenimento, grandes shopping centers com equipamentos pós-modernos, etc.

O autor afirma que a Parceria Público-Privada, ao privilegiar a construção dos novos lugares e, em especial, dos espaços de consumo, em detrimento de políticas voltadas para o emprego e o consumo coletivo, privilegiou as classes abastadas, contribuindo não só para a preservação da moradia e consumo dessas classes, mas também para a formação de subclasses de excluídos. Enquanto o setor público atende demandas relativas ao capital e à propriedade, tanto na assunção dos riscos como na provisão de infraestrutura, a tendência é que as políticas sociais sofram encolhimento. Tais políticas de desenvolvimento, por estarem diretamente ligadas ao setor de serviços e às pequenas empresas (como no caso da Grã-Bretanha), num ambiente de mobilidade geográfica do capital cada vez maior, acabou também incentivando os empregos temporários e o setor informal.

“Além disso, os tipos de atividades de serviço e de funções administrativas que se firmaram nas regiões urbanas tendem a ser ou empregos mal pagos (muitas vezes, exercidos exclusivamente por mulheres), ou cargos muito bem pagos no topo do espectro gerencial. Em consequência, o empreendedorismo urbano contribui para aumentar as diferenças de riqueza e de renda, assim como para ampliar o empobrecimento urbano, observado mesmo nas cidades (como Nova York) que apresentam grande progresso” (Harvey, 2001, p. 180).

Essa é a tendência que de reestruturação da relação Capital – Trabalho que Castells (1989, Cap 4) toma como base para a formação da Cidade Dual, tradução da polarização

dos empregos presente na Cidade Informacional: de um lado um setor terciário avançado, que absorve alta tecnologia e ênfase na tecnologia da informação, além de mão-de-obra altamente qualificada e bem paga, de outro um setor terciário precário com uma série de empregos mal remunerados, baixo conteúdo tecnológico e ocupados por uma cada vez mais crescente parcela da população caracterizada pela baixa qualificação.

Cabe lembrar, no entanto, que mesmo um governo progressista é incapaz de resistir ao processo aqui descrito, inserido na lógica do sistema de acumulação capitalista. Nesse sentido, a concorrência interurbana funciona como uma mão invisível disciplinadora, com alto poder coercitivo, poupando apenas o que é mínimo em relação à responsabilidade social e à provisão de bem estar.

Dentre os efeitos desse processo, o que merece atenção especial no presente trabalho é o estímulo ao desenvolvimento de atividades e de esforços que possuem maior capacidade de valorização localizada das propriedades. Enfatiza-se atividades como o turismo, o consumo de espetáculos e a produção de eventos, que produzem ajustes acelerados, ainda que passageiros, em relação aos problemas urbanos. Harvey, mais uma vez, chama a atenção para o caráter especulativo dessas atividades. *“Por exemplo, preparar-se para concorrer a uma Olimpíada é uma prática dispendiosa, que talvez se pague, ou não (Harvey, 2001, p.182).”* Investimentos como o da construção de estádios, ou shopping centers financiados à crédito, são projetos de alto risco, não estando livres de futuros problemas de superacumulação de capital em tempos de crise.

O autor cita vários projetos em Richmond, Flint (Virgínia), Michigan, e Toledo (Ohio), na época perdendo milhões de dólares, assim como o South Street Seaport (Nova York), e o Riverwalk, em Nova Orleans, que passavam por dificuldades financeiras. No entanto, mesmo quando é percebido um fraco desempenho financeiro, projetos desse tipo exercem fascínio social e político. A venda de uma cidade como local para sediar um grande evento, depende diretamente da criação de uma imagem urbana atraente e as lideranças da cidade podem considerar o que o autor chama de *“desenvolvimento espetaculoso”* como uma maneira de atrair outros investimentos. *“A produção da imagem urbana, quando bem sucedida, pode criar solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar”* (Harvey, 2001, p. 183).

O empreendedorismo se volta para a busca de identidade local, e a partir daí, para todo um leque de mecanismos de controle social. É reinventada a fórmula romana do

panis et circenses conforme a ideologia da localidade, do local ou da comunidade torna-se parte da retórica política da governança urbana. Citando o caso de Baltimore, apesar de graves problemas de desemprego e empobrecimento urbano, se construiu uma imagem de prosperidade que não só atraiu o turismo, mas também investimentos e recursos financeiros para a construção de novos locais (uma nova parte da cidade construída a beira mar e de um ancoradouro interior). O êxito político foi inegável, consolidando a força da parceria público-privada que materializou o projeto de renovação urbana. *“Mesmo se falta pão, o circo prospera. O triunfo da imagem sob a substância é total”* (Harvey, 2001, p. 184).

Questiona-se, a partir dessa nova postura da Governança Urbana, que traz com ela uma nova situação de aliança e parceria entre Estado (local) e Capital (internacional), o que significa a escala urbana e suas relações com o globo. Onde estaria a essência do termo Cidade Global? Até que ponto o termo Gentrificação pode servir a uma generalização exagerada ou estaria ligada ao curso natural do desenvolvimento das cidades?

A provisão de serviços auxiliares à reprodução social foi substituída por um Estado comprometido com a facilitação de capital. Isso se transmuta em uma governança que, através do discurso da globalização, divulga a ideologia da aceitação axiomática de que todas as soluções para os problemas sociais da cidade serão, necessariamente, provenientes do mercado e da expansão do processo de acumulação de capital.

O Urbanismo Revanchista (Smith, 1996, 2001) toma forma na perseguição, orquestrada pelo Estado, à informalidade urbana. Mendigos devem ser recolhidos e realocados ao longe dos olhares das classes médias e altas, aos usuários dependentes de drogas ilícitas é destinada a internação compulsória. O comércio e outras atividades informais, que cresce frente à citada reestruturação do mercado de trabalho e a decorrente parca oferta de empregos médios, que ocupariam alguma espécie de meio termo entre os dois polos propostos por Castells (1989) é também largamente reprimido.

Principalmente, busca-se o reforço do poder coercitivo do Estado por meio de uma ênfase paradigmática nas questões da segurança pública, assim como na prioridade em relação novas estratégias de policiamento, traduzidas no aumento vertiginoso das políticas de tolerância zero, nos moldes da ação da polícia da cidade de Nova Iorque pelas quais o Prefeito Rudolph Giuliani ficou mundialmente conhecido (Smith, 1996).

Assim, o autor (Ibidem) vê o Urbanismo Revanchista como tendo, em sua principal motivação, tornar a cidade segura para o processo de gentrificação. No entanto, para a validade desta assertiva, deve-se redefinir o que significa o termo. Tendo em mente que o processo descrito na sessão anterior – que surgiu esporadicamente nas Cidades de Comando do Terciário Avançado – se encontra ecos nas novas Cidades Globais que surgem na Ásia, América Latina e, em menor importância na África, desenvolve-se desigualmente no espaço.

Torna-se muito difícil, a partir daquela concepção específica a um processo localizado, afirmar, conforme proposto por Smith, que há uma generalização do processo em escala global. Hackworth (2002) propõe que o processo assumiu 3 fases distintas: uma primeira, durante os anos 50 e 60, que exatamente corresponde à concepção de Glass e à aproximação teórica proposta por Smith, uma segunda, onde a gentrificação se transmutou em uma ideia urbanística geral das governanças, a partir dos anos 70 e 80, e uma terceira, que teria emergido nos anos 90, em escala global.

Segundo essa distinção histórica, o termo gentrificação seria relevante ao, em sua própria etimologia, trazer à superfície o caráter de classes localizado nas entrelinhas dos discursos da reabilitação urbana. A esterilidade de termos como reabilitação urbana, portanto, pode servir para ofuscar uma concepção elitista do que a cidade deve ser, cada vez mais difundida em todo o mundo. Da mesma forma o termo também bastante difundido, regeneração urbana, embute uma naturalização ao processo em analogia com a regeneração de tecidos, organismos ou mesmo de florestas da Biologia. O termo gentrificação traz em sua essência a reapropriação dos poderes de classes quanto ao comando do espaço e, paralelamente, a negação aos menos privilegiados do Direito à Cidade (Lefebvre, 1991), ou do direito de moldar a construção do espaço urbano segundo os desejos e objetivos da classe trabalhadora.

Assim, a Gentrificação hoje não é vista apenas como aquele processo esporádico de reabilitação e novo uso das habitações populares localizadas nas regiões centrais, mas denomina uma construção do espaço que privilegia não só no tocante à moradia, mas ao comércio, entretenimento, recreação, espaços abertos e cultura, os usos que são particulares às classes abastadas.

Há uma crescente literatura sobre “brownfield gentrification”, dadas as construções destinadas ao uso das classes médias e altas localizadas em terrenos remanescentes

nas áreas centrais, que ao menos em termos diretos não significam o deslocamento das populações mais pobres. A chamada “new built gentrification” engloba em seu interior o caso dos terrenos remanescentes, mas pode, no entanto, envolver a remoção prévia de populações residentes e a subsequente demolição de suas casas. Em ambos os casos, direta ou indiretamente, novos habitantes, novo comércio, novos usos, podem agir no sentido da dissolução dos laços comunitários e acabarem por tornar os antigos lugares da Cidade Popular, uma vez remodelados cada vez mais hostis aos que ali residiam (Rérat, Söderström & Piguet, 2009).

Harvey (2009, Cap 2) propõe uma reconstrução do conceito de renda real em direção da capacidade de comandar o uso de tecnologias e cultura. Dado que este comando pressupõe certa capacidade cognitiva, a cidade torna-se um poderoso mecanismo redistributivo de renda real. Um investimento na construção de espaços como um novo museu, ou um shopping-center pós moderno, ou uma área comercial que abriga um polo gastronômico de restaurantes que servem comidas exóticas, revela em si mesmo uma política redistributiva em favor de determinadas parcelas da sociedade em detrimento de outras.

A partir dessa ideia, o conceito de gentrificação pode também ser estendido. Zukin (1995), por exemplo, descreve a transformação de espaços públicos da cidade de Nova Iorque mostrando como o mobiliário urbano e o estilo arquitetônico, assim como normas explícitas e implícitas de uso, contribuem para uma filtragem social e para a exclusão de grupos sociais que antes frequentavam estes espaços. Outros autores estudaram como o comércio pode ser ator ou motor da gentrificação, em oposição a ideia de que o fenômeno ocorre somente como consequência de transformações “sócio-residenciais” (Van Criekingen & Fleury, 2006). Glass (1964) e outros pioneiros já apontavam a importância tanto da estética das formas construídas como das práticas específicas quanto ao uso do espaço urbano (ibidem).

Gotham (2005), analisa o Vieux Carre (French Quarter) de Nova Orleans mostrando uma gentrificação associada à transformação de uma área tipicamente utilizada por uma classe média formada “por uma população diversificada” (eticamente, principalmente), a partir da ocupação da região por casas de entretenimento e comércio voltado a atividade turística. Procurando focar no “porquê” e “como” do turismo como estratégia de “regeneração urbana”, o autor desenvolve o conceito de “Gentrificação Turística” afim de sublinhar o papel da política pública no encorajamento da gentrificação

e do desenvolvimento turístico, assim como o papel de firmas de “entretenimento corporativo” para a transformação do Vieux Carre em espaço de consumo. Gotham argumenta (na linha de Smith, 1996), que os fluxos de capital no mercado imobiliário, combinados com a ênfase no turismo explicam a gentrificação mais adequadamente do que as análises baseadas nas preferências do consumidor, ou mudanças culturais.

“O turismo é associado à produção de diferenciação local, culturas locais e diferentes histórias locais que têm apelo aos gostos dos visitantes pelo exótico e pelo que é único. Ao mesmo tempo, o turismo é uma das maiores indústrias do mundo e é progressivamente dominada por firmas globais de hotelaria e entretenimento (...) que possuem grande capacidade de explorar uma larga gama de possibilidades de transformação de locais em espaço de consumo.” (Ibidem, p.1101)

O trabalho de Gotham abre uma grande perspectiva para se pensar como a aliança de forças (e classes) que atua no Rio de Janeiro está provocando mudanças no Espaço Favela localizado na cidade ao incentivar o Turismo de Favela, assim como iniciativas empreendedoras quase sempre ligadas ao comércio voltado aos novos visitantes.

O Espaço Favela é dotado de marcantes ingredientes que fazem apelo ao gosto pelo único e pelo exótico de potenciais turistas. Em algumas favelas, a exploração desse potencial turístico já procede a passos largos. No Morro da Babilônia, localizado no bairro de Leme e dotado de vista exuberante e proximidade com o oceano, segundo um representante dessa comunidade⁶, em Janeiro de 2012 eram 5 os albergues voltados principalmente à turistas estrangeiros. Se as UPPs contribuíram muito para a expansão da atividade turística em algumas favelas da cidade, deve-se ter em mente que ela já ocorria antes da implementação das mesmas. O Vidigal e Rocinha são dois exemplos marcantes, onde a pelo menos dez anos já era comum a circulação de veículos 4x4 carregados com turistas, em sua maioria estrangeiros.

⁶ A informação foi prestada em uma conversa no final de uma reunião promovida pelo Ministério da Casa Civil no Santa Marta em Janeiro de 2012, que tratava de assuntos referentes à moradia.

No Capítulo 4, onde são analisadas entrevistas de cunho qualitativo realizadas junto a residentes do Santa Marta, apresenta-se alguns indícios de que um processo semelhante já ocorre na área. As rugosidades do espaço da área de estudo, no entanto, forneceram barreiras significativas a este processo. A falta de espaço físico disponível, o impossibilidade de circulação de veículos, assim como o próprio grau de consolidação da favela são alguns pontos importantes.

Os moradores apontaram algumas mudanças quanto ao uso de locais antes voltados exclusivamente ao convívio comunitário, agora cada vez mais voltados aos visitantes. Nesse sentido, a gentrificação do Espaço Favela não deve ser lida apenas como a expulsão branca da população residente, mas segundo lentes mais abertas que privilegiam o uso do espaço.

Se a Cidade Global assume um novo significado frente a uma redefinição da escala urbana perante a perda de hegemonia dos Estados Nacionais e ao papel cada vez mais proeminente das Governanças Empreendedoras Locais, as alterações na hierarquia de comando dos centros urbanos, frente à mudança no papel das cidades do antigo Terceiro Mundo (algumas com suas taxas de urbanização meteóricas e passando por profundas remodelagens espaciais), deve-se restabelecer o destaque da urbanização desses centros urbanos no próprio significado do termo “Cidade Global” (Smith, 2002).

Conforme mencionado por Harvey (2000, Cap 2), um geógrafo mais atento, ao ler o Manifesto Comunista, que data de 1848, logo percebe a dimensão geográfica dos argumentos. No documento também estão inclusas algumas descrições impressionantemente coincidentes do processo que hoje entende-se por Globalização. Ora, tal termo, assim como Regeneração ou Renovação Urbana, estéril quando ao carácter político por trás do processo, veio, nos últimos anos substituir tantos outros, como Imperialismo, Neocolonialismo, etc., servindo, inclusive, como instrumento retórico contra a pertinência da luta de classes, ou mesmo como ponto de partida para advogar-se a inevitabilidade do comportamento empreendedor da governança urbana.

Harvey (Ibidem) inicia seu argumento afirmando que o que hoje entende-se por Globalização, já era presente em 1492, senão antes. Partindo do princípio de que, a partir da crise da lógica de acumulação Fordista-Keynesiana, emergiu uma nova lógica de Acumulação Flexível marcada pela Globalização, o que de fato, na contemporaneidade, tornou-se global?

Smith (2002) entende que tornou-se global não o comércio, ou as finanças, mas o capital produtivo. A tendência à eliminação do espaço pelo tempo, revolucionada pelas novas tecnologias de comunicação e transporte, adquiriu novos níveis que se traduzem no cotidiano na cada vez maior dificuldade de atribuir-se uma específica nação fabricante às mercadorias que guardam em si componentes oriundos de diversas partes do planeta e são decorrentes, hoje, de um processo produtivo multiplanta em escala global.

Isso se relaciona dialeticamente a uma capacidade cada vez maior do capital de explorar em seu favor as diferenças geográficas, ao desenvolvimento geográfico desigual e à tendência capitalista à dispersão somada a uma tendência contraditória à concentração do capital. O capital imobiliário torna-se não consequente ao processo de urbanização como na proposição de Lefebvre (2011), mas um fim em si mesmo, uma indústria vital e um motor do processo de industrialização sob o regime de Acumulação Flexível.

A crise contemporânea do Capitalismo, que se iniciou em 2008 e ainda não forneceu indícios de seu fim, entendida como uma crise de superacumulação de capital, pretensamente será resolvida por meio de políticas de austeridade nas regiões mais desenvolvidas do globo: frente a baixa atividade econômica o Estado deve reduzir ainda mais os serviços sociais que deveriam proteger justamente quem é mais penalizado.

Não obstante, contrariando as recomendações da utopia neoliberal, a China promove um grande reordenamento espacial (ou *spacial fix*) materializado em um programa de urbanização a taxas jamais vistas na China, redimensionando as recomendações Keynesianas de aumento do gasto público em tempos de crise. Constroem-se cidades inteiras e uma larga infraestrutura afim de posteriormente preenche-las com indústrias e, principalmente, com pessoas. Esse país, sozinho, consome nos dias de hoje cerca da metade da produção de aço e cimento mundiais (Harvey, 2012). Tudo corrobora para a noção de que, se há na contemporaneidade alguma novidade quanto à Globalização, essa relaciona-se dialeticamente a uma capacidade cada vez maior do Capital de explorar as diferenças geográficas.

1.4 – A IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO URBANO NO RIO DE JANEIRO

No que concerne à cidade do Rio de Janeiro, o modo de Gestão Empreendedora à semelhança do praticado pelas cidades norte americanas e europeias surge inserido no ainda recente processo de redemocratização. Este processo foi caracterizado pela nova ordem constitucional com seu caráter reformista, assim como em um contexto de progressiva aceitação do ideário neoliberal, marcado pela advocacia à redução da intervenção do Estado na economia⁷, bem como a abertura comercial e privatizações.

Mesmo antes da nova Constituição, quando da Abertura Política, no início dos anos 80, às capitais dos Estados (assim como para outros municípios considerados estratégicos) já era permitida a eleição direta de prefeitos e iniciava-se a volta da livre associação partidária, proporcionando uma intensificação da vida política local.

A autonomia política foi ainda mais reforçada com a Constituição de 1988 que tinha dentre as suas inovações a descentralização administrativa, conferindo também, maior autonomia fiscal e financeira, concedendo aos municípios o direito à auto-organização – reger-se por meio de leis orgânicas próprias – o direito à auto-administração – permitindo aos municípios instituir e arrecadar tributos, aplicar rendas, legislar sobre assuntos de interesse local, organizar e prestar serviços e promover o ordenamento territorial (Constituição Federal, arts 29 e 30).

Observa-se, portanto, que essa transferência de direitos e responsabilidades foi diferente da ocorrida nos EUA, onde a expansão da Governança Empreendedora foi acompanhada pela redução dos repasses federais (para detalhes sobre esse aspecto, ver Hacksworth, 2007).

Além disso, o caso Brasileiro também diferencia-se pela liberdade de arrecadar e instituir tributos. Hacksworth (2007) enfatiza o caráter institucional do processo ocorrido nos Estados Unidos, onde as agências de risco, ao classificarem as cidades quanto à capacidade de honrar seus compromissos quanto ao pagamento de dívidas segundo critérios objetivos por elas definidos, passaram a exercer um controle coercitivo quanto às

⁷ A sessão anterior oferece pistas de que esta redução da intervenção do Estado defendida pelo receituário Neoliberal se dá muito mais no campo de discurso do que na prática. Mais adequado à realidade das ações dos Governos Neoliberais falar-se de mudança nas formas pelas quais o Estado intervém. Uma explanação detalhada pode ser encontrada em Harvey (2005).

decisões de orçamento ao influenciarem diretamente a capacidade de endividamento de acordo com suas concepções do que é uma cidade confiável. A partir daí, Hacksworth critica a “mudança orgânica em direção à direita” conforme proposta por Harvey (2001). O caso carioca lança dúvidas quanto à inveracidade de tal proposição.

A Constituição prevê aos municípios atribuições exclusivas e outras concorrentes às dos Estados e União. Entre as exclusivas estão a prestação e organização dos serviços de transportes coletivos, educação pré-escolar e ensino fundamental, e ordenação do território. Dentre as concorrentes, a prestação de serviços de saúde e de assistência social, a construção de moradias e o saneamento básico, a proteção ao patrimônio histórico, cultural e ambiental, o combate às causas da pobreza e a integração social dos desfavorecidos (Constituição Federal, art. 23).

Se pelo ponto de vista da arrecadação, as capitais dos Estados foram os municípios mais favorecidos, já que concentram as maiores proporções de renda, população e atividades econômicas, por outro, concentram a maior parte dos problemas concernentes ao desemprego, à pobreza urbana, à proliferação de favelas, à distribuição desigual de equipamentos e serviços coletivos, à violência urbana, etc. Essa situação era agravada pela falência do modelo desenvolvimentista e pela crescente ênfase, a partir do Governo Collor, de 1990, às políticas para a estabilização econômica em detrimento daquelas destinadas à promoção do consumo coletivo⁸. Tais problemas fizeram com que os municípios não fossem capazes de sozinhos alcançarem soluções.

Apesar da demanda por iniciativas intragovernamentais para busca de soluções, alguns fatores evitaram sua concretização, quais sejam: (a) a política de ajuste fiscal, que reduziu o financiamento de infraestrutura e os investimentos sociais, (b) o aumento da dívida dos Estados, (c) a ausência de governos metropolitanos, (d) impedimentos legais à formação de consórcios intermunicipais para a gestão de serviços públicos, (e) falta de competência técnica dos executivos municipais para formar consórcios, captar recursos, etc (Compans, 2005, p.182).

Em 1992, o Rio de Janeiro deu vitória ao candidato do PMDB César Maia, que se elegeu com um discurso que enfatizava a crise urbana, provocada principalmente pela

⁸ O Governo Collor foi marcado pela abertura econômica e por um primeiro movimento na direção do receituário neoliberal.

escalada de violência e da insegurança, que, em seu diagnóstico, era responsável por afugentar famílias e investidores. Sua prioridade seria a do restabelecimento da “ordem urbana” e assim promover o desenvolvimento. César Maia afirmou (em seu discurso de posse) que o Governo deveria ir além das funções administrativas e assumir responsabilidade sobre por tudo que afeta a cidade. Para redução da insegurança, estaria disposto a cooperar com outros os níveis de governo⁹.

O discurso de posse viria ainda a revelar os aspectos considerados prioritários em seu governo: a busca de uma maior eficácia administrativa, o combate à “desordem” urbana e o incentivo às atividades econômicas. A justificativa estaria não só no fato de que ela evitaria desperdícios de dinheiro público e a incidência de corrupção, mas também na convicção de que o apoio institucional do executivo municipal se traduziria no estímulo e atração de investimentos privados. Com esse objetivo, criou-se a Controladoria Geral do Município.

Enquanto no caso dos governos britânicos, o modelo a ser seguido era o Norte Americano, em especial o das experiências das cidades da Costa Leste dos EUA, o Governo César Maia tomou como modelo a experiência da reestruturação urbana e econômica da Cidade de Barcelona, alavancada pelo processo de preparação e pela realização dos Jogos Olímpicos de 1992. O objetivo para a Prefeitura era uma adaptação da experiência Catalã de formação de parcerias com grupos privados, pela execução de grandes projetos urbanos, além de grandes eventos culturais e esportivos internacionais.

Em maio de 1993 a prefeitura, promoveu o seminário “Rio-Barcelona” com a participação do prefeito, subprefeito, vereadores, técnicos administrativos e representantes da sociedade civil e, tendo como palestrantes, alguns convidados catalães que haviam participado da elaboração do Plano Estratégico adotado pelo *Ayuntamiento de Barcelona*, além de integrar a empresa de consultoria Tubsa – Tecnologias Urbanas Barcelona S.A., presidida por Jordi Borja¹⁰. Essa empresa, alguns meses mais tarde,

⁹ Portanto, indo de encontro o que havia se tornado comum no Rio de Janeiro, dos Governos do PDT, que eram vistos pelo público como “opositores” ao Governo Federal.

¹⁰ Rose Compans (2005), na primeira parte de seu trabalho, analisa o modelo de gestão local empreendedora conforme a sistematização promovida por Borja & Castells (1996), ativos na elaboração do Plano Estratégico da Cidade de Barcelona, instrumento fundamental de sua reestruturação, alavancada com os Jogos Olímpicos.

firmaria contrato com a prefeitura, afim de prestar consultoria à elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

O Plano de Governo (1993-1996) previa uma grande mudança na máquina pública, onde dois pontos mereciam destaque: (a) a identificação de vocações da estrutura econômica e social da cidade, buscando uma maior eficácia no gasto público, normatizando e incentivando o investimento privado em áreas prioritárias e estratégicas, (b) a descentralização administrativa, principalmente por meio da Criação de Subprefeituras, que teriam o objetivo de atrair novos investimentos do setor privado na cidade, e, particularmente, do setor imobiliário, comercial e de serviço nas áreas centrais (Plano de Governo 1993-1996 apud Compans 2005, p. 187).

Aliado a esses dois aspectos, havia um objetivo de antecipação do poder público em relação ao desenvolvimento econômico. As medidas estariam desde a implantação de novos complexos industriais e de serviços, elaboração e divulgação de novos indicadores econômicos, apoio à formação de empresas, todas a cargo do Instituto Municipal de Planejamento, o IPLANRIO.

Um aspecto do discurso que permeava as ações do novo governo merece destaque. Havia uma concepção de que a ausência de planejamento urbano de um lado, e de outro a ampliação das atividades econômicas informais, além da presença da população de rua funcionariam como forças repelentes para com as escolhas locacionais dos empresários. Essa seria a maior justificativa para o ordenamento e a reforma paisagística das áreas públicas, assim como para a repressão a ambulantes e mendigos.

“Ao nosso ver dois fatores nocivos são responsáveis pelo esvaziamento e degradação da Cidade do Rio de Janeiro. O primeiro deles é a ausência do planejamento urbano, econômico e social, gerando um quadro quase caótico, desestimulando as empresas e os empresários a investirem no Rio. O segundo corresponde à privatização dos espaços públicos, com a ocupação de ruas e praças como locais de moradia e de atividade econômica. Os direitos negados a significativa parcela da população... transformaram os espaços públicos em verdadeiros antros de miséria,

violência, atividades ilegais...” (Plano de Governo 1993-1996, p.7, apud Compans, 2005)

A principal manifestação da prioridade do ordenamento urbano está na criação da Guarda Municipal, que auxiliaria as Subprefeituras nas incumbências relativas à remoção de população em áreas de risco, à repressão aos ambulantes e ao recolhimento da população de rua, entre outras (ibidem, p. 51 a 53). Quanto ao tratamento paisagístico, destaca-se o Projeto Rio-Cidade (ibidem, p. 61).

O tema do ordenamento urbano mereceria destaque especial nos dois primeiros anos de governo e teve como consequência o grande desgaste político. Pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Datafolha, entre junho de 1993 e dezembro de 1994 apontaram o Prefeito César Maia como o mais impopular entre os de 10 capitais brasileiras. Segundo Compans (2005), analistas políticos atribuíam o não cumprimento das promessas quanto ao combate à violência e atuação na segurança pública como a principal causa do desgaste, já que persistia como razão nas opiniões dos entrevistados captadas pelas entrevistas. No entanto, o próprio prefeito, sem negar a questão da segurança pública, também relacionava seu desgaste ao combate aos camelôs e loteamentos clandestinos (Folha de São Paulo, 1 de julho de 1993 apud Compans 2005).

O quadro de impopularidade e a necessidade de ampliar o apoio político e social do seu governo, assim como a necessidade de formar-se como uma liderança que representasse os interesses da classe média urbana ameaçada pela violência, exigiram esforços para a construção de uma imagem pública do prefeito como a de um político moderno, administrador competente e realizador. A articulação com segmentos empresariais, contando com a participação da sociedade, para a elaboração de um Plano Estratégico aos moldes do de Barcelona, que definiria ações de impacto a curto prazo, cairia como uma luva para ambos os objetivos.

O Plano Estratégico havia sido apresentado no seminário Rio-Barcelona, em maio de 1993, como a grande ferramenta que, juntamente com a Parceria Público-Privada (PPP), tornou possível que a Cidade de Barcelona promovesse a reestruturação urbana e econômica, ao ter se tornado o elemento central na criação do consenso quanto à definição das ações que viriam assegurar a transformação da paisagem urbana e da economia da capital da Catalunha.

Forn (1993) diferencia a metodologia da execução do planejamento estratégico de Barcelona daquela tradicionalmente usada nos EUA, pela primeira ser caracterizada pela participação ativa dos agentes. Essa participação estaria não só na colaboração dos agentes na fase de execução do Plano Estratégico, mas no compromisso em relação à execução e financiamento das ações. O produto desse método é um projeto de cidade, que consiste em uma agenda de ações e intervenções físicas capaz de orientar a atuação governamental, além de atrair investimentos, engajar o setor empresarial na execução de ações mediante a PPPs e, de construir o consenso político em torno dessa agenda. Borja e Castells (1997 apud Compans 2005) asseguram que o plano estratégico é o grande legitimador do ordenamento urbano, na medida que é uma ferramenta de comunicação e obtém normalmente o consenso social, transferindo estas qualidades aos grandes projetos.

A alavancagem atribuída ao projeto das Olimpíadas de Barcelona viria com o grande volume de capitais de investimento captado a partir dos jogos. Não por acaso, o projeto-chave do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro seria do das Olimpíadas 2004 (Compans, 2014, p. 192 e 193).

Em novembro de 1993, formou-se um convênio para a elaboração do Plano Estratégico do Rio de Janeiro. Ele era formado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Prefeitura da Cidade e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), seria financiado por um Consórcio Mantenedor, formado por 51 empresas e associações empresariais, e contaria com a consultoria da Tubsá, Presidida por Jordi Borja.

Segundo Compans (2005, p. 193), embora a mensagem de apresentação do plano frisar a participação cidadã e institucional sem precedentes, que o permitiria abranger todo os anseios de toda sociedade e, portanto, configurar-se como um plano de toda uma cidade e não um simples plano de governo, *“o modo peculiar e seletivo como ocorreu essa participação sugere reservas na aceitação dessa assertiva”*.

Em primeiro lugar, a composição dos principais órgãos na estrutura de organização – o Conselho Diretor e o Conselho da Cidade – foi caracterizada por conselhos empresariais sobre representados, refletindo em critérios relevantes predominantemente econômicos. O primeiro, que no discurso deveria ser composto por “25 membros representativos da pluralidade econômica e social da cidade (PECRJ, 1996, p. 58 a 59 apud Compans, p. 194)” não continha um sequer representante de associações

comunitárias ou de entidades sindicais. No segundo, os segmentos populares estavam em desvantagem numérica. O Conselho da Cidade, “o órgão máximo da participação institucional e cidadã (ibidem)” se restringiu a homologar o trabalho da equipe técnica em três reuniões que na realidade foram cerimônias oficiais.

A metodologia aplicada pelos consultores catalães não só reforçava a orientação política dos seus promotores, traduzida na opção não aleatória por certas questões e por pessoas e instituições convidadas a se engajar no processo, mas também

“induziria a ausência programada de conflitos, ao não reconhecimento implícito dos antagonismos de classe que pudessem inviabilizar o consenso e a legitimação desejados” (Compans, 2005, p. 195).

O procedimento adotado para a etapa de elaboração do plano, ou seja, as etapas de levantamento das informações, diagnóstico e análise das propostas

“foi o da substituição do debate político, público e amplo, pela sistematização e filtragem de percepções e propostas encaminhadas por participantes, a cargo do Comitê Executivo auxiliado pela equipe técnica, ou, quando muito, pela discussão setorialmente fragmentada com grupos socialmente homogêneos” (ibidem).

Dentre as táticas adotadas para elaboração de um Plano, que segundo a interpretação da autora, visavam evitar os conflitos e buscar o consenso estão (a) a seleção prévia das “questões críticas” a serem abordados em entrevistas que tinham como objetivo “levantar informações” a respeito das mesmas, que seriam organizadas em uma estrutura classificatória nada neutra dos temas a serem abordados, (b) a seleção de um grupo de trabalho composto por 120 cidadãos interessados nos temas, que na prática não tinham nenhum controle do que seria posteriormente apropriado na consolidação produzida pela equipe técnica e o Comitê Executivo.

O Diagnóstico Preliminar conta com um capítulo introdutório intitulado “O Rio de Janeiro e seu contexto”. As tendências globais, nacionais e regionais, a luz das quais são

identificadas potencialidades e fraquezas da cidade no sentido de acompanhá-las ou contrariá-las¹¹ foram reproduzidas nos demais capítulos, balizando, portanto, o pre diagnóstico inicial. Isso implica na aceitação de que havia *“uma perspectiva velada, porém subjacente, de que o desenvolvimento social depende da adaptação da base econômica as referidas tendências* (Compans, 2005).” O desenho de cidade a ser seguido como paradigma foi o de centro do terciário internacional, ou de cidade global cuja lógica organizacional, econômica e espacial deve se subordinar às tendências do mercado global.

“O Papel decisivo atribuído aos serviços avançados para a modernização da economia urbana (...) direciona todos os capítulos do Diagnóstico, na medida em que estes últimos destinam-se a aprofundar os distintos condicionantes relacionados à transformação da base econômica da cidade e ao aumento da sua atratividade internacional (...) (Compans, 2005, p. 198) ”

Segue uma relação dos Capítulos do Diagnóstico e os condicionantes abordados (ibidem):

- Capítulo 2: existência de modernas infra-estruturas de transportes e telecomunicações, a presença de Centros de P&D e de universidades, e a disponibilidade de áreas centrais reservadas às atividades econômicas.
- Capítulo 3: oferta de recursos humanos qualificados.
- Capítulo 4: a definição de novas políticas urbanas e novo ideário de desenvolvimento de cidades, incluindo a mudança na concepção de zoneamento com redução do grau de rigidez seletiva dos tipos de uso do solo urbano.
- Capítulo 5: a qualidade de vida, entendida como direito à segurança, mobilidade interna, meio ambiente, lazer, ensino, saúde habitação e proteção social.
- Capítulo 6: a promoção de eventos culturais, esportivos e de negócios.

¹¹ Seguindo o método SWOT (Strengths, Weakness, Opportunities and Threats) concebido em Harvard nos anos 60, largamente utilizado nos EUA nos anos 70 e 80 e aplicado no Plano Estratégico de Barcelona.

- Capítulo 7: a eficiência da administração pública.

A estratégia de transformação do Rio de Janeiro em cidade global, sem nenhum disfarce aparente, coincide com a formulada pela Tubsa e traduz, antes de tudo, a visão dos consultores de que o desenvolvimento local depende da articulação do sistema urbano à economia global. A convergência entre o modelo teórico e o projeto político traduz-se na semelhança entre os objetivos do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e o de Barcelona, e na semelhança quanto às suas linhas estratégicas, que teoricamente foram fruto de ampla consulta popular em ambos os casos.

Sublinha-se que essas amplas coincidências verificam-se a despeito de amplas diferenças quanto às dinâmicas sociais, culturais e históricas evidenciando uma forte predisposição tanto dos consultores catalães, como dos responsáveis políticos locais “à busca pragmática de uma experiência bem sucedida, como se para tanto, bastasse adotar estratégias semelhantes para o desenvolvimento” (Compans, 2005, p. 200).

A autora divide as linhas estratégicas do plano em 3 grandes áreas de atuação pública: o ordenamento territorial, reprodução social e o planejamento das atividades econômicas. Quanto à última, destaca-se o fato de que o plano explicita que tal planejamento econômico não pode intervir nas decisões individuais dos agentes, mas restringir-se à provisão de infraestrutura e serviços de suporte comparativamente superiores aos dos demais territórios, visando criar um ambiente favorável aos negócios (Compans, 2005, p. 201).

Entre os projetos e ações que constam no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, apesar dos promotores do plano afirmarem que obedeceram o critério de prioridade estratégica e relevância quanto aos objetivos a serem alcançados, grande parte já se encontravam em andamento, como é o caso do Rio-Cidade, do Favela-Bairro, do Teleporto, das revitalizações da Região Portuária e da Região do Estácio e da Cidade Nova, do World Trade Center, do Parque Tecnológico do Fundão e de outros que já constavam no Plano de Governo do Prefeito César Maia.

Entre as “linhas estratégicas” delineadas pelo plano, todas de algum modo faziam parte do Plano de Governo, com a exceção da denominada “Rio 2004, Polo Nacional, Regional e Internacional”, que continha como principal inovação a candidatura aos Jogos Olímpicos, influenciada claramente não só pela experiência de Barcelona, “mas também

pela ênfase no city marketing e pela perspectiva de espetacularização mercadológica das manifestações culturais e desportivas” (Compans, 2005).

A inclusão de grande número de projetos que já estavam sendo executados ou pelo menos planejados pela Prefeitura, ou por outros níveis de governo, contribuiu para o sucesso do plano, no sentido de ampliar a confiança dos agentes envolvidos e da opinião pública na efetividade do planejamento e estimulava o engajamento da iniciativa privada na implementação dos projetos restantes. Em agosto de 1995, dos 159 projetos que constavam no plano, 35% já estavam em execução e apenas 27% estavam a desenvolver. Em abril de 1996, 45,3% dos projetos já estavam em execução. Esse aumento expressivo tem relação com o fato de, contrariando a retórica da PPP, a maioria dos projetos cabia exclusivamente à Prefeitura (44%), ao Governo do Estado (24%) e ao Governo Federal (14%). A modesta cifra de 17% contava com o esperado engajamento do setor privado (PECRJ, Boletim n.24 apud Compans, 2005, p. 205).

Compans (ibidem) também menciona que o grau de execução dos projetos variou quanto à natureza econômica ou social do projeto, com proporções muito superiores no primeiro caso. Da mesma forma, as proporções de projetos executados foram menores quando contavam com o envolvimento do Governo Estadual e Federal. Isso, no entanto, também ocorreu no caso de Barcelona, que executou cerca de 70% dos projetos, com maiores números para os projetos de natureza econômica, em detrimento dos de natureza social.

A inclusão de metas sociais tinha também o objetivo de manter, no caso de Barcelona, as centrais sindicais inclusas na elaboração do plano. A própria metodologia, que buscava evitar o debate em torno de questões polêmicas, induzia à integração de propostas dos mais diversos segmentos sociais, mesmo as que não eram consideradas prioritárias ou coerentes com os objetivos do plano. A justificativa seria que a necessidade de participação sempre obriga a inclusão de propostas de pouca ou nenhuma relevância estratégica (ibidem).

A metodologia, inibidora do debate político, indutora da priorização da competitividade econômica e que não apresentava garantia de realização das propostas apresentadas, legitimou a agenda política do Governo Municipal, mas o Conselho Diretor colocava-se como organismo independente ao Governo César Maia.

“O comprometimento de todos os candidatos que aspiram à Prefeitura do Rio com o Plano Estratégico é um anseio da sociedade. O Conselho Diretor tomou a decisão de realizar todos os esforços necessários para, em nome do Conselho da Cidade, obter esse compromisso de aprovação e continuidade da qualificação do Rio de Janeiro” (PECRJ, Boletim n.22, apud Compans, 2005, p. 209).

O Conselho Diretor promoveu em julho e abril de 1996 um ciclo de debates com os candidatos a prefeito. Todos enalteceriam as virtudes técnicas do plano, assim como o papel político – já que teria contado com a reunião de distintos segmentos da sociedade e ter se constituído num espaço autônomo em relação ao Estado. A oposição referendava, portanto, a agenda do Governo Municipal, com ele se identificava e acena à sociedade a aprovação de suas iniciativas e escolhas (Compans, 2005, p. 210). Os projetos constantes no Plano Estratégico do Rio de Janeiro, principalmente o Rio-Cidade e o Favela-Bairro, formariam o carro chefe que conduziria Luis Paulo Conde, o candidato governista, à vitória nas eleições.

A consagração do Plano Estratégico opera uma mudança na política urbana, afastando-a dos objetivos distributivos que nortearam a agenda reformista constitucional – que haviam sido incorporadas na Lei Orgânica Municipal e no Plano Diretor – e a subordinaram ao imperativo do desenvolvimento local. Além disso, emerge uma nova agenda fundada em projetos pontuais e no novo papel atribuído ao governo local, que deveria ser o de facilitador do mercado, em contraste com o antigo papel de regulador. O Plano Diretor da Cidade, cujo caráter distributivo, fundado no objetivo de garantir o bem estar social, melhoria da qualidade de vida e garantia do pleno funcionamento das funções sociais da cidade, por haver sido aprovado por lei, não poderia ser extinto, tampouco substituído pelo Plano Estratégico. As bases para realização dos objetivos do Plano Diretor estavam no controle público sobre o uso e ocupação do imóvel urbano, na implementação de uma política social que assegurasse o direito à moradia, na distribuição socialmente justa da infra-estrutura e dos serviços coletivos e na gestão popular da cidade (Lei Complementar n.16, de 04/06/1992, apud Compans, 2005, p. 211).

Mesmo que os dois planos não fossem coincidentes quanto ao escopo, já que o Plano Diretor restringia-se à organização do espaço urbano, enquanto o segundo tinha o

objetivo de alavancar o desenvolvimento local, eles representavam agendas e papéis governamentais antagônicos. A questão canônica que surge é como foi possível a convivência entre os dois, ou nas palavras da autora “como interagiram as aspirações da articulação política que deflagrou a elaboração do Plano Estratégico, com a determinação legal a qual o governo municipal estava submetido?” No esforço de responder a essa questão, Compans (2005) lançará mão do conceito de Seletividade Institucional conforme elaborado por Claus Offe (1984), que é um sistema de filtros que confere aos processos político-administrativos uma racionalidade estratégica vinculada aos interesses de classe (p. 149). O autor sustenta que para identificar a vinculação aos interesses de determinada classe, é imperativa não só a análise das ações, como das não-ações ou não-decisões do governo, ou seja, do conjunto de ações excluídas pelo processo de seleção adotado que determinam resultados políticos relevantes.

Um dos primeiros atos de César Maia, em janeiro de 1993, foi a retirada de diversos projetos de lei que regulamentavam alguns instrumentos legais previstos pelo Plano Diretor. A justificativa era, que por serem assuntos de vital importância para o desenvolvimento da cidade, eles eram merecedores de estudos mais aprofundados, assim como de debate amplo por parte da sociedade. Entre eles o IPTU progressivo no tempo, que visava combater a retenção especulativa da terra urbana e o Solo Criado, que visava reter parte da mais-valia urbana em infraestrutura, tornando onerosa aos proprietários urbanos a concessão do direito de construir além do equivalente à metragem quadrada de seus terrenos, ambos instrumentos frontalmente opostos aos interesses do setor imobiliário.

Como a regulamentação desses dispositivos jamais retornou à apreciação dos vereadores, isso significou, na prática torná-los sem efeito legal. Esses instrumentos eram cruciais para a implementação dos objetivos do Plano Diretor, já que os recursos advindos por meio destes deveriam ser totalmente aplicados em “*obras de habitação e saneamento básico em favelas, loteamentos irregulares e clandestinos, e áreas sujeitas a programas habitacionais dirigidos à baixa renda*” (Compans, 2005, p. 216).

A autora identifica 3 tipos de seletividade que procuraram criar obstáculos à implementação da política urbana prevista pelo Plano Diretor. A contenção das cobranças externas pela regulamentação do plano (a) com o argumento de que seria impossível cumprir o prazo legal estabelecido pelo projeto de lei, dada a complexidade dos temas e a incapacidade operacional da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), a ausência de

prioridade para a elaboração desses projetos de lei no interior da própria SMU (b), que tornou-se visível dada a prioridade de projetos pontuais como a Linha Amarela e a candidatura às Olimpíadas 2004 e a promoção do discurso da falência dos métodos de planejamento tradicionais (c) aos poucos assimilado pelos técnicos através de seminários internos, circulação de textos dos consultores catalães e a respeito do processo de elaboração do Plano Estratégico (Compans, 2005, p. 218).

Entre as ações analisadas pela autora, destaca-se a predominância daquelas que flexibilizaram a legislação que permitiam o controle público ao uso do solo urbano buscando a cooperação com o setor privado para as intervenções urbanas. O antigo modelo planejador era visto como ultrapassado e dentre as dificuldades ao desenvolvimento urbano expostas no já citado Diagnóstico Preliminar do Plano Estratégico do Rio de Janeiro estavam (a) a escassa cooperação público-privada, (b) a presença de obstáculos legais, como os prazos de concessão demasiadamente curtos, (c) a presença de uma legislação muito especializada com um zoneamento exageradamente rígido e (d) a insuficiência de recursos públicos e as dificuldades operacionais. Uma série de decisões nesse sentido são tomadas a partir do governo do Prefeito Cesar Maia, e ainda mais intensamente, a partir de 1997, no mandato de Paulo Conde, afim de superar a rigidez da legislação para viabilizar o investimento privado em empreendimentos imobiliários, o financiamento de equipamentos públicos e obras de infraestrutura e renovação urbana (Compans, 2005, p.221-245).

Três aspectos podem orientar a conclusão de que “todo o pretense modelo técnico de gestão urbana”, por sua vez uma versão “socialista”¹² daquele teorizado por Harvey (2001), constitui-se “numa estratégia político-argumentativa que objetiva a modernização das condições locais de acumulação capitalista” (Compans, 2005, p. 255). O intuito aqui é comentar cada um deles dando ênfase especial ao terceiro, argumentando que se a versão Carioca do referido modelo fracassou em um dos seus principais objetivos, o de transformar a Cidade do Rio de Janeiro em um centro do “Terciário Avançado”, conseguiu legitimar uma agenda política que já se configurava antes mesmo da participação dos

¹² A peculiaridade do caso de Barcelona estaria na participação popular no processo de elaboração do Plano Estratégico. Entre os segmentos presentes na elaboração do plano estavam presentes “associações de vizinhos”, assim como centrais sindicais (ainda que seja controversa a efetividade dessa participação), “desdobrando-se na criação de cerca de 39 empresas de economia destinadas a implementar projetos específicos delineados no plano” (Compans, 2005. p. 277).

consultores catalães e da elaboração do Plano Estratégico, redistribuindo poderes entre a iniciativa privada e a esfera pública e consolidando a força política e econômica dos capitais ligados ao setor imobiliário.

Em primeiro lugar, houve uma nítida convergência, conforme foi detalhado anteriormente, entre a agenda política da Prefeitura, e, de forma mais ampla, das elites dirigentes locais e a estratégia de inserção competitiva proposta pelo modelo. Em seu também citado discurso de posse, César Maia atribui o esvaziamento econômico não a fatores macroeconômicos, mas a fatores locais que se encontravam na esfera da atuação pública local.

A ideia da perda de investimentos estaria relacionada a condições locais que poderiam ser controladas pelos governos municipais. Seguindo esse raciocínio, o Rio de Janeiro teria perdido investimentos para outras cidades que ofereciam melhores condições de investimento e localização para as empresas. Da mesma forma, a eficácia administrativa e a valorização da cultura local, ambas estratégias chave do modelo técnico adotado, também já se encontravam presentes tanto no discurso de posse como no Plano de Governo.

O empreendedorismo urbano configura-se em uma estratégia de antecipação em relação aos condicionantes de desenvolvimento, podendo ser visto, portanto, como uma estratégia de modernização que não se restringe apenas à provisão das infraestruturas de comunicação, necessárias porém não suficientes. Se fazem imprescindíveis a flexibilidade institucional, entendida de forma ampla, ou seja, a capacidade de negociação com o setor privado, “autonomia política, adaptabilidade, representatividade e legitimidade interna” (Compans, 2005, p.261).

A metodologia oferecida foi, em particular, bem sucedida no sentido de evitar os conflitos e resultou no que Carlos Vainer (1995) denominou “produção planejada do consenso”, possibilitando viabilizar esta flexibilidade.

O modelo, que tem no Plano Estratégico, Parceria Público-Privada (PPP), Grandes Projetos de Intervenção Física e Marketing Urbano seus pilares vai de encontro com uma série de iniciativas que evidenciam a “reprodução mimética da experiência catalã”:

- Elaboração do Plano Estratégico e candidatura à sede dos Jogos Olímpicos 2004, contando diretamente com a consultoria da Tubsa;

- Criação da Agência Rio, ente privado destinado à gestão de projetos públicos;
- Ampliação do prazo de concessão pública e privatização da gestão de equipamentos e serviços coletivos, como a Linha Amarela, o mobiliário urbano e o a coleta de lixo, dentre outros;
- reorientação da política urbana no sentido da flexibilização dos controles urbanísticos em favor do aumento da valorização imobiliária;
- intervenções físicas pontuais destinadas à modernização da infraestrutura de transportes e telecomunicações e ao marketing urbano.

“Embora algumas dessas ações, como vimos, tenha sido programada antes da chegada dos consultores catalães, é a partir do Plano Estratégico que adquirem coerência com a estratégia mais geral de inserção competitiva, sendo a um só tempo justificadas, em face do discurso da crise econômica e da necessidade de dar um salto para o futuro, e legitimadas, diante da construção de consenso político que esse processo proporcionou” (Compans, 2005, p. 265-6).

Em segundo lugar, houve a legitimação da agenda política de modernização conservadora local, cujos projetos, em sua maioria públicos, visavam aumentar a competitividade da Cidade do Rio de Janeiro em relação as outras participantes de um hipotético mercado internacional de cidades. As semelhanças quanto aos planos estratégicos das duas cidades sugere a indução de resultados previamente definidos quanto às opções de desenvolvimento e prioridades de investimentos. Nessa direção, não se trata de afirmar que todos os projetos foram meras cópias, tampouco que todos os projetos presentes no Plano Estratégico do Rio de Janeiro eram consonantes com a estratégia de inserção competitiva. O processo participativo implica em incorporar propostas de todos que ali participavam. Compans (2005) chama atenção, no entanto, que, no caso carioca, a participação popular tenha se restringido ora a mera consulta, ora a homologação do Diagnóstico e do Relatório Final (p. 265).

A metodologia se pretende ao mesmo tempo técnica, formadora de consenso em torno de um projeto de cidade, além de ferramental de comunicação visando a promoção interna e externa da urbe, mas, para a sua eficácia, não prescinde da percepção de crise, que é potencializada pelo discurso da inevitabilidade da inserção competitiva frente à globalização e às mudanças na dinâmica capitalista. O discurso de inevitabilidade se traduz nas tendências globais que acabam por servir de parâmetros técnicos para a flexibilização institucional, particularmente ao arcabouço jurídico-legal da política urbana.

“O papel desse discurso é legitimar, e, portanto, autorizar as escolhas políticas que foram hipoteticamente pactuadas nesse processo participativo por toda a sociedade, em especial, quanto às prioridades de investimento em grandes projetos voltados à modernização da base econômica e ao marketing urbano, quanto a flexibilização dos controles que incidem sobre a produção imobiliária (...) e quanto à ampliação da participação do setor privado na gestão dos assuntos públicos” (Compans, 2005, p. 268).

Nesse sentido, a autora compreende o urbanismo empreendedor como uma estratégia não só política, mas argumentativa, que é igualmente um mecanismo de seletividade institucional, na medida em que instaura uma estrutura subjetiva de valores, compreendendo ainda, que, diferentemente de operar no nível do processo, como era o caso do Plano Estratégico, esse mecanismo de seletividade opera no nível da ideologia.

A máxima de que a cidade tem que ser competitiva é assimilada para além do Plano Estratégico, sendo assumida pelos quadros técnicos, assim como a de que o caminho para tal é o aprofundamento da relação com a esfera privada. São citados documentos redigidos pelos técnicos do IPLANRIO e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, mas Compans (2005, p. 270-1) enfatiza, principalmente, a disseminação desta ideologia na Secretaria de Urbanismo, devido ao papel do titular da pasta e futuro prefeito, Luis Paulo Conde, principal responsável pela vinda e contratação dos consultores catalães e cuja identificação intelectual com estes se materializou em diversos seminários internos que buscaram difundir no interior do órgão esse novo paradigma de urbanismo.

“Sem dúvida em que pese a adoção dessa estratégia político-argumentativa ter se refletido em outros campos da atuação municipal – como na política fiscal e econômica –, foi na política urbana, no seu sentido mais restrito, que se configuraram os aspectos mais agudos e, por isso, mais reveladores das novas ou renovadas práticas administrativas que passam a ser legitimadas pelo discurso da urgência competitiva. Com elas, novos papéis, novas relações e compromissos são estabelecidos entre Estado e sociedade, privilegiando alguns segmentos enquanto outros permanecem como sempre excluídos” (Compans, 2005, p. 271).

Em terceiro lugar, o discurso em questão orienta uma nova repartição de papéis sociais entre o poder público municipal e o capital privado. O governo busca assumir o papel de dirigente do desenvolvimento econômico local, provendo a infraestrutura necessária, a liberação de novas áreas para escritórios e indústrias, apoio à criação de novas empresas e reduzindo os constrangimentos legais e burocráticos para o surgimento de novos negócios, entre eles os relacionados à exploração privada de serviços públicos. O capital privado, engaja-se na concepção e execução de projetos públicos, viabilizando a captação de recursos e a articulação política de interesses empresariais necessários à realização, além de incrementar sua participação na gestão de equipamentos e serviços urbanos.

Compans (2005) ressalta que a consolidação dessa “aliança desenvolvimentista”, ao contrário do que se verificou nos EUA e na Europa dos anos 80, não se verificou por motivo de constrangimento dos repasses federais. Aqui, a motivação foi política (p. 271-3). Uma primeira evidência disso foi o já mencionado fato de que a Constituição de 1988, com a descentralização financeira, beneficiou, principalmente, as capitais e municípios economicamente mais importantes. Uma segunda estaria nos vultuosos investimentos municipais em grandes projetos como a Linha Amarela, Teleporto, Rio-Cidade e a duplicação da Avenida das Américas. Mesmo os projetos que contaram com o engajamento privado, como o Rio-Mar e a revitalização da Zona Portuária, foram desenvolvidos com recursos exclusivamente provenientes dos cofres municipais.

“A participação do setor privado limitou-se nesses casos à articulação de interesses empresariais em torno da exploração econômica futura dos

novos espaços criados, que, supostamente, seriam essenciais à sua preservação e manutenção” (Compans, 2005, p. 272).

Uma terceira evidência de que não foi a falta de recursos que teria impulsionado a parceria público-privada no caso do Rio de Janeiro foi a esquiva por parte do governo municipal em regulamentar alguns dos dispositivos legais do Plano Diretor com grande potencial arrecadador (também já mencionados no presente trabalho). Uma das primeiras medidas do Prefeito Cesar Maia foi a de reduzir o IPTU dos imóveis comerciais e, posteriormente, dos imóveis localizados no entorno das favelas (ibidem, p. 273).

Convém, no entanto, a relativização da adesão das elites locais dirigentes à estratégia de inserção competitiva e da atração de capitais e empresas transnacionais. O fracasso do Projeto Tele Porto, a crescente transferência de empresas do setor financeiro para São Paulo e o fechamento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, fizeram com que a estratégia de transformação da cidade em um centro do terciário avançado perdesse progressivamente credibilidade no meio empresarial. Ao mesmo tempo, em relação à estratégia de tornar o Rio de Janeiro um polo turístico nacional e internacional, o interesse empresarial jamais se esvaziou, mesmo após a derrota candidatura à sede das Olimpíadas 2004. A autora destaca que os segmentos empresariais envolvidos na discussão do Plano Maravilha, uma espécie de plano diretor para o desenvolvimento turístico, são praticamente os mesmos do consórcio mantenedor do Plano Estratégico, ou seja, os setores hoteleiros, imobiliários, comercial, de shoppings e de entretenimento.

“As decisões tomadas pelo governo municipal no que tange à tributação da propriedade e das atividades econômicas, aos investimentos em infraestrutura e à regulação do uso e ocupação do solo urbano atingem diretamente a lucratividade e a liquidez de seus negócios” (Compans, 2005, p. 275).

A estratégia de inserção competitiva não foi adotada pelos setores que efetivamente estão sujeitos à concorrência internacional, mas sim pelos segmentos do capital cuja lucratividade está associada a ganhos patrimoniais e especulativos advindos

da localização da propriedade imobiliária. Dado o malogro de projetos relacionados a distritos industriais, parques tecnológicos e Tele Porto, ou seja, aqueles destinados ao terciário avançado, o governo restringiu-se na construção e melhoria da infraestrutura, do tratamento paisagístico de áreas que favoreciam o marketing da cidade e na alteração de regras jurídicas de âmbito municipal. Os setores mais beneficiados, foram as empresas de obras públicas e as do setor imobiliário, que compreende as construtoras, incorporadoras, bancos que atuam no financiamento, grandes proprietários fundiários, empresas de shoppings e empresas do ramo hoteleiro. Coincidentemente, os setores do Consórcio Mantenedor do Plano Estratégico e da Agência Rio (ibidem, 276-7).

As empresas que mais se beneficiaram com a valorização imobiliária subsequente à flexibilização da legislação urbanística foram as que já há muito tempo encontravam-se instaladas na cidade. O discurso da competitividade não resultou, na prática, em atração de novas empresas, mas serviu à reorientação radical da política urbanística de uma orientação reguladora e redistributiva prevista pelo Plano Diretor, para outra de negociação pontual e oportunista que auferiu ganhos extraordinários à *“nossa velha e conhecida especulação imobiliária”* (ibidem, p. 278).

1.5 – RIO DE JANEIRO, CIDADE OLÍMPICA.

A Cidade do Rio de Janeiro hoje vive a concretização do projeto político apresentado na sessão anterior. A partir do momento da escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 e da Copa de 2014 a grande imprensa, assim como políticos e analistas, se puseram a destacar a janela de oportunidades que se abria na direção de novos investimentos no espaço urbano que poderiam ter o objetivo de enfrentamento dos problemas de mobilidade urbana e de recuperação de espaços degradados para a habitação, o comércio e o turismo.

A prefeitura da cidade, sob o comando do prefeito Eduardo Paes, nome que emergiu no cenário político a partir de sua atuação como subprefeito da Barra da Tijuca e da Tijuca durante os anos César Maia, anuncia o projeto da Cidade Olímpica. O presente projeto tem como objetivos declarados o fim da Cidade Partida, a integração e prover à população condições de vida dignas.

Dentre as grandes intervenções urbanas no momento em curso estão a construção de equipamentos específicos para os jogos;

Apesar dessa grande intervenção urbana realizada pela prefeitura da cidade e por parcerias público-privadas (PPPs) que têm o bem comum como o objetivo declarado, a Sociedade Civil por meio dos Movimentos Sociais e ONGs têm se mobilizado em torno da denúncia de violação dos direitos humanos assim como do direito da população a ter acesso às informações e participar do processo decisório.

Assim como durante a fase de implementação do projeto político descrito na seção anterior, decretos, medidas provisórias e leis “votadas ao largo do ordenamento jurídico e longe do olhar dos cidadãos” assim como um grande número de portarias e resoluções constroem uma “institucionalidade de exceção” (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012). Aqui o Urbanismo Flexível (primeira seção desse capítulo) é levado às últimas consequências “violando-se abertamente os princípios da impessoalidade, universalidade e publicidade da lei e dos atos da administração pública”. Aqui é mister o interesse privado e o papel do Estado como parceiro facilitador do Capital que legitimam suas ações em nome das PPPs.

Amplia-se um processo de acumulação por despossessão (Harvey, 2011), com peculiaridades específicas ao espaço do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento o Estado, sob a justificativa de tratarem-se de moradias em situação de risco, remove as populações pobres das áreas de grande interesse especulativo e em seguida as doa à construtores e empresas do setor imobiliário.

O Exemplo mais marcante desse processo é o da Região Portuária da Cidade, onde famílias foram vítimas de expulsão de suas casas e transferidas para conjuntos habitacionais localizados a mais de 30 km de distância dos endereços de origem, sem a preocupação por parte dos agentes envolvidos com questões como a interrupção dos estudos das crianças deslocadas, ou a distância desses conjuntos dos locais de emprego dos pais.

A chamada revitalização da área portuária - Projeto Porto Maravilha - está recheada de exemplos de desvio da prioridade estabelecida em lei do uso prioritário de terrenos de propriedade do Poder Público para habitação de interesse social (Art. 4 IIc da lei 11.124 de 16 de junho de 2005 que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

Carlos Vainer, que há muito tempo acompanha a formação dessa institucionalidade de exceção, mencionou, em entrevista concedida ao Jornalista Juca Kfoury (Vainer, 2011), que cerca de 92% da área era constituída por glebas de propriedade da União, Estado e Município. Ora, a justificativa de construção das habitações destino em áreas periféricas se dá, principalmente, dado o elevado preço de terrenos nas áreas centrais. Tratando-se 92% da área de terra públicas próximas ao Centro e, portanto, dos empregos, a única conclusão possível é que o interesse do Capital prepondera em relação ao dos pobres.

Foi elaborado um Dossiê contendo essas denúncias pelo Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas:

O Dossiê denuncia o processo de violação do direito à moradia e fala do desrespeito, pelas autoridades, do direito dos cidadãos e cidadãs de terem acesso à informação e a participar nos processos decisórios. Fala da subordinação dos interesses públicos aos interesses de entidades privadas

(entre as quais destacam-se o Comitê Olímpico Internacional e grandes corporações), fala do desrespeito sistemático à legislação urbana e aos direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao direito ao trabalho, fala do desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados às prioridades da população. Enfim, fala da violação do direito à cidade. (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012).

Nas áreas para onde apontam o vetor do desenvolvimento imobiliário e dos interesses privados a ele associados, “a máquina destruidora de casas populares, operada pela Prefeitura Municipal, atua de forma mais intensa” (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012). Os bairros palco do maior número de remoções são, não por coincidência, Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargem Grande. Soma-se a isso o fato de que investimentos realizados na construção viária e infraestrutura de transportes privilegiam principalmente essas áreas gerando momento à valorização dos direitos de propriedade nelas contidos e, dessa forma, aumentando as possibilidades de investimento e retorno privado na construção habitacional destinada às classes médias e altas.

Não é apenas a governança local, segundo uma “coerência regional estruturada” (Harvey, 2005) que age nesse sentido. O Governo Federal dá sua contribuição através do programa de habitação popular intitulado “Minha Casa, Minha Vida” (apelidado no Rio de Janeiro de “Minha Casa, Minha Remoção”) complementando o quadro de reordenação espacial classista (gentrificação).

A grande maioria dos conjuntos habitacionais produzidos pelo programa (exclusivamente destinado às famílias com renda de zero a três salários mínimos mensais) não estão nas áreas destino dos grandes investimentos do setor imobiliário, mas nas áreas periféricas que, no caso da Cidade do Rio de Janeiro, caracterizam-se pela precariedade de equipamentos e serviços de consumo coletivo. Segundo o Dossiê,

O caso da educação é exemplar, tendo em vista que o município tinha universalizado o acesso à educação e agora se observa ausência de vagas ou queda da qualidade de ensino provocada pela ampliação do número de

alunos por sala de aula (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012).

O documento contém ainda, em linhas gerais, uma descrição de como se dão essas remoções. Primeiramente, a Prefeitura Municipal edita um decreto de desapropriação. Apesar de ciente do fato de que os moradores da área não são aqueles que constam no Registro Geral de Imóveis, a ação movida junto à Justiça cita os pseudo-proprietários: muitos já falecidos, outros que não mais reconhecem-se como donos do imóvel, dado que todas as ocupações datam de mais de 5 anos e que não foram alvo de contestação de posse – casos de usucapião urbano (Brasil, 2001), ou uso especial para fins de moradia, no caso de terrenos públicos (Brasil, 2001).

Assim, os supostos proprietários não são encontrados, favorecendo a ação de desapropriação,

“uma vez que a não manifestação do proprietário permite que o poder público assegure a transferência de propriedade com o simples pagamento em juízo de 80% do valor do imóvel” (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012).

A partir dessa manipulação jurídica (no Dossiê, “jogo de faz-de-conta”) a Prefeitura tem se saído, em geral, vitoriosa ganhando ações e derrubando liminares impetradas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro contra as remoções (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012). O documento afirma que é ilegal o procedimento acima descrito, uma vez em que não reconhece o preceito constitucional que assegura o direito à posse e cita o Agravo de Instrumento nº 0023390-14.2011.8.19.0000 - 25 de janeiro de 2012, através do qual o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro tomou decisão favorável a um grupo de moradores removidos em razão das obras da Transcarioca (via de ligação entre o Aeroporto Internacional e a Barra da Tijuca), garantindo-lhes o direito à justa indenização. Ao fundamentar sua decisão, é resgatada a “jurisprudência tomada pelo Superior Tribunal de Justiça, que nega a competência do ente expropriante (...) para questionar a posse dos moradores”: somente o suposto proprietário formal poderia fazê-lo.

“ Essa decisão coloca em cheque a constitucionalidade do decreto municipal 34.522 de outubro de 2011, que reconhece o direito à indenização da população tida como invasora somente no que é referente às benfeitorias e não ao solo. O decreto coloca, ainda, sob o mesmo patamar jurídico as famílias residentes em áreas de risco e aquelas que detêm o direito de regularização de suas posses (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012).

Destaca-se ainda no Dossiê que as remoções aconteceram e, seguem acontecendo, antes mesmo do posicionamento da Justiça e, portanto, sem conceder aos moradores a oportunidade de por ela serem ouvidos, assim violando o princípio básico de acesso à justiça. No caso das decisões favoráveis aos processos de desapropriação com interesse público, é violado o princípio de precaução nas ações de despejo, reintegrações de posse e desapropriações que envolvam comunidades pobres e grupos vulneráveis assegurado nos Pactos Internacionais pelos Direitos Humanos que “afirma a necessidade de se prevenir situações de risco ou conflito que possam produzir danos sérios ou irreversíveis, requerendo a implementação de medidas que possam evitar estes danos” (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012).

Ressalta-se ainda que os reassentamentos oferecidos em regiões próximas à comunidade de origem são exceções. No caso da Favela do Metrô Mangueira, que se localiza nas proximidades do Estádio do Maracanã, aparelho esportivo de destacada prioridade em relação aos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, somente depois de muita pressão por parte das 100 famílias afetadas que chegaram a ser removidas para Cosmos (Bairro da Zona Oeste localizado a 50 km de distância do local), a Prefeitura Municipal se comprometeu com a construção de dois conjuntos habitacionais na localidade: o Mangueira I e II. O documento segue ainda relacionando o assentamento próximo à comunidade, no caso do Morro da Providência, à amenização de conflitos, considerando-se o elevado grau de organização popular de seus moradores e ao valor simbólico por tratar-se do “Morro da Favella” (ver 2.2), a primeira a constituir-se na cidade.

No caso da Vila Autódromo, já famosa por sua força de resistência e elevado grau de organização dos moradores (comparada por Carlos Vainer à Vila dos Gauleses dos quadrinhos de Asterix¹³), o documento acusa a Prefeitura de tentar, a partir de

¹³ Vainer (2011).

reassentamentos próximos à área, dividir os moradores e facilitar a remoção dos mesmos. Tratam-se, em sua maioria, de detentores de títulos de posse (Vainer, 2011).

Segundo o Dossiê, a criação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) constitui “Outra faceta dessa política” (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012), que entra no processo frente a impossibilidade de legitimar uma política que efetivamente desloque toda a população pobre das áreas de interesse. Entre tudo o que serve de sustento a essa afirmação há a questão da visibilidade (muitas vezes internacional) de favelas como o da Cidade de Deus; que ganhou o mundo com o filme de mesmo título, do Jardim do Batan; que criou fama a partir do caso de sequestro e tortura de um grupo de jornalistas do Jornal O Dia por milicianos que controlavam a área; e do Complexo do Alemão; devido às ações de enfrentamento por parte do Comando Vermelho; assim como o das Favelas da Zona Sul e do Maciço da Tijuca; visíveis às classes médias e altas dada a localização nos bairros que as servem de residência.

No documento confidencial emitido pelo Consulado Geral do Estados Unidos em Setembro de 2009 (data em que apenas quatro UPPs haviam sido implantadas) e vazado pelo sítio Wikileaks, em Agosto de 2011 (<http://wikileaks.org/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html#>), compara-se a política das UPPs com a estratégia de contra insurgência popular utilizada pelos Estados Unidos da América no Iraque e no Afeganistão, o que, segundo o autor, chamaria a atenção em relação ao grau de ausência do Estado nas áreas alvo.

Segundo o documento, as UPPs representam a primeira vez em que o Estado usa de estratégia de “clear and hold”, ou seja, “limpam” as “favelas violentas” dos criminosos armados estabelecendo uma “polícia permanente” e depois provendo “serviços básicos” e a “presença governamental”. Nesse mesmo sentido, o documento enfatiza a percepção dos Governos, traduzida em afirmação nele atribuída a José Mario Beltrame de que “estamos em guerra”. Assim como no caso da política contra insurgência praticada no Iraque e Afeganistão, o sucesso das UPPs dependeria não somente de uma eficiente coordenação da polícia com os governos estadual e municipal, mas teria em seu “centro de gravidade” a percepção das populações das áreas afetadas por elas. Caso as UPPs

“ganhem” os “corações e mentes”¹⁴ dos habitantes, continuem a receber o apoio do Governador e Prefeito e forem reforçadas pelas empresas privadas em seus interesses de “reintegrar cerca de um milhão de habitantes aos mercados formais”, podem então representar uma “grande reconstrução do tecido social e econômico do Rio de Janeiro”. A nota concluiu com a promessa de que o Consulado “irá trabalhar de perto das autoridades estatais relevantes para facilitar trocas, seminários e parcerias institucionais com esse objetivo (<http://wikileaks.org/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html#>).

As UPPs hoje gozam de amplo apoio popular, tanto nas áreas afetadas, como revelou a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas conduzida nas comunidades do Santa Marta¹⁵ e da Cidade de Deus (ainda com um maior descontentamento por parte da segunda), como entre as camadas privilegiadas da população que habitam os bairros formais nos quais as favelas são inseridas (<http://governorj.jusbrasil.com.br/politica/2736851/moradores-da-cidade-de-deus-e-dona-marta-aprovam-upps>).

Quanto aos serviços básicos, A Light (companhia elétrica distribuidora), por meio de seu Presidente Jerson Kelman, tornou público o plano de investir R\$ 75.000.000,00 na construção de redes, instalação de equipamentos, transformadores, medidores e outros itens nas comunidades. Segundo Kelman, a adimplência no Santa Marta e no Chapéu Mangueira já chegou a casa dos 96%, mas a companhia pretende ainda conectar mais de 60.000 moradores à rede (Revista Exame, 2011).

A FIRJAM faz presença nas Áreas de UPPs através do Programa Sesi Cidadania, que leva serviços gratuitos de esportes, cultura, educação e lazer às populações dessas áreas. O projeto conta com programas voltados à educação básica, educação profissional, um programa voltado à terceira idade, cultura, informação, esportivos e nutricionais (SESI Cidadania, <http://www.dsone.com.br/clientes/firjan/sesi-cidadania/>).

¹⁴ “Corações e Mentés” é o título do filme documentário do diretor Peter Davis, lançado no ano de 1974, famoso por denunciar os abusos cometidos pelo exército americano durante a Guerra do Vietnã, assim como apresentar visões do conflito de familiares de soldados mortos, soldados mutilados e heróis de guerra regressos.

¹⁵ Neste sentido aponta também a pesquisa qualitativa aplicada no Santa Marta, a ser apresentada no fim do presente trabalho.

Pode-se citar ainda a agência de publicidade NBS, que irá inaugurar um escritório no Santa Marta, e lançou em Abril de 2012 o programa Rio + Rio , que, segundo seu sócio e Diretor de Criação, André Lima, tem o objetivo de “trazer as marcas” para as comunidades alvo de UPPs e o Banco Santander, que traz iniciativas de microcrédito (<http://www.youtube.com/watch?v=oNntPb5RidQ>).

Aparentemente, as UPPs conquistaram (ou estão em processo de conquista) os “corações e mentes” tanto das populações diretamente afetadas, quanto dos moradores dos entornos das favelas alvo, como de segmentos do empresariado. São um absoluto sucesso do ponto de vista do marketing urbano e cabem como luva no que Harvey (2001) denominou como sendo as estratégias essenciais de competição internacional do Empreendedorismo Urbano Flexível. Não se perdendo de vista que as populações diretamente afetadas são as principais beneficiadas, ao focarem somente em comunidades de grande visibilidade. Encaixam-se ainda na concepção do autor de ênfase na economia política do lugar em detrimento da do território, tornando-se foco da opinião pública e desviando a atenção e os recursos dos problemas associados à favelização generalizada na cidade como um todo.

CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO FAVELA E O SANTA MARTA

O objetivo deste capítulo é analisar os dados disponíveis do Censo 2010, em particular do suplemento de Aglomerados Subnormais publicado em 2011 pelo IBGE, afim de traçar o perfil socioeconômico da área estudada, a Comunidade Santa Marta. É também apresentada uma revisão da produção de conhecimento a respeito das favelas afim de fornecer bases segundo as quais será analisada a realidade da área específica estudada.

2.1 - O PENSAMENTO SOBRE AS FAVELAS

No século XIX o debate sobre a pobreza, tanto no Brasil, como na Europa não se iniciou dentro das Ciências Sociais, mas foram os profissionais ligados à imprensa, à literatura, à engenharia, à medicina, ao direito e à filantropia que originalmente descreveram e passaram a propor medidas para seu combate. A origem desse conhecimento impunha uma realidade prática, qual seja: conhecer para denunciar, intervir, melhor gerir a pobreza e seus personagens. O locus da pobreza era o cortiço: além de espaço de moradia para as populações pobres, concentrava também, em grande número, “vadios e malandros” (Valladares, 2000, p. 7).

A ele o Governo da Capital impôs a Reforma Pereira Passos, as brigadas de vacinação de Oswaldo Cruz, a remoção forçada dos habitantes e a derrubada das edificações. Sendo todas essas iniciativas desacompanhadas de uma preocupação da sociedade e de suas elites com qual seria o destino das populações que tinham ali as suas moradias. A proliferação dos cortiços como forma de habitação popular, que se deu no contexto do vertiginoso crescimento populacional do fim do Séc. XIX e início do Séc.

XX não foi acompanhado de um crescimento compatível no campo da produção de habitação. Contudo, ao “problema da habitação popular” o tratamento deu-se na ótica técnico sanitária (Abreu, 1987).

Os estudiosos do *cortiço* mostram como nele tem-se a semente da *favela*. Seja porque notava-se no interior do maior e mais famoso deles, o “Cabeça de Porco”, a presença de barracões e casebres, seja por ter havido uma relação direta entre a derrubada dos cortiços com a ocupação das encostas dos morros cariocas no início do Séc. XX. Relaciona-se à ocupação do Morro da Providência, depois conhecido como “Morro da Favella”. Isso porque com a chegada das tropas da Guerra de Canudos e com a derrubada do Cabeça de Porco, o prefeito Barata Ribeiro havia permitido a retirada de madeiras que poderiam ser aproveitadas em outras construções. Alguns moradores teriam subido o morro por detrás das estalagens e, por coincidência, uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes nas encostas do morro, podendo assim manter alguns de seus inquilinos (Vaz, 1986; Chalhoub, 1996, *apud* Valladares, 2000, p. 7).

Somente depois de bem sucedida a campanha contra o cortiço, a favela passa a despontar como o território da pobreza. Mas inicialmente era justamente o Morro da Favella que entraria para a história dada a sua associação com a Guerra de Canudos, por abrigar ali os combates que dela retornavam e que estavam a pressionar o Ministério da Guerra a pagar os soldos a eles devidos. Aos poucos o Morro da Favella, até então conhecido como Morro da Providência, passa a emprestar o seu nome para as aglomerações de casebres que se multiplicaram rapidamente pelas encostas dos morros do Centro do Rio de Janeiro. Mas é apenas na segunda década do Séc. XX que a imprensa passa a utilizar a palavra favela de forma substantiva, surgindo, assim, uma nova categoria para designar as aglomerações de pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas.

Jornalistas, médicos, engenheiros, homens públicos e chefes de polícia passam a deixar de lado o cortiço. O cortiço passa a fazer parte do passado inclusive quanto às preocupações do sanitarismo. Sobre a favela o discurso médico e sanitarista, que ora marcou a ideologia anti cortiço das elites e do Governo, passa a recair. Para ela se transfere a visão de que seus moradores são os responsáveis pela própria sorte, assim como responsáveis pelos males da cidade.

Assim, Valladares (2000) situa o debate sobre a pobreza e a habitação popular como contendo as origens de um pensamento específico sobre as favelas cariocas. O Mito de Canudos empresta as depressões do terreno, o chão rugoso e áspero, os arvoredos baixos, os caminhos tortuosos e mal traçados e os degraus esboçados na rocha viva, perigosos e escorregadios nas características físicas. Também empresta a liderança de Antônio Conselheiro paralela a dos homens valentes que viviam sob suas próprias regras (na figura do Zé da Barra, daqueles dias ou do narcotráfico dos dias atuais). Ou até mesmo a ideia de Comunidade, sendo vista como uma aglomeração de miseráveis com uma extraordinária capacidade de sobrevivência às condições de vida precárias e inusitadas por meio de uma “comunidade organizada” segundo princípios próprios fora da vida da cidade com as suas leis e propriedade privada. Morar na favela, assim como ir para Canudos, era uma escolha da vontade individual de cada um.

Descoberta a favela como um espaço de resistência está dada a base para que ela se transforme em um problema. Na década de 20 surge a campanha contra a “lepra da esthetica” (Abreu, 1987). Nos anos 30 o ambicioso (e jamais executado em sua plenitude) Plano Agache¹⁶ já denunciava o perigo representado pela permanência da favela e, em 1937, o Código de Obras que além de oficialmente reconhecer a existência da favela (além de descrever precisamente o que se entende pelo termo), proíbe a criação de novas favelas (Abreu, 1987). Valladares assinala que “uma vez a favela oficialmente conhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado” (Valladares, 2000, p. 19).

Para essa tarefa surge no fim dos anos 40 a necessidade de realização de estudos sistemáticos com o objetivo de superar a visão impressionista e generalizadora, e assim produzir conhecimento sobre o problema à favela associado. Esses estudos contribuíram para a desconstrução de certos pressupostos como o da ocupação, que verificou-se ser dado também com o aval dos proprietários dos terrenos, que viam na favela não só uma forma de obter renda, mas fazê-lo isento de impostos, ora em terrenos da Prefeitura ou mesmo da União e até em glebas formadas por junções de terrenos públicos e privados. Mesmo assim, ainda tinham em comum a reprodução de visão estereotipadas da pobreza

¹⁶ Inserir pequena explicação sobre o Plano Agache.

que a vinculava à vadiagem, ao negro, à falta de higiene e a uma conduta moralmente questionável (Valladares, 2008).

Isso muda nos anos 50, quando são publicados os resultados de uma grande pesquisa quantitativa produzida por um órgão oficial e dedicada exclusivamente ao espaço favela. O IBGE publicou em 1949 o Censo das Favelas, que concluiu haverem 105 favelas na cidade e uma população favelada de 138.837 habitantes, contrariando as crenças populares. Nesse levantamento também foram incluídas também informações sobre os domicílios, quais sejam: o tipo e o número de cômodos, cobertura, esgotamento e fornecimento de água, piso, pagamento ou não de aluguel, assim como informações sobre a população: sexo, idade, naturalidade, instrução, cor, estado civil, atividade declarada, zona de moradia, zona do exercício de profissão e salário declarado. No ano de 1950 o IBGE realizou o Censo Demográfico, sendo publicados pela primeira vez, separados da população em geral, os resultados referentes às favelas do Distrito Federal, adotando-se primeira vez a definição formal de aglomerado subnormal. A partir dessa definição formal foram contadas 58 favelas na Cidade do Rio de Janeiro sendo essas constituídas por 169.305 habitantes, correspondentes a 7% do total de habitantes da cidade. A partir de então, inaugurou-se uma nova perspectiva de análise extremamente contrastante com tudo que havia sido produzido até então (Valladares 2000; Valladares 2008).

Cabe observar que no pensamento produzido até o fim dos anos 40 está a gênese da concepção dualista que ainda persiste nas representações da favela. Ou seja, às ocupações, percebidas com “temporárias”, reconhece-se o valor de troca¹⁷, dado que eram exploradas pelo pagamento de aluguel. No entanto, não estavam presentes na época a percepção da favela como solução do problema de moradia da população pobre, nem a ideia de que foram resultantes da invasão de terrenos, tampouco a ideia de que eram oriundas exclusivamente de correntes migratórias que trouxeram os nordestinos (Valladares 2000; Valladares 2008).

¹⁷ Valor de troca, aqui, não remete ao conceito Marxiano, remetendo exclusivamente à existência de um preço atribuído ao bem Moradia. É digno de nota que há uma dificuldade teórica em compatibilizar a renda da terra com uma Teoria do Valor baseada no trabalho contido ou no trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria. O próprio Marx ao longo de sua obra oferece tratamentos contraditórios a esse respeito. Uma solução plausível pode ser encontrada em Harvey (1999, Cap 11) onde a propriedade da terra é tratada como um “capital fictício”.

Os anos 60 são marcados por um vertiginoso crescimento da população urbana do país, com a questão da moradia dos trabalhadores pobres ganhando visibilidade devido à multiplicação das favelas na maioria das capitais brasileiras. Um interesse é então despertado no seio da academia, originalmente pela temática da favela carioca. Essas abordagens se fizeram sob influência da “teoria da marginalidade social” e a ideia de uma “cultura da pobreza” (Rosa, 2009). A produção desse período corresponde à “favela das ciências sociais” (Valladares, 2008). Nos anos 70 os estudos da favela crescem com fôlego renovado devido ao desenvolvimento dos programas de doutorado no Brasil. Esses estudos comumente usavam a favela como ponto de partida para lidar com assuntos mais gerais como a pobreza urbana e a vida cotidiana e os costumes do povo. Isso representou um ganho não só qualitativo, mas também quantitativo: o número de artigos, teses, livros e relatórios concernentes a essa temática aumentou de maneira marcante. A favela torna-se um assunto da moda e as ONGs tornam-se cada vez mais envolvidas no processo.

Um interesse desenvolve-se paralelamente pela periferia (notadamente de São Paulo), através da reflexão sobre as relações entre o Estado, a Habitação, as condições de reprodução da força de trabalho e sob a influência da Teoria da Acumulação Capitalista de ótica Marxista. Segundo essa última interpretação, os locais de residência dos trabalhadores pobres seriam “locais homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais e localizados tipicamente nas áreas periféricas da cidade” (Rosa, 2009).

Aqui fica implícita a história da ocupação precária e a história do trabalho carioca vis a vis a produção do simbólico com um reflexo direto na produção acadêmica fundada em uma ideia de proletariado no sentido canônico do termo: o operário da cidade industrial liberal. Isso, para Burgos (2005), justifica o abandono da teoria da “espoliação urbana” para o caso do Rio de Janeiro “*onde o mercado de trabalho nunca foi capaz de substituir outras fontes culturais produtoras de solidariedade*”.

Burgos chega a afirmar que isso faria com que conceitos que operam na base da “luta de classes” sejam tidos como menos universais que aqueles que operam “*na base da integração social*”, o que é questionável tendo em vista o desenvolvimento teórico proposto por David Harvey (2012; 1999; 2005).

Harvey propõe uma redefinição do conceito de proletariado, que abarque a produção de valor fora do circuito produtivo propriamente dito e que abranja todos

aqueles trabalhadores (muitos deles precarizados) que tornam possível a reprodução da vida urbana: como os do transporte, trabalhadores domésticos, etc. Isso, por sua vez, sustenta a concepção da Cidade como território da Luta de Classes (Harvey, 2012). É no entanto imperativo chamar a atenção para a contribuição de Burgos (2005) no tocante a enfatizar a prática clientelista, em articulação com a mudança na dinâmica de acumulação capitalista.

As primeiras abordagens teóricas além de consolidarem a favela e a periferia como objetos e campos de estudos urbanos, provaram-se com o tempo provedoras de conceituação, formando categorias de análise a partir das reflexões sobre a pobreza urbana, a moradia popular e a produção do espaço urbano Brasileiro. Em ambos os casos, as análises se deram sob bases dualistas materializadas na oposição cidade/favela e na oposição centro/periferia, que perpassavam, em grande medida, a noção de irregularidades e ilegalidades urbanas que acompanhariam a inserção das camadas mais pobres da população no espaço urbano.

Ribeiro & Lago (2001) caracterizam essa concepção dualista como uma (di)visão da sociedade carioca centrada na separação e na oposição entre a favela e a cidade presente desde a gênese da ocupação precária das encostas da cidade no Rio de Janeiro no fim do Sec. XIX. Essa concepção dualista da cidade vê esses locais de moradia da população pobre como a realização oposta do discurso normatizador da sociedade. Esses seriam os espaços da pobreza, do ilegal e do informal.

Ainda que, como mencionado no próprio artigo de Ribeiro & Lago (2001, pp. 144) e extensamente discutido nos trabalhos de Lícia Valladares (2000, 2008), essa concepção dualista tenha perdido força na discussão promovida pela academia na década de 70, ela retorna ao debate público sobre a sociedade urbana carioca. As concepções dualistas ganham momento a partir dos anos 90 com o reinteresse pelo “problema da favela”, revisitando os conceitos de cidade ilegal e de cidade informal. Tal concepção é corroborada pela inclusão da questão relativa ao narcotráfico e da violência urbana na agenda da academia, reforçando a sua legitimidade e apontando para que a vida organizada da favela estaria sendo substituída por um estado de anomia. Ganham prestígio intelectual expressões como “gueto”, “exclusão social” e “nova marginalidade” e é tomada como axioma a ideia de que as mudanças no mundo do trabalho estariam desfazendo as relações de integração entre a favela e a cidade. As metáforas midiáticas

da “Cidade Partida”, “Desordem Urbana” dotam tais concepções dualistas de legitimidade social (Ribeiro & Lago, 2001, pp 145).

A hipótese de Valladares (2008) é que há uma relação direta entre o interesse no estudo da favela com a política pública e os assuntos do planejamento urbano, a intensidade e a orientação que variam ao longo de cada período. Isso explicaria o crescimento no número de publicações nos anos 70, quando a política anti favela dos governos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas esquentou o debate provocando crítica e oposição. O distinto decréscimo da produção nos anos 80 seria relacionado a um período onde as políticas de remoção e “limpeza da área central” chegaram a um fim.

O novo crescimento da produção nos anos 90 estava ligado à política do Favela-Bairro, que através do fomento por parte de Agências Governamentais incentivou a pesquisa nas áreas contempladas pelo programa. Além disso, Valladares (2008) destaca o papel das ONGs, a partir dos anos 80 e os temas da violência e exclusão social na agenda da academia nos anos 90.

Partindo de uma análise da produção acadêmica sobre favela, Valladares (Ibidem) identifica alguns dogmas que foram postulados e questionados nos estudos. O primeiro seria o da favela como algo específico. Vários estudos afirmam uma identidade da favela, com suas características geográficas, seu status e uso da terra ilegais e sua obstinação em continuar favela e, portanto, manter seu modo de vida distinto. O favelado típico, segundo tal concepção, é aquele que larga a escola e tenta uma carreira no tráfico de drogas, atraído por dinheiro e poder. A favela condiciona o comportamento de seus habitantes. Essa visão reativa os postulados ecológicos e higienistas da determinação pelo meio.

O segundo dogma caracteriza os habitantes e o território socialmente: a favela é o locus da pobreza, o território urbano do pobre. O terceiro é o da favela como unidade, tanto na teoria científica como na prática política, tratando a favela como um bloco monolítico. As favelas são tratadas, faladas e escritas no singular: como “a favela”.

Os dogmas propostos pela autora, assim como a concepção dualista têm um lugar especial na leitura e interpretação dos estudos produzidos sobre as favelas. Sejam os estudos comparativos da favela com a cidade, trabalhos com o foco no território, comparações entre as favelas, etc. Essas ideias facilitam uma leitura crítica da produção

e chamam a atenção para o pensamento sobre as favelas como inserido em um processo.

Burgos (2005) enfatiza, como mencionado anteriormente, teorias fundadas na questão da integração social. Segundo ele

“Um aglomerado habitacional se transforma em favela à medida em que desenvolve um microssistema sociocultural próprio, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais que estabelecem interações particularizadas com as instituições da cidade” (ibidem, p. 190).

A configuração ecológica da favela, ou seja, sua vocação para o desenvolvimento de configurações socioculturais fortemente enraizadas na vida local, as quais não faltam elementos à uma ordem jurídica singular, existência de autoridades locais informais, fundadas em identidades coletivas territoriais, servem de base para a negociação política para o acesso aos bens públicos da cidade.

Assim, a cidade aparece como uma agregação de núcleos atomizados, tendo em mente que mesmo as classes médias e abastadas progressivamente recolhem-se nos muros dos condomínios fechados. A noção de território remete ao microcosmos, onde a favela é apenas um exemplo particular. O território se opõem à cidade, domínio dos direitos universais ou coletivos e fonte de liberdade e cidadania.

A hipótese básica que permeia o artigo é que a progressiva territorialização da cidade é limitadora do exercício da cidadania e do uso do potencial político inerente ao regime democrático. Nesse sentido, estabelece-se uma relação dialética, ou seja, o processo de favelização não é apenas consequência da desigualdade social, mas causa da reprodução e aprofundamento da mesma. É, sobretudo, a partir dos territórios e não da cidade que o mundo popular constrói suas formas de participação política, em particular o voto.

Então, a cidadania popular se encontra atravessada pelas contradições inscritas no espaço urbano, onde uma “subjatividade encapsulada nos muros do território” forja indivíduos com poucas referências do direito cotidiano. Esse indivíduo é sujeito a uma

sociabilidade ambígua pois o território, por um lado, é fonte de violência, que prospera na medida em que faltam os direitos e de outro, fonte de proteção contra as forças desumanas do mercado (Burgos, 2005, p. 192). Ao mesmo tempo que o priva da cidade ele dá acesso à comunidade. Daí se explicaria o renovado senso de lealdade que os moradores nutrem pelas instituições locais.

Daí o autor propõe uma análise baseada em dois conceitos básicos: o controle negociado e o da cidade escassa. O primeiro foi formado a partir da crítica ao clientelismo e ao assistencialismo. Ele tornaria inteligível o assimétrico de trocas entre a cidade e os territórios e, mais importante para o trabalho em questão, ele traria implícita a noção de que a destruição da realidade que ele pretende descrever traria consigo uma crise de solidariedade. Enquanto o conceito de controle negociado está comprometido com uma agenda de emancipação e autonomização, o de cidade escassa reinstala o tema da ordem e da solidariedade, como guia para se pensar a cidade de homens livres e iguais.

O ponto de partida para a formulação desse conceito de controle negociado é o entendimento de que a incorporação da favela à cidade se deu com a constituição de uma categoria social subalterna; a do favelado; determinando um padrão de integração urbana fragmentado e fortemente hierarquizado. O movimento associativo dentro das favelas que teve a sua origem nos anos 50, portanto, não chegou a constituir um processo de emancipação política, mas apenas uma redefinição parcial do padrão de relacionamento com a cidade (Burgos, 2005, p. 194).

Nesse sentido o autor contextualiza a política de urbanização de favelas nomeada de Favela-Bairro, como sendo alvo de disputas horizontais quanto a eleição de que territórios seriam contemplados. Seleção essa que foi tornada opaca a partir de critérios técnicos supostamente opostos à prática clientelista.

O trecho transcrito abaixo define o conceito:

O “controle negociado” decorre, portanto, da vigência de mecanismos de incorporação subordinada à cidade, que são manipulados por intermediários políticos especializados em traduzir os interesses dos moradores dos territórios em demandas de acesso aos bens públicos proporcionados pela cidade. Sua reprodução decorre de arranjos do tipo clientelista, que comprometem a autonomia individual e coletiva dos moradores dos territórios fragilizando seu status de cidadão. Desse modo, a instrumentalização da política de território converte-se em substituto funcional da luta pelos direitos em face do Estado (Burgos, 2005, p. 195) .

O autor afirma que esse conceito torna inteligível o padrão historicamente determinado de negociação entre cidade e território, desde quando começam a ser sentidos os efeitos da modernização, que tem no padrão de trabalho assalariado, na ênfase ao consumo e na deflagração de padrões de igualdade entre os indivíduos baseados no mérito e na ética do trabalho as bases para a definição de uma subjetividade individualista burguesa, orientada pelo desejo de mobilidade social (Idem, p. 195)¹⁸.

Burgos (2005) cita o trabalho de Eli Diniz (1982) que descreve o clientelismo carioca como uma espécie de coronelismo urbano. Segundo a autora, organizado a partir de uma estrutura fortemente hierarquizada, com sede no Poder Executivo, o circuito de poder sofria uma intermediação por parte do Legislativo, que se apoiava nas lideranças comunitárias que constituíam as vias de acesso à população do território. A população respondia com o voto, fechando o circuito dessa relação de lealdade, baseada em um sistema de troca de favores.

Burgos (2005) também cita o trabalho de Alba Zaluar (1985), a partir da etnografia da Cidade de Deus, que vê a identidade territorial desconectada de uma cultura cívica capaz de torná-la tanto estruturante do exercício da liberdade, quanto determinante para tornar os moradores presas fáceis para todo tipo de mecanismo de subordinação, como o jogo do bicho e o narcotráfico.

O artigo segue então argumentando que progressivamente, houve a formação de uma espécie de consciência por parte dos moradores de como se dá o circuito político, já que as vitórias advindas do jogo político clientelista sob “controle negociado” traduzidas na aquisição de bens públicos e integração dos moradores à cidade, o tornaram cientes de que a engrenagem política que os líderes comunitários fazem parte podem se traduzir em benefícios tangíveis.

¹⁸ Ainda que a afirmação seja plausível do ponto de vista da clarificação de como o processo se dá no caso Brasileiro, no contexto do clientelismo, esse é um processo inserido na dinâmica da acumulação capitalista e, em particular, na formação da cidade industrial, ainda que, como anteriormente observado, essa sempre ocorre na sempre segundo um Desenvolvimento Geográfico Desigual. Daí ser questionável a afirmação de que a interpretação tendo como eixo teórico a Luta de Classes, que não é incompatível com a formação de Coerências Regionais Estruturadas, seja menos “universal” que uma cujo eixo teórico é a “integração social” (Harvey, 2001).

Em um contexto onde a experiência urbana ocorre por intensos padrões de exclusão política e pela ausência de uma cultura cívica, a cidade torna-se objeto da apropriação privatista onde prosperam os sentimentos de desconfiança e ressentimento sociais. A escassez de cidade aponta para a falta de lei e ordem e para a falta de capacidade do Estado para universalizar suas regras e valores e de fazer cumprir os direitos.

Esse diagnóstico reflete ao problema da integração social e, por conseguinte, à reflexão sobre o papel desempenhado pelas diversas agências responsáveis pela produção de solidariedade dentre os diversos grupos sociais e entre diferentes partes da cidade.

2.2 – OS AGREGADOS SUBNORMAIS

Segundo os dados do Censo 2010, que teve como data de referência 31 de julho de 2010, a população residente em domicílios ocupados era de 190.072.903 pessoas. Dessas, 11.425.644 (ou 6,01%) vivem em Aglomerados Subnormais.

Segundo a documentação do Censo 2010, por Aglomerado Subnormal entende-se um conjunto de, pelo menos,

“51 unidades habitacionais carentes (barracos, casas, etc.), em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (IBGE, 2011, p. 18).

Dois são os Critérios para Identificar-se os Aglomerados Subnormais: ocupação ilegal da terra (a) pública ou particular (estando também inclusos os casos onde uma concessão de título de propriedade a esses antigos ocupantes ilegais tenha ocorrido a menos de 10 anos), e (b) pelo menos alguma das seguintes características:

- ✦ Características Urbanísticas fora dos padrões vigentes, ou seja, vias de circulação estreitas ou irregulares, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções que não foram regularizadas junto aos órgãos públicos.
- ✦ Precariedade de Serviços Públicos Essenciais (Ibidem).

Essas definições são aplicáveis às áreas (mais especificamente em um setor censitário, ou em um conjunto de setores censitários) onde uma expressiva parcela da população reside. Nota-se que isso não quer dizer que os Aglomerados Subnormais identificados pelo Censo 2010 contém toda a população que sofre com a precariedade

dos serviços públicos ou fazem morada em territórios caracterizados pela “*liberdade construtiva*” produzidas em ambiente de “*liberdade urbanística*”, como Abramo (2003) conceitua os Assentamentos Precários Informais (APIs)¹⁹.

Por exemplo, não estão inclusas áreas que se encaixam no conceito exceto pelo fato de compreenderem até 50 residências. Isso significa que, muito provavelmente, mais de 6,01% possuem um conjunto de características que podem-se resumir em: (a) condições de habitação precária, (b) na carência de serviços públicos essenciais e (c) ocupação ilegal de terras, o que demonstra a gravidade desses problemas.

A Tabela 1 apresenta dados referentes à domicílios particulares ocupados e população residente em domicílios particulares ocupados, total e em aglomerados subnormais, e número de aglomerados subnormais. Quanto aos totais dessa população em relação ao Brasil, a Região Sudeste contém 42,08%, ou 79.990.551 pessoas. Quanto a parcela relativa à população residente em Aglomerados Subnormais (11.425.644 de pessoas), a residente na Região Sudeste corresponde a 48,85%.

Já no Estado do Rio de Janeiro, em relação à população total, residiam 15.936.268 pessoas em domicílios ocupados, o que corresponde a 8,38% desta população do Brasil e 19,92% do Sudeste. Quanto à população residente em Aglomerados Subnormais, o Estado do Rio de Janeiro corresponde por 17,71% desta população em relação ao Brasil e 36,26% em relação ao Sudeste, ou seja, 2.023.744 de pessoas.

O Município do Rio de Janeiro possuía 6.288.588 pessoas residindo em domicílios ocupados, o que corresponde a 39,46% do total do Estado, 7,86% do total da Região Sudeste e 3,31% do total Brasileiro. Eram 1.393.314 os residentes em Aglomerados Subnormais no Rio de Janeiro, ou seja, 68,85% em relação ao Estado, 24,97% em relação ao 12,19% Brasil.

Os valores mostram o grande problema da favelização no Brasil. Quando tem-se em mente os dados relativos ao Sudeste, percebe-se que o problema é ainda maior. Contudo, percebe-se também que ele se agrava, conforme reduz-se a agregação geográfica centrada no Município do Rio de Janeiro. Os percentuais de residentes em domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais para o Brasil, Sudeste, Estado do Rio

¹⁹ Capítulo 3.

de Janeiro e Município do Rio de Janeiro formam 6,01%, 6,98, 12,70%, 22,16%, respectivamente.

Tabela 1 - Domicílios particulares ocupados e população residente em domicílios particulares ocupados, total e em aglomerados subnormais, e número de Aglomerados subnormais

Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios	Domicílios particulares ocupados		População residente em domicílios particulares ocupados		Número de aglomerados subnormais	Percentual de D.O.s em A.G.S.N.	Percentual de Residentes em D.O.s em A.G.S.N.s
	Total	Em aglomerados subnormais	Total	Em aglomerados subnormais			
Brasil	57 427 999	3 224 529	190 072 903	11 425 644	6 329	5.61%	6.01%
Sudeste	25 227 877	1 607 375	79 990 551	5 580 869	3 954	6.37%	6.98%
Rio de Janeiro	5 248 092	617 466	15 936 268	2 023 744	1 332	11.77%	12.70%
Rio de Janeiro	2 146 322	426 965	6 288 588	1 393 314	763	19.89%	22.16%

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A Tabela 2 apresenta os percentuais de residentes em Aglomerados Subnormais em relação à população total do Brasil, Região Sudeste, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro para grupos de idade, considerando-se, apenas, os municípios onde foi identificado pelo menos um Aglomerado Subnormal. Cada célula contém a porcentagem de cada grupo de idade que reside em Aglomerados Subnormais. Os dados utilizados para a construção da mesma encontram-se na Tabela A1, do Anexo 2.

Percebe-se que os grupos com as faixas de idade mais baixas possuem os maiores percentuais de suas populações residindo em Aglomerados Subnormais. Ainda que as diferenças nos percentuais não sejam tão expressivas quando comparadas com cada grupo para o Brasil e o Sudeste, elas são maiores no caso do Estado do Rio de Janeiro e ainda maiores ainda no caso de sua Capital.

Por exemplo, no caso do grupo mais jovem, enquanto 15,69% dos Brasileiros residem em Aglomerados Subnormais, 30,89% das crianças entre 0 a 4 anos que residem no Município do Rio de Janeiro têm residência localizada em Aglomerados Subnormais. Em relação ao Sudeste, que revela para quase todos os grupos de idade percentuais menores que os do Brasil, o Município do Rio de Janeiro mais que dobra seus valores das faixas até os 34 anos. Ou seja, se o problema é grave para a totalidade da população do Município, ele é maior dentre as parcelas mais jovens da população. Esses percentuais tão altos nas 4 faixas mais jovens deveriam merecer olhares atentos das políticas públicas.

Tabela 2 - Percentuais de População Residente em Aglomerados Subnormais segundo Grupos de Idade

	Brasil	Sudeste	Estado do Rio de Janeiro	Município do Rio de Janeiro
0 a 4 anos	15,69%	14,94%	17,98%	30,89%
5 a 9 anos	15,80%	15,07%	17,55%	30,31%
10 a 14 anos	15,43%	14,78%	16,82%	29,11%
15 a 17 anos	14,87%	14,22%	16,30%	28,21%
18 ou 19 anos	14,04%	13,45%	16,19%	27,45%
20 a 24 anos	13,46%	12,78%	16,17%	27,12%
25 a 29 anos	12,77%	11,74%	15,21%	24,73%
30 a 34 anos	12,72%	11,56%	14,61%	23,77%
35 a 39 anos	12,60%	11,46%	14,01%	22,71%
40 a 44 anos	11,88%	10,79%	13,17%	21,45%
45 a 49 anos	10,55%	9,45%	11,71%	18,49%
50 a 54 anos	9,72%	8,62%	10,91%	16,71%
55 a 59 anos	8,81%	7,70%	9,94%	14,75%
60 a 64 anos	8,23%	7,02%	9,22%	13,35%
65 a 69 anos	7,88%	6,47%	8,55%	12,07%
70 a 74 anos	7,15%	5,69%	7,62%	10,42%
75 a 79 anos	6,44%	4,97%	6,70%	8,59%
80 a 84 anos	5,68%	4,22%	5,89%	7,34%
85 a 89 anos	5,51%	3,90%	5,31%	6,37%
90 a 94 anos	5,95%	3,98%	4,94%	6,05%
95 a 99 anos	6,79%	3,82%	4,76%	5,91%
100 anos ou mais	10,27%	6,53%	7,02%	8,82%

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Nota: Somente municípios com presença identificada de aglomerados subnormais

A Tabela 3 apresenta os percentuais da população segundo Raça/Cor para os totais da parcela residente em Aglomerados Subnormais para o Brasil, Sudeste, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro (cada linha somando 100%). Nota-se que, para todos os níveis geográficos, tem-se uma menor porcentagem de Brancos e maiores de Pretos e Pardos em Aglomerados Subnormais. Deve-se ter, no entanto, certo cuidado com essa variável, já que é resultado de auto declaração ou declaração de quem responde os questionários sobre qual é a cor ou raça dos outros residentes do domicílio. Apesar disso, observa-se uma clara diferença entre Aglomerados Subnormais e a

totalidade da População em todos os níveis geográficos, ou seja, nos Aglomerados Subnormais existem maiores proporções dos que se declaram (ou são declarados) negros ou pardos e menores proporções de brancos.

Tabela 3 - Percentuais de Raça/Cor em relação aos totais para toda a População e para os Aglomerados Subnormais segundo Níveis Geográficos Selecionados

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Brasil	48,67%	8,58%	1,18%	41,31%	0,25%
Aglomerados Subnormais	30,58%	12,86%	0,90%	55,47%	0,20%
Sudeste	53,02%	8,79%	1,23%	36,84%	0,11%
Aglomerados Subnormais	34,92%	12,53%	0,74%	51,69%	0,12%
Estado do Rio de Janeiro	47,19%	12,29%	0,77%	39,65%	0,10%
Aglomerados Subnormais	33,48%	16,58%	0,92%	48,91%	0,10%
Município do Rio de Janeiro	51,26%	11,41%	0,73%	36,49%	0,11%
Aglomerados Subnormais	33,11%	16,30%	0,95%	49,55%	0,10%

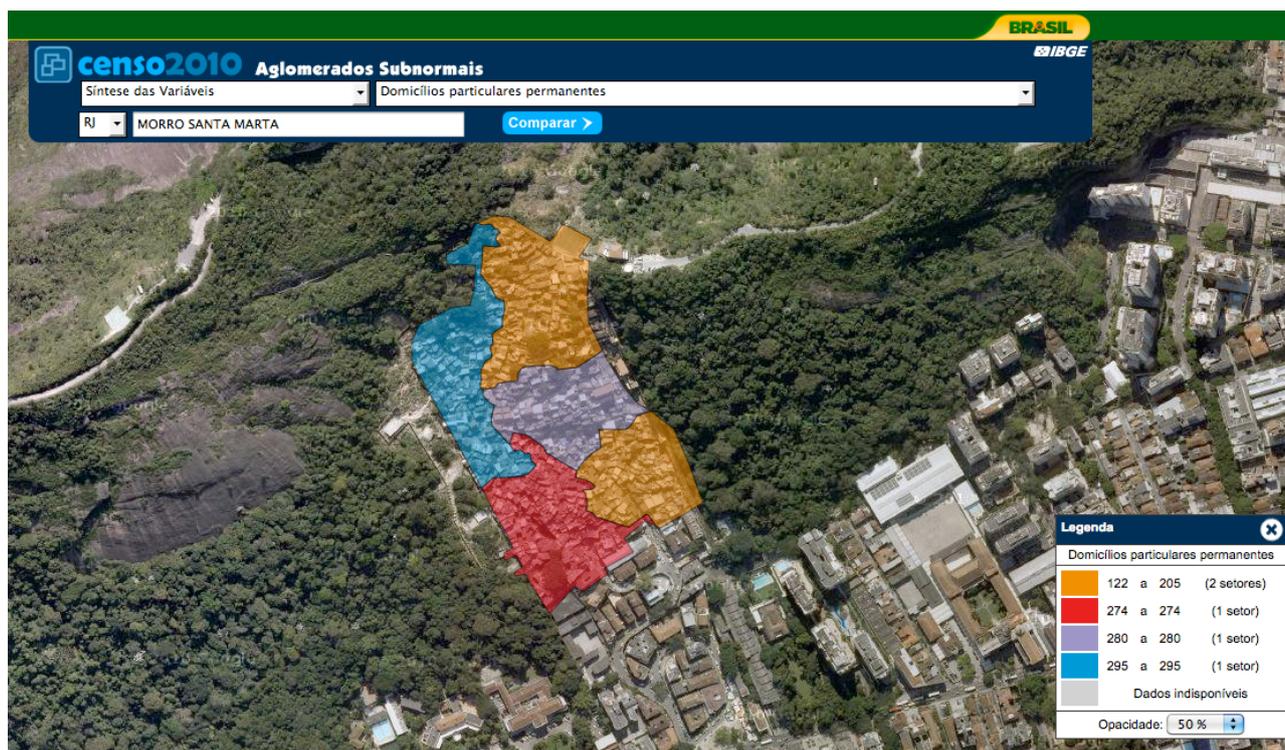
Fonte: IBGE, Censo 2010.

Nota: Somente municípios com presença identificada de aglomerados subnormais

2.3 – O SANTA MARTA

Como pode ser visto pela Figura 1 e na Tabela 4, a área estudada, denominada no aplicativo virtual de visualização de mapas, tabelas e gráficos disponível em www.censo2010.ibge.gov.br como “Morro Santa Marta”, foi pelo IBGE dividida em cinco setores censitários – os setores de número 330455705090117, 330455705090118, 330455705090119, 330455705090120 e 330455705090121 – onde localizam-se 1177 domicílios. Sendo que apenas um deles é do tipo coletivo (e localiza-se no setor 330455705090117). Os demais são domicílios particulares permanentes e, desses, 1067 (90,7%) são do tipo casa. O restante dos domicílios particulares permanentes (103 ou 9,3%) são do tipo apartamento.

Figura 1 - Setores Censitários e Domicílios Particulares Permanentes



Fonte: IBGE, Aplicativo de Visualização dos Aglomerados Subnormais – Censo 2010

Tabela 4 - Classificação dos Domicílios

Setor Censitário	Domicílios	Domicílios Particulares Permanentes (DPPs)	DPPs do Tipo Casa	DPPs do Tipo Apartamento
330455705090117	206 (17,5%)	205 (17,4%)	184 (17,2%)	19 (18,4%)
330455705090118	274 (23,3%)	274 (23,3%)	273 (25,6%)	0
330455705090119	280 (23,8%)	280 (23,8%)	235 (22,0%)	42 (40,8%)
330455705090120	295 (25,1%)	295 (25,1%)	253 (23,7%)	42 (40,8%)
330455705090121	122 (10,4%)	122 (10,4%)	122 (11,4%)	0
Santa Marta	1177	1176	1067	103

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A Tabela 5 apresenta o número de Domicílios Particulares Permanentes (DPPs), o número de moradores em Domicílios Particulares Permanentes e a Média de Moradores por domicílio, considerando essas primeiras variáveis. Nota-se que os setores concentram porcentagens semelhantes do total de domicílios, sendo que o de número 330455705090121 (na Figura 1, localizado mais ao norte e de cor amarela) é uma importante exceção, contendo 122 domicílios, sendo todos do tipo casa. Como será visto com maiores detalhes no Capítulo 4, em entrevistas realizadas com moradores e visitas ao local revelaram que se trata de casas localizadas em terrenos em geral maiores. Além disso, essa foi uma área bastante desvalorizada do ponto de vista dos habitantes da comunidade devido à dificuldade de acesso ao local (apesar da estrada que liga a comunidade ao bairro de Laranjeiras) e a constantes episódios de violência, dadas as incursões da polícia e de grupos de traficantes rivais pela estrada, que fizeram a área ser conhecida como “Vietnam”. Os moradores destacaram que a implementação da UPP (localizada na fronteira leste do setor) e a construção da estação número 5 do Teleférico (conhecido como Bondinho) mudaram tanto esse quadro de violência como o da dificuldade de acesso.

O Censo 2010 contou na área um total de 3894 moradores em Domicílios Particulares permanentes, sendo que 92,3% deles residiam em casas. O setor de número 330455705090120 é o que abriga maior quantidade de população, com 933 pessoas vivendo em 295 casas – resultando em uma média de 3,16 habitantes por casa – e 110 moradores em 42 apartamentos – uma média de 2,62 habitantes por apartamento.

Tabela 5 - Moradores em Tipos de Domicílio Particular Permanente

Setor Censitário	Em DPPs do Tipo Casa	Em DPPs do Tipo Apartamento
330455705090117	614 (17,0%)	47 (16,2%)
330455705090118	841 (23,3%)	0
330455705090119	783 (21,7%)	133 (45,9%)
330455705090120	933 (25,9%)	110 (37,9%)
330455705090121	431 (12,0%)	0
Santa Marta	3604	290

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A Tabela 6 mostra o número de Domicílios Particulares Permanentes segundo as quantidades de moradores residentes, por setor censitário. Nota-se que na maioria dos domicílios da área residem 1, 2 ou 3 moradores, o que representa 60,5% do total de Domicílios Particulares Permanentes.

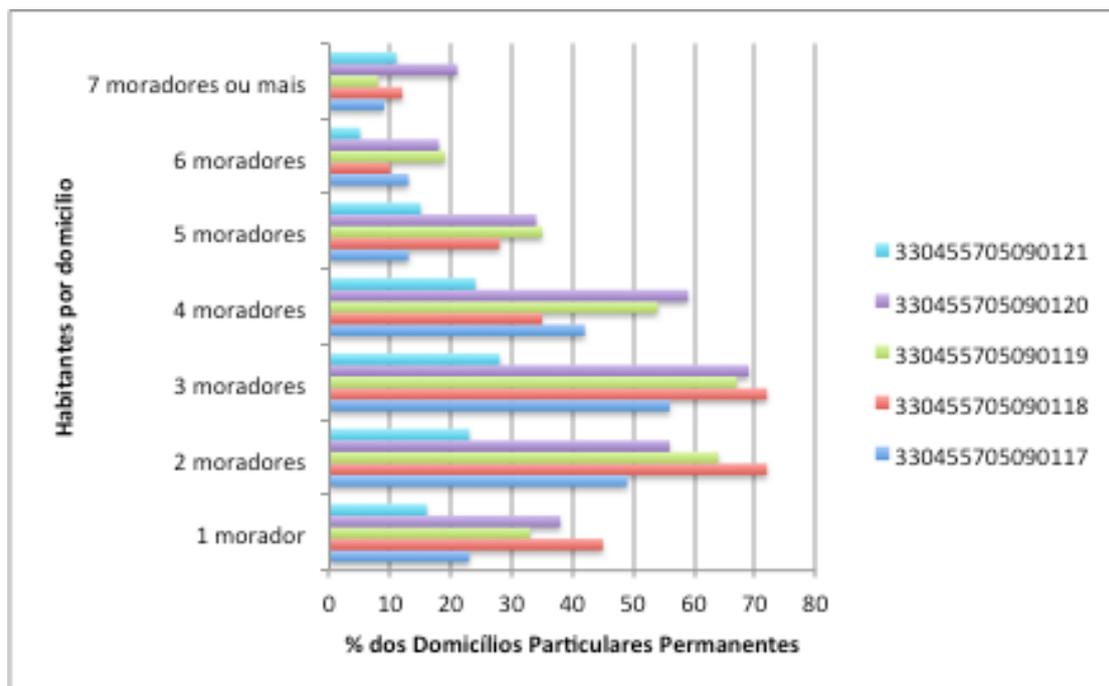
A Figura 2 permite visualizar um padrão dessas porcentagens semelhante em todos os Setores Censitários, destacando-se, no entanto uma maior porcentagem de domicílios com 4 ou mais moradores para os casos dos setores de número 330455705090120 e 330455705090121, ou seja, os localizados no topo do morro.

Tabela 6 - Domicílios por quantidade de Moradores por Setor Censitário

Setor Censitário	1 morador	2 moradores	3 moradores	4 moradores	5 moradores	6 moradores	7 moradores	8 moradores	9 moradores	10 ou mais moradores	Total
330455705090117	23 (11,2%)	49 (23,9%)	56 (27,3%)	42 (20,5%)	13 (6,3%)	13 (6,3%)	6 (2,9%)	3 (1,5%)	0	0	205 (100%)
330455705090118	45 (16,4%)	72 (26,3%)	72 (26,3%)	35 (12,8%)	28 (10,2%)	10 (3,6%)	6 (2,2%)	3 (1,1%)	1 (0,4%)	2 (0,7%)	274 (100%)
330455705090119	33 (11,8%)	64 (22,9%)	67 (23,9%)	54 (19,3%)	35 (12,5%)	19 (6,8%)	5 (1,8%)	3 (1,1%)	0	0	280 (100%)
330455705090120	38 (12,9%)	56 (19,0%)	69 (23,4%)	59 (20,0%)	34 (11,5%)	18 (6,1%)	10 (3,4%)	7 (2,4%)	3 (1,0%)	1 (0,3%)	295 (100%)
330455705090121	16 (13,1%)	23 (18,9%)	28 (23,05)	24 (19,7%)	15 (12,3%)	5 (4,1%)	6 (4,9%)	3 (2,5%)	2 (1,6%)	0	122 (100%)
Santa Marta	155 (13,2%)	264 (22,4%)	292 (24,8%)	214 (18,2%)	125 (10,6%)	65 (5,5%)	33 (2,8%)	19 (1,6%)	6 (0,5%)	3 (0,3%)	1176 (100%)

Fonte: IBGE, Censo 2010

Figura 2 - Porcentagem de Domicílios por Número de Moradores e por Setor Censitários



Fonte: IBGE – Aglomerados Subnormais

A Tabela 7 revela como quase a totalidade dos domicílios localizados na área tem acesso a serviços de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo. O esgotamento sanitário também é praticamente generalizado em toda área, havendo, ainda, a presença de alguma precariedade nesse quesito, como pode ser visto na Tabela 5. Dos 1176 Domicílios Particulares Permanentes da área, 94 têm os seus esgotamentos via vala, sendo 42 no setor de número 119 e 46 no setor de número 120 (15% e 15,6% do total de Domicílios Particulares Permanentes de cada setor, respectivamente). No setor 119 também foram registrados 25 domicílios sem um banheiro exclusivo para o uso dos moradores.

Tabela 7 - Domicílios Particulares Permanentes com Acesso a Água por Rede Geral, Energia Elétrica e Coleta de Lixo

Setor Censitário	Com lixo coletado	Com energia elétrica	Com água por rede geral	Domicílios Particulares Permanentes
330455705090117	205	205	204	205
330455705090118	272	274	273	274
330455705090119	280	279	275	280
330455705090120	295	295	295	295
330455705090121	122	122	122	122
Santa Marta	1174	1175	1169	1176

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A Tabela 8 apresenta os percentuais de tipos de esgotamento sanitário dos Aglomerados Subnormais do Brasil, da Região Sudeste, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro. Percebe-se que a porcentagem de DPPs ligados cujo esgotamento se dá por rede geral aumenta conforme se reduz a agregação geográfica. O Santa Marta, possui percentuais maiores que o Município do Rio de Janeiro. Apenas 8 (0,7%) tinham esgotamento via fossa séptica e 94 (8%) dos DPPs possuíam esgotamento por vala.

Tabela 8 - Percentuais de Domicílios Particulares Permanentes em Aglomerados Subnormais segundo o tipo de Esgotamento Sanitário

	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro	Não tinham banheiro ou sanitário
Brasil	0.56	0.11	0.16	0.06	0.08	0.02	0.01
Sudeste	0.72	0.04	0.04	0.07	0.11	0.02	0.00
Rio de Janeiro	0.78	0.05	0.04	0.07	0.05	0.01	0.00
Rio de Janeiro	0.85	0.03	0.01	0.06	0.04	0.01	0.00
Morro Santa Marta	0.91	0.01	-	0.08	-	-	0.00

Fonte: IBGE, Censo 2010

Dos 1176 domicílios particulares permanentes da comunidade Santa Marta, 1071 (91%) possuem esgotamento por via de rede geral de esgoto ou pluvial, 94 (8%) por via de vala e quatro deles não tinham ao menos um banheiro. Como se pode observar na Tabela 9, as proporções relativas à rede geral ou pluvial (a forma que pode ser considerada em geral mais adequada de esgotamento) são mais altas que as relativas à totalidade dos Aglomerados Subnormais do Município do Rio de Janeiro onde 85,01% dos Domicílios Particulares Permanentes possuem esgotamento por rede geral ou pluvial. Também percebe-se que as formas mais precárias de esgotamento apresentam para o Santa Marta percentuais menores. Enquanto o Santa Marta não tinha nenhum domicílio cujo esgotamento era feito por meio de fossa rudimentar, 1,4% dos DPPs localizados em Aglomerados Subnormais do Município possuem esgotamento desse tipo. A proporção de DPPs sem banheiro ou sanitário foi de 0,2% no Rio de Janeiro, enquanto no Santa Marta foi ligeiramente maior, cerca de 0,3%.

A Tabela 9 apresenta os percentuais de DPPs segundo o destino do lixo para o Brasil, Região Sudeste, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro e o Santa Marta. Apesar de quase a totalidade dos DPPs (99,8%) terem o seu lixo coletado, apenas 4,5% dos domicílios têm a sua coleta realizada diretamente por serviço de limpeza. Esse

fato é o reflexo direto da geografia do Santa Marta, cujos caminhos são, em realidade, escadarias com cerca de 1,5 a 3,0 metros de largura não permitindo a circulação de veículos em seu interior.

Tabela 9 - Percentuais de Domicílios Particulares Permanentes em Aglomerados Subnormais segundo o Destino do Lixo

	Coletado	Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza	Queimado	Enterrado	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro
Brasil	95.4%	76.1%	19.2%	1.4%	0.1%	2.6%	0.3%	0.3%
Sudeste	97.4%	74.2%	23.2%	0.6%	0.0%	1.5%	0.2%	0.2%
Rio de Janeiro	96.3%	63.2%	33.1%	0.9%	0.0%	2.4%	0.2%	0.2%
Rio de Janeiro	97.4%	59.1%	38.3%	0.3%	0.0%	2.1%	0.1%	0.1%
Morro Santa Marta	99.8%	4.5%	95.3%	0.1%	-	0.1%	-	-

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A Tabela 10 apresenta os percentuais de DPPs segundo a existência de energia elétrica para o Brasil, a Região Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro e o Santa Marta. Em todos os níveis de agregação geográfica, a existência de energia nos DPPs em Aglomerados Subnormais é quase plena e quase todos obtêm a energia legalmente por meio de uma companhia distribuidora. No entanto, enquanto 32,84% dos DPPs em Aglomerados Subnormais do Município do Rio de Janeiro não possuem um medidor exclusivo e 18,28% não possuem um medidor de energia (esses percentuais são maiores que em todas as outras agregações geográficas apresentadas), no Santa Marta 96,43% dos DPPs possuem um medidor exclusivo, 1,7% compartilham um medidor e apenas 1,79% não possuem medidor. Isso é o reflexo direto da entrada da Light na Comunidade, o que ocorreu a partir da chegada da UPP.

Tabela 10 - Percentuais de Domicílios Particulares Permanentes em Aglomerados Subnormais segundo a existência de Energia Elétrica

	Tinham							Não tinham
	Tinham	Companhia Distribuidora	De companhia distribuidora		Sem medidor	De outra fonte		
			Com medidor de uso exclusivo do domicílio	Com medidor comum a mais de um domicílio				
Brasil	99.70%	96.16%	72.51%	8.86%	14.80%	3.54%	0.30%	
Sudeste	99.85%	95.18%	69.21%	11.01%	14.96%	4.67%	0.15%	
Rio de Janeiro	99.89%	95.54%	71.05%	8.86%	15.63%	4.36%	0.11%	
Rio de Janeiro	99.94%	94.98%	67.16%	9.55%	18.28%	4.96%	0.06%	
Morro Santa Marta	99.91%	99.91%	96.43%	1.70%	1.79%	-	0.09%	

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Em resumo, as condições dos Domicílios Particulares Permanentes no Santa Marta são, em geral, melhores que as dos Brasil, da Região Sudeste e até mesmo do Estado do Rio de Janeiro e da sua capital. As diferenças quanto à coleta de lixo, conforme já dito, são fruto da geografia da área e as quanto à distribuição de energia são um reflexo direto da presença da Light após a implantação da UPP. Ainda pode ser percebida alguma precariedade no exame das tabelas apresentadas em uma minoria de DPPs. Mais especificamente, quem anda pela extensão da comunidade ainda percebe, no entanto, bastante acúmulo de lixo em alguns espaços que não são ocupados pelas residências, e ainda algumas casas feitas de madeira e de outros materiais precários.

Rocha (2012) relata como houve um grande movimento de substituição das habitações mais precárias na década de 80 por construções de alvenaria, mas ainda existem algumas remanescentes. A Associação de Moradores exibe em seu interior uma foto da comunidade, provavelmente da década de 70, onde ainda era possível ver a paisagem formada pelas casas, na sua maioria de madeira.

As Tabelas de 11 a 14 apresentam dados de rendimento para os diferentes setores que compõem o Santa Marta. Percebe-se algumas diferenças significativas quanto à renda dos diferentes setores do Santa Marta. O setor 330455705090120 apresentou um rendimento nominal mensal médio²⁰ dos responsáveis pelos DPPs (considerando somente os responsáveis que tinham rendimento maior que zero, ver Tabela 13) de 2,20 vezes superior ao do setor com o menor valor, o de número 330455705090121. Essa diferença é apenas um pouco menor no caso dos valores apresentados na Tabela 15. Nesse caso, os rendimentos mensais médios das pessoas de 10 anos ou mais residentes em DPPs: o setor 330455705090120 apresentou 1,96 vezes maiores que os do setor de número 330455705090121.

Conclui-se que há uma diferença de rendimento entre os setores do Santa Marta. Percebe-se também que a dispersão dos rendimentos médios mensais apresentados nas

²⁰ O Censo 2010 levantou o rendimento mensal nominal (em valores correntes do período de coleta) para todas as fontes, em oposição ao Censo 2000, que apenas perguntava sobre os rendimentos das pessoas responsáveis pelo domicílio. A partir desses dados pode-se obter o rendimento mensal do domicílio, das pessoas de 10 anos ou mais, e o rendimento em salários mínimos (considerou-se o salário mínimo de R\$ 510,00).

tabelas de número 11 a 14 é também razoavelmente grande. Os coeficientes de variação (desvios padrões divididos pela média) são úteis para que se estabeleça comparações entre as dispersões em torno da média nos diferentes setores. Os CVs do setor 330455705090120 em todas essas quatro tabelas mostra que ele apesar de ser o com média mais alta, também é o que apresenta maiores CVs, o que indica ser também o setor com maior desigualdade de renda. Da mesma forma, o setor 330455705090121 apresenta não só os menores rendimentos médios, mas uma menor desigualdade de renda, como indica os seus menores CVs.

Tabela 11 - Rendimento Nominal Mensal Médio das Pessoas Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes

	Rendimento Nominal Médio Mensal das Pessoas Responsáveis por DPPs	Desvio Padrão	CV
330455705090117	906.53	1053.65	1.16
330455705090118	598.18	451.29	0.75
330455705090119	613.1	529.40	0.86
330455705090120	1056.78	2274.21	2.15
330455705090121	490.11	309.17	0.63

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Tabela 12 - Rendimento Nominal Mensal Médio das Pessoas Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes com Rendimento Maior que Zero

	RNM das Pess Resp com Rend>0	Desvio Padrão	CV
330455705090117	943.34	1058.58	1.12
330455705090118	718.86	397.24	0.55
330455705090119	703.56	507.82	0.72
330455705090120	1315.41	2470.12	1.88
330455705090121	597.94	227.38	0.38

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Tabela 13 - Rendimento Nominal Mensal Médio das Pessoas com 10 anos ou mais residentes em Domicílios Particulares Permanentes

	RNM das pessoas de 10 anos ou mais	Desvio Padrão	CV
330455705090117	593.33	808.06	1.36
330455705090118	477.26	464.53	0.97
330455705090119	482.74	534.97	1.11
330455705090120	617.25	1582.36	2.56
330455705090121	327.07	325.43	0.99

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Tabela 14 - Rendimento Nominal Mensal Médio das Pessoas com 10 anos ou mais com rendimento positivo residentes em Domicílios Particulares Permanentes

	RNM das pessoas de 10 anos ou mais com Rend >0	Desvio Padrão	CV
330455705090117	844.01	847.01	1.00
330455705090118	693.58	404.29	0.58
330455705090119	695.15	514.22	0.74
330455705090120	1136.34	2005.73	1.77
330455705090121	580.72	200.99	0.35

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A Tabela 15 apresenta os dados do censo quanto à condição de ocupação dos domicílios particulares permanentes. Do total de 1176 DPPs, 928 eram próprios (78,91%) e 219 eram alugados (18,62%). As outras condições de ocupação respondem por 29 DPPs (2,47%).

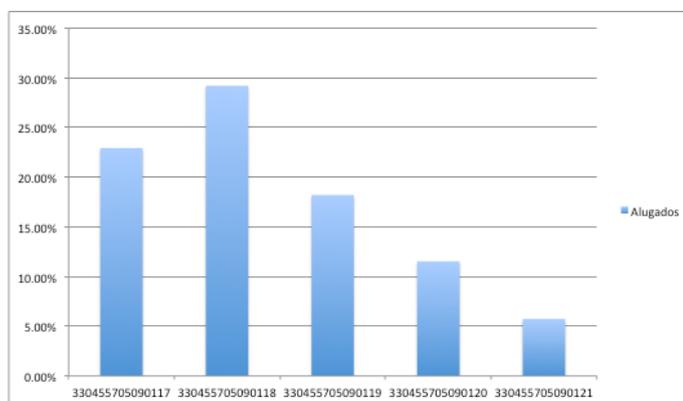
Tabela 15 - Condição de Ocupação dos Domicílios Particulares Permanentes

	Próprios	Alugados	Cedidos por Empregador	Cedidos de Outra Forma	Outra condição	Total
330455705090117	154	47	0	4	0	205
330455705090118	187	80	0	7	0	274
330455705090119	214	51	0	13	2	280
330455705090120	259	34	1	1	0	295
330455705090121	114	7	0	1	0	122

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A Figura 3 mostra os percentuais de domicílios particulares permanentes na condição de ocupação alugados. Enquanto no setor de número 330455705090121 5,74% dos DPPs apresentavam condição de ocupação alugado, o aluguel representava 29,2% dos DPPs no setor de número 330455705090118. Percebe-se que as condições de ocupação também apresentam diferenças grandes nos diferentes setores censitários.

Figura 3 - Percentual de Domicílios Particulares Permanentes na Condição Alugado por Setor Censitário



Fonte: IBGE, Censo 2010.

A gentrificação não pressupõe que necessariamente ocorra a chamada expulsão branca dos residentes originais da área em questão; conforme procurou-se argumentar no capítulo anterior; mas também abrange aspectos relativos a diferentes usos do espaço²¹. Por outro lado, caso essa expulsão branca ocorra, a população mais pobre e que mora em residências alugadas é a geralmente a primeira a ser atingida.

A grande maioria dos residentes do Santa Marta (78,91%) ocupa os domicílios na condição de proprietário. No entanto, assim como no caso da renda, verifica-se uma grande diferença entre cada setor censitário. Observa-se que, ao mesmo tempo, o setor 330455705090121 é aquele com menores rendimentos mensais médios dos domicílios particulares permanentes e é também o setor onde observaram-se maiores porcentagens da condição de ocupação próprios.

Conforme será exposto no Capítulo 3, o mercado de aluguel informal no Espaço Favela, principalmente quando se trata de exemplos com alto grau de consolidação, ou seja, ocupação antiga, que já não se expande horizontalmente, etc., é caracterizado por uma oferta geralmente proveniente de fracionamentos dos imóveis originais ou solo criado. O aluguel é uma importante fonte de renda de moradores mais idosos, cujos filhos saíram de casa e dispõem de algum espaço no terreno ou na própria residência para ser desmembrado.

Dessa forma, melhorias nas condições de vida dos moradores a partir da realização de obras de urbanização, construção de equipamentos para o consumo coletivo (como no caso de uma creche, ou uma escola) e do aumento da provisão de serviços, como de fato ocorreu a partir da implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, podem provocar também a expansão do mercado de aluguel (e do número total de moradores) por meio da precarização das residências e do consequente adensamento da população.

No entanto, a possibilidade de erguer-se novas lajes, no caso do Santa Marta é pequena, dado que as construções possuem na maioria dos casos 2 ou 3 andares e não

²¹ Esse efeito procurou captar por via de entrevistas de cunho qualitativo com alguns moradores. Estas informações serão analisadas no Capítulo 4.

mais comportam novas lajes. Deve-se também destacar a atuação do POUZO (Posto de Orientação Urbanística e Social), que exerce um controle sobre a chamada liberdade construtiva antes presente na área²².

Restringe-se as adaptações nas residências (principalmente a criação de solo) e ao mesmo tempo há pouco espaço físico para novas construções, já que a comunidade foi murada e já é demasiadamente densa. Assim é de se esperar que a UPP provoque um crescimento do mercado de aluguel por meio do desmembramento de residências na comunidade Santa Marta. No próximo capítulo serão examinadas as características do mercado imobiliário informal no Espaço Favela.

²² A atuação desse posto, assim como da Coordenação Geral das Áreas de Interesse Social a qual ele é vinculado será discutida no Capítulo 4.

Mike Davis (2008, p. 27) vê a escolha da habitação dos habitantes mais pobres das cidades como algo que exige um “*cálculo complexo envolvendo trade-offs confusos*”. O pobre urbano deve otimizar o custo da casa, segurança quanto à propriedade, qualidade de abrigo, tempo de deslocamento ao trabalho, e, em muitos casos, segurança pessoal. Para algumas pessoas, a localização próxima ao trabalho é mais valiosa do que um teto. Para outras, a oferta de terra barata compensa grandes deslocamentos diários.

O termo escolha remete imediatamente a algumas questões: (a) Trata-se de uma escolha propriamente dita? É dada aos habitantes mais pobres da cidade, ainda que em grau reduzido em relação aos habitantes das classes médias e altas, a chance de escolher os seus locais de habitação? (b) Caso a resposta seja positiva, como essa escolha se opera, ou ainda, que mecanismos de regulação social atuam intermediando esta escolha? (c) Dada sua unidimensionalidade quanto à forma de acesso ao bem pretendido (através do dinheiro), o Mercado é uma resposta possível? Existe alguma modalidade de mercado de solo urbano atuando no Espaço Favela?

Em artigo que apresenta o que os autores classificam como “resultados preliminares” a respeito do mercado informal e da mobilidade residencial nas favelas da Cidade do Rio de Janeiro. Abramo e Puliti (2009) debatem alguns pontos diametralmente opostos ao que o senso comum poderia considerar como verdade a respeito do acesso à moradia nessas áreas (ver a sessão 2.1, do próximo capítulo do presente trabalho).

Em primeiro lugar, o mercado informal não é, em geral, meramente ocasional nas favelas consolidadas, apresentando regularidade suficiente para ser de relevante “existência” e representa uma importante porta de entrada para a favela. Essa importância, os autores veem como sendo crescente, devido às também crescentes dificuldades de ocupação de novas áreas urbanas e periurbanas. Ou seja, há uma tendência, portanto, do mercado informal a se transformar na principal forma de acesso à favela, promoção de intensificação do uso do solo e verticalização (Ibidem, pag. 222).

Em segundo lugar, argumentam que pode-se relativizar a muito difundida crença da não-escolha, da última saída para a moradia popular, ou da rejeição popular pelo habitat favela. Ao longo do artigo citado (Abramo e Puliti, 2009), apresentam dados que

procuram demonstrar a “escolha racional” desse habitat como “forma de reprodução da vida popular”. Quem nesses locais escolhe viver valoriza a vida em comunidade, em particular no que tange à proximidade de parentes e ao acesso às “economias de reciprocidade”. Através delas é aberta a possibilidade de consumir bens e serviços cujo acesso via mercado é somente permitido por via da renda familiar.

Em terceiro lugar, o habitat favela permitiria o que definem como “liberdade urbanística e construtiva”, ou seja, a possibilidade dada aos moradores de adaptar os imóveis conforme as suas necessidades futuras, como nascimento de filhos ou netos, ou a necessidade de prover moradia de pessoas agregadas à família devido à casamentos de filhos, etc. (Ibidem, p. 223).

3.1 – OS ASSENTAMENTOS POPULARES INFORMAIS COMO RESULTADO DE 3 LÓGICAS SIMULTÂNEAS DE COORDENAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE UM ARCABOUÇO INSTITUCIONAL PRÓPRIO.

Abramo (2009), em um primeiro momento de sua argumentação, identifica duas grande lógicas de coordenação das ações individuais e coletivas, que se consolidaram como predominantes no mundo contemporâneo. A primeira atribui ao Estado o papel de coordenador e mediador social definindo a forma e a magnitude do acesso à riqueza da sociedade. A segunda lógica de coordenação social é a do mercado, onde o acesso à riqueza social é mediado primordialmente pelas relações de troca expressas em grandeza monetária.

O acesso ao solo urbano, pela primeira lógica (a do Estado), depende de algum acúmulo de capital, “que pode ser político, institucional, simbólico ou de outra natureza” (Abramo, 2009, p. 5), permitindo o reconhecimento do indivíduo ou grupo, como parte integrante do circuito de distribuição de riquezas. Já a segunda (a do Mercado) é unidimensional quanto à forma de acesso à terra urbana: a possibilidade e a magnitude deste acesso é diretamente proporcional a e depende exclusivamente da quantidade de capital monetário acumulado pelos indivíduos ou grupos.

Normalmente, a lógica de mercado está condicionada às regras do Estado de Direito e à imposição do cumprimento das mesmas através de seus mecanismos de controle. No entanto, pode se dar a partir de práticas econômicas cujo curso flui paralelo a tais princípios e instituições (conforme exposto no seção 2.1).

Há, contudo, uma terceira lógica de destacada importância em grandes áreas de países da América Latina²³, decorrente diretamente de processos de urbanização acelerada do pós-guerra, das disparidades sociais e das dificuldades financeiras dos respectivos estados nacionais: a lógica da necessidade. Ela emerge como uma forma de coordenação e de motivação das ações individuais ou coletivas de ocupação do solo urbano e, diferentemente das duas outras lógicas, não exige acumulação de capital de qualquer espécie. A necessidade de moradia na área urbana ou periurbana é o elemento suficiente para o acesso à terra, desde que haja terra disponível, ou seja, que não é regulada segundo a coordenação social do Estado, ou do Mercado.

A Lógica da Necessidade, foi particularmente importante no processo de urbanização acelerada vivido pela América Latina nos anos 50 a 80, promovendo um grande ciclo de acesso ao solo urbano por via das ocupações populares, produzindo os assentamentos populares informais aos quais se atribuem diferentes nomes de acordo com o país: favelas no Brasil, villas de miseria na Argentina, barrios na Colômbia, ranchos na Venezuela e barriadas no Peru.

Apesar de nomes diversos, todos apresentam o mesmo marco de fundação, que se consolida mediante a processos de autoconstrução e autourbanização. “*A trajetória desses assentamentos é o resultado individual, familiar e coletivo da lógica da necessidade no acesso ao solo e a outros serviços e equipamentos urbanos*” (Abramo, *Ibidem*, p. 7). A Lógica da Necessidade é, portanto, quem primeiro move a produção das cidades populares, que se deu segundo um ciclo habitual de ocupação/ autoconstrução/ autourbanização e, a partir daí, a consolidação dos assentamentos populares informais.

²³ A Lógica da Necessidade pode, naturalmente, ser estendida aos países da Ásia e África dadas as suas características de Desenvolvimento Capitalista tardio, ou Subdesenvolvimento, a partir da marcante presença dos APIs nesses continentes, conforme descrito e analisado por Davis (2008). Aqui a ênfase no caso latino-americano se dá exclusivamente pelo fato de que é a partir da realidade da região que surge a literatura a respeito desta terceira lógica de coordenação social.

É digno de nota, no entanto, que duas das características particulares ao processo do Capital são a sua penetrabilidade em todos os momentos da reprodução da vida e a sua exploração do que concerne às diferenças geográficas. Em *Spaces of Hope*, Harvey (2000) dedica o Primeiro Capítulo a como Marx e Engels no clássico *Manifesto do Partido Comunista* (1985), já demonstravam ciência do caráter geográfico desse processo.

A Construção Capitalista do Espaço, ou seja, a construção do espaço que se dá segundo os moldes socialmente determinados da acumulação de capital moldam o ambiente futuro segundo sobre qual o capital deve fluir no espaço-tempo. A decisão presente de formação de Capital Fixo e do Ambiente Construído envolve a antecipação especulativa do futuro. Este, quando realizado *ex post*, ditará novas regras do jogo, ou do novo ambiente de tomada de decisão. A geografia capitalista das diferenças, que é resultado da exploração capitalista de diferenças quanto ao mercado de trabalho, dotações naturais, etc. imprime, necessariamente, Desenvolvidos Geográficos Desiguais (Smith, 2008).

A penetração do Capital se dá, impondo a Lógica do Mercado, mesmo quando o Espaço em suas concepções Absolutas, Relativistas e Relacionais oferece barreiras de ordem cultural ou institucional, como no exemplo canônico dos finados Estados do Socialismo Real.

A hostilidade em relação às instituições identificadas como essenciais ao processo de acumulação e o conseguinte bem estar social pela Economia Política Clássica (Smith, 1988 & Ricardo, 1988), ou imperativas pela Contrarrevolução Neoliberal, como a garantia e incentivo às práticas de livre comércio, liberdade de negócios, concorrência, além da garantia à propriedade privada, não foi suficiente para impedir completamente práticas capitalistas subterrâneas expressas na existência do contrabando, do tráfico de drogas e armas, da prostituição e de uma série outras atividades ilícitas.

Quando a lógica de mercado adquire um arcabouço institucional próprio, paralelo ao Estado de Direito, pode dar surgimento a um mercado, isto é, a um encontro entre compradores e vendedores de bens e serviços cujas transações ocorrem segundo certa liberdade de ação e de decisão dos participantes. Nesse caso, forma-se um Mercado Informal, ou seja, um mercado cuja a lógica de acesso aos bens se dá através da transação monetária, mas que não é regulado pelas regras e instituições do Estado de Direito.

“Apesar do mercado informal de solo transacionar bens fundiários (solo urbano ou periurbano) e imobiliários (solo com benfeitorias), a sua base territorial, é uma propriedade que não respeita os preceitos do direito de propriedade ou urbanístico, e assim assume uma dimensão de informalidade urbana” (Abramo, 2009, p. 6).

Dessa forma, Abramo (2009, p. 56), propõe a superação da noção da Economia Neoinstitucionalista de que as “instituições informais” estariam subordinadas às instituições legais e, necessariamente, promoveriam um aumento da eficácia institucional e uma subsequente redução dos custos de transação. Em oposição a esta noção de subordinação, nos APIs, instituições e normas informais historicamente produzem, por meio de práticas sociais, um arcabouço regulatório próprio, que se dá fora dos marcos do direito, mas que garante a reprodução de práticas mercantis de compra, venda e locação de imóveis.

A partir de um arcabouço institucional próprio o mercado informal de solo fornece garantias intertemporais e intergeracionais a contratos de natureza tácita. O cumprimento dos contratos paralelos ao marco dos direitos legais deve ser garantido por esse arcabouço, que inclui mecanismos de coerção próprios no caso de rompimento unilateral entre as partes. Uma base importante está na eliminação da impessoalidade possível dentro do arcabouço legal. A personalização permite um mecanismo de confiança mútua e lealdade ancorados em relações de amizade e parentesco (Abramo, 2009).

Não obstante, essas relações mostram-se insuficientes para que seja evitado o rompimento unilateral dos contratos, necessitando-se, dessa forma, de algum tipo de autoridade de mediação. Autoridades locais são resultantes de processos sociais legitimadores, que podem ser de natureza religiosa, étnica, cultural, política, ou mesmo pelo uso da força. Essas autoridades locais servem de mediadoras no caso dos rompimentos de contrato. Assim, a personalização contratual e as autoridades locais definem o núcleo institucional do mercado informal de solo.

As cidades latino-americanas revelam em suas estruturas urbanas o funcionamento concomitante dessas 3 lógicas de coordenação social. Marcas físicas, sociais, políticas e culturais de sua ação simultânea, segundo as quais foi coordenado o acesso ao solo urbano, permitem uma aproximação dos padrões de estrutura de uso do

solo, bem como dos padrões de segregação sócio-espacial em relação a equipamentos e serviços coletivos urbanos: “Em uma palavra, as cidades do continente são verdadeiros territórios da desigualdade” (Ibidem, 2009, p. 7).

3.2 – CONCEITUANDO O MERCADO INFORMAL DE SOLO EM ASSENTAMENTOS POPULARES INFORMAIS

Abramo (2009) tenta, então, estabelecer uma conceituação do mercado informal de solo (MIS) em assentamentos populares informais, primeiramente em analogia àquela direcionada ao mercado formal de imóveis. No caso do mercado formal, a literatura que trata a Economia Imobiliária divide o mercado formal imobiliário em dois submercados: o mercado primário, que consiste em um submercado cujos produtos ofertados consistem em imóveis novos (recém produzidos ou na planta) e o mercado secundário, que consiste em um submercado cujos produtos ofertados são imóveis em estoque, ou seja, imóveis usados.

O nível de atividade do mercado primário é considerado determinante para o crescimento do parque imobiliário e para o estabelecimento dos novos vetores da estruturação urbana. Há uma relação estreita entre a liquidez e a demanda solvável do mercado primário e a liquidez do mercado secundário, já que na maior parte dos casos, a entrada de uma nova demanda no mercado primário depende da venda de um imóvel estoque ou da disponibilidade de crédito. Essas características ressoam consonantes com o comportamento reflexivo dos preços nesses dois mercados: os preços do mercado secundário se ajustam aos preços do mercado primário (Abramo, 2006).

Indaga-se, por analogia, se existem para o caso do MIS dois submercados, ou seja, se existe um submercado primário informal e um submercado secundário informal. Nos APIs Brasileiros, a produção de moradia é resultado do esforço familiar (que muitas vezes no decorrer de muitos anos) após a aquisição de um lote, laje, ou lote com alguma benfeitoria, contrastando com o caso da habitação no mercado formal, que ocorre por meio de um agente especializado em sua produção e comercialização e que atua regularmente no mercado. O bem ofertado no MIS é quase sempre um bem do estoque imobiliário informal construído por residentes para uso familiar. Ou seja, há uma enorme preponderância do mercado secundário nos APIs e a sua oferta constitui-se quase sempre de imóveis usados ou de fracionamentos de imóveis originais.

Tem-se em mente, que há a existência de uma produção primária informal (que cria as condições para o crescimento do mercado secundário), mas o autor propõe trabalhar com a hipótese de que este se traduz basicamente na oferta de lotes, ou seja, pelo mercado fundiário, que oferece lotes informais ou clandestinos a partir do

fracionamento de grandes glebas urbanas ou periurbanas. Como mencionado anteriormente, tanto Davis (2008), como Abramo (2009) apontam para a uma progressiva perda de importância deste submercado, principalmente no caso das grandes metrópoles.

De maneira resumida, o mercado primário informal apresenta duas grandes diferenças para o mercado primário formal: a inexistência de promotores imobiliários que trabalham regularmente na produção e na comercialização e uma quantidade de produtos bastante reduzida. Se a produção de imóveis novos deve ser analisada com grande ênfase no caso formal, no MIS ela é, principalmente no caso de uma grande metrópole como o Rio de Janeiro, de importância reduzida: o estoque de imóveis representa a grande oferta do MIS.

Os resultados das pesquisas do Infosolo revelam que a relação entre a liquidez dos dois submercados informais não pode ser estabelecida funcionalmente. As vendas de imóveis nos APIs não são motivadas pelo desejo de adquirir um lote informal na periferia. Também nesse sentido apontam resultados de que a compra de lotes informais é na maioria das vezes financiada pelo próprio loteador, pela contração de dívidas por parte dos compradores junto a familiares e amigos e, em geral, não envolve a venda anterior de residências em áreas de favela (Abramo e Pullitti, 2009).

Estabelecidas essas diferenças, o segundo esforço foi o de caracterizar a composição do MIS em APIs consolidados. São então identificados 3 submercados: o primeiro é o de compra e venda de imóveis residenciais e, em alguns casos, de terrenos. Esses últimos podem ser terrenos remanescentes da ocupação original não edificadas, mas também resultado do fracionamento de terrenos de moradores, bem como constituintes de solo criado (lajes). O segundo submercado é o mercado de locação informal, onde as transações se dão a partir de contratos informais de aluguéis. O terceiro submercado é o de imóveis comerciais²⁴. A existência desse último seria dependente do grau de consolidação do API e do número de residentes que ele possui. Esse

²⁴ Para os propósitos do trabalho de Abramo (2009) este submercado não foi objeto de pesquisa. No caso da presente dissertação, mudanças no perfil do comércio fornecem indícios (ainda que não mais que indícios) do início do processo de gentrificação. De fato, a UPP, a utilização cenográfica de alguns espaços, além da implantação do elevador em plano inclinado (o bondinho) fizeram que o Santa Marta passasse a ser frequentado por uma gama cada vez maior de turistas brasileiros e estrangeiros, pesquisadores, funcionários de ONGs, servidores públicos, entre outros visitantes, aumentando a potencialidade da exploração comercial e incentivando a conversão de imóveis e frações dos imóveis existentes, em espaços destinados ao comércio.

submercado pode ser ainda subdividido em outros dois: o de comercialização (compra e venda e o de aluguel).

Abramo (2009), propõe uma divisão do mercado de comercialização de imóveis residenciais em duas porções: o de compra e o de venda. Em seu estudo, a porção relativa à “venda” traduz-se na oferta de imóveis na área no momento da pesquisa. “Compra” traduz-se nos imóveis que foram efetivamente transacionados no ano de 2005. Observa-se ainda que, dada a dificuldade na identificação dos imóveis alugados, a pesquisa quanto ao submercado de locação nos APIs se restringiu às informações relativas às famílias que se instalaram nos APIs na condição de locatários no ano de 2005.

Um primeiro e importante resultado é aparentemente redundante: existe um MIS. Segundo o autor (ibidem), parte da literatura afirma que a mobilidade residencial nos assentamentos é muito pequena e sazonal, restringindo-se a um momento imediatamente posterior aos melhoramentos urbanos na área. Assim, a mobilidade residencial se daria por meio da “expulsão branca”, ou da substituição dos moradores por famílias detentoras de renda familiar maior, após melhorias nas condições de saneamento, urbanísticas, etc., promovidas pelo poder público.

Em termos técnicos, haveria uma rotatividade domiciliar nos APIs desprezível. Esta se manifestaria em termos quantitativos apenas quando externalidades positivas diretamente causadas por benfeitorias públicas se manifestassem no assentamento em questão. A atividade do mercado e daria em pontos restritos do tempo e, assim, não poderia ser caracterizada sob a forma de um “mercado”.

A rotatividade residencial em Acari, por exemplo, foi de 14,66% e a do Grotão foi de 13,36% do estoque de imóveis no ano de 2005 superando a do Leblon, do Centro, de Botafogo, de Copacabana, de Ipanema, da Tijuca e vários outros bairros formais segundo o levantamento de Pulici (2006) a partir do banco de dados do ITBI (estes para os anos de 1991 a 1998). Os dados seriam “definitivos em relação à constatação de uma atividade regular no MIS ao longo do tempo” (Abramo, 2009).

No entanto, pode ser visto na tabela apresentada no artigo que alguns APIs possuem sim, baixa rotatividade quanto ao estoque de residências, como é o caso do Pavão-Pavãozinho, com 0,36% do estoque e do Jacaré, com 0,40%. Essas duas comunidades pesquisadas, onde a rotatividade do estoque imobiliário é baixa, são ambas

APIs consolidados, mas estão inseridos em áreas com distintas geografias. Se o primeiro é marcado pela proximidade à região turística e mais valorizada da cidade, o segundo é diretamente ligado a um ciclo de industrialização passado e marcado pela decadência econômica.

Dada a existência do MIS (ainda que não de maneira onipresente nos APIs pesquisados) uma primeira pergunta merece resposta: Como se dá o acesso das famílias de baixa renda às áreas consolidadas da informalidade urbana? Duas opções são disponíveis. Ele pode se dar a partir do submercado de aluguel, ou a partir do submercado de comercialização de imóveis residenciais. As consequências práticas dessa resposta interessam por serem fundamentais para o desenho de políticas públicas de democratização no que concerne ao uso do solo.

Os resultados (Abramo, 2009, p. 35) apontam na direção geral de uma grande importância do acesso via aluguel, mas esta é menor em relação ao mercado de comercialização (considerando-se a compra e venda somadas). A importância do acesso via locação não é em 7 das 8 metrópoles estudadas desprezível. No Rio de Janeiro, o estudo apresentou um resultado da participação do acesso via aluguel em 27,27% dos casos. Duas marcantes exceções são a cidade do Recife, onde o submercado de locação é preponderante e corresponde a 57,92% do acesso e a de Porto Alegre, onde governos locais de orientação de esquerda se preocuparam particularmente com o problema da habitação popular (Alfonsin, 2007 apud Abramo, 2009).

O trabalho carece de apresentar resultados quanto ao aumento da importância do aluguel para o acesso ao solo urbano nas APIs, fazendo-se uma isolada exceção para o Rio de Janeiro, onde em 2002 a participação do submercado de locação era de 14,8%. Em função da ausência de informações quanto a evolução da participação deste submercado para as outras cidades estudadas, limita-se apenas a “acreditar” que essa tenha sido uma tendência generalizada, principalmente devido a: (a) precarização do mercado de trabalho, que faria com que poucas famílias de baixa renda apresentassem capital acumulado para adquirir um imóvel nos APIs consolidados e (b) a fatores demográficos, em especial ao fenômeno da transição demográfica, determinando o envelhecimento da população dos APIs e um processo de densificação domiciliar dessas áreas, em geral por meio da verticalização. Dessa forma, a saída de netos abre a possibilidade do uso de quartos e outras áreas para fins locacionais.

O artigo destaca ainda o colapso na oferta de moradia formal para os setores populares (quadro esse que hoje se inverte conforme avança o programa Minha Casa, Minha Vida, onde a produção de habitação popular dos últimos anos no agregado se dá principalmente para a população com renda de 0 a 3 salários mínimos). Isso se traduziria em um aumento não só do submercado de locação informal em APIs, mas também no aumento do aluguel informal dado pelo desmembramento irregular de imóveis formais. Renascem os cortiços e casas de cômodo, características da habitação popular dos centros urbanos do sec. XIX, encontrando ecos no crescimento do comércio ambulante informal verificado em toda a América Latina (Abramo, 2009, p. 39).

Assim como no mercado formal de comercialização, os resultados apontam ainda para um maior número de imóveis ofertados (venda) do que o dos efetivamente transacionados (compra). Porém, no caso do Rio de Janeiro, em relação à pesquisa anteriormente realizada, com dados relativos a 2002 (Abramo, 2009 apud Abramo, 2003), verifica-se um aumento da oferta no submercado de comercialização em APIs. Credita-se esse, de maneira reconhecidamente um tanto que arbitrária, a escalada da violência urbana no período. No entanto, faz-se uma ressalva de o aumento da violência não está entre as 3 razões preponderantemente apontadas pelos moradores como motivo para colocar seus imóveis à venda. Mas menciona-se em nota de rodapé a ocorrência de um aumento no apontamento dessa razão por parte dos moradores em relação a 2002 em “praticamente todos” os APIs pesquisados.

Esse aumento da oferta não se traduziu em uma queda nos preços dos imóveis, sugerindo uma resposta inelástica dos preços em relação às pressões de mercado, ou a existência de um piso a partir do qual os preços não caem. As famílias adotariam uma estratégia defensiva que lhes permitiria a continuidade na cadeia de transações imobiliárias.

O produto predominante no mercado de locação são os imóveis de apenas 1 quarto para em todas as cidades estudadas (dados de 2005), exceto Porto Alegre, cujos valores não são apresentados. No Rio de Janeiro, esse produto constitui 70,1% dos imóveis do submercado de locação informal em APIs (80,23% em São Paulo e 77, 27%). Esse resultado poderia levar a uma conclusão precipitada de que são as famílias mais pobres que participam em sua maioria do submercado de locação informal em APIs.

O perfil da demanda deste submercado constitui-se basicamente por dois grupos: um primeiro formado por indivíduos assalariados autônomos, em sua maioria do sexo masculino e um segundo formado por *“famílias muito pobres, tendo como chefe, em geral, uma mulher”* (Abramo, 2009). No segundo grupo verificam-se as maiores densidades domiciliares. O primeiro grupo teria estratégia locacional ligada à flexibilidade dos contratos informais de aluguel frente à renda proveniente de trabalhos temporários (destacando-se a construção civil). O segundo grupo teria suas estratégias ligadas à acessibilidade e proximidade a locais de trabalho. Menores tempos de deslocamento diário para o local de trabalho traduzem-se em maior tempo disponível para os cuidados domésticos e para com os filhos.

Como a expansão da oferta se dá principalmente pelo desmembramento e pela verticalização, ela é acompanhada pela precarização das condições de moradia dos APIs como um todo. *“Assim, (...) o mercado de locação informal pode se transformar em um problema ao precarizar o precário”* (Abramo, 2009, p. 43). Essa precarização é também destacada na obra de Davis (2008). Novas ocupações por meio de subdivisões de locais de moradias pre-existentes e um crescente mercado de aluguéis marcado por uma lógica de *“exploração dos mais pobres pelos pobres”*.

Ao contrário das outras cidades apresentadas no estudo, onde o produto predominante efetivamente transacionado no submercado de comercialização é o imóvel de um quarto, no Rio de Janeiro (50%), no Recife (55,93%) e em Florianópolis (55,2%) o produto predominantemente transacionado é o imóvel de dois quartos. Isso revela que as aquisições de bem moradia nos APIs destas cidades se dão predominantemente por pessoas com filhos ou outros membros familiares. Tanto o indicador de densidade domiciliar, como o da idade média dos chefes, que majoritariamente está entre 30 a 50 anos, reafirmam esta conclusão. Desta forma, o submercado de comercialização informal guarda certa semelhança com o análogo formal.

No caso da oferta (venda) o produto predominante em todas as oito cidades é o do imóvel com dois quartos. Percebe-se ainda uma proporcionalidade entre os tipos de produto ofertados e efetivamente transacionados. Se isso revela certa racionalidade de mercado, não revela, um mercado concorrencial, dado que, como foi apresentado, trata-se de uma oferta preço inelástica e que há uma certa rigidez quanto às quedas nos preços.

“Nesse sentido, o submercado informal de comercialização apresenta uma racionalidade econômica em seus movimentos, porém com algumas particularidades importantes quando o comparamos com o comportamento dos mercados formais” (Abramo, 2009 apud Abramo, 2003).

A mercantilização da moradia informal seria marcada pelo aparecimento de um submercado de aluguéis principalmente por meio dessa subdivisão de imóveis em favelas consolidadas. Da mesma forma, as tentativas de regularizar e de promover melhorias urbanas nas áreas de assentamentos informais podem contribuir para esse processo de mercantilização, transformando a terra e benfeitorias precárias em mercadorias valiosas, marcadas por um rápido crescimento de seus preços, consolidando o mercado de solo informal (Ibidem, p. 81).

CAPÍTULO 4 – GENTRIFICAÇÃO NO SANTA MARTA?

Conforme se procurou mostrar no Primeiro Capítulo, a literatura que trata o fenômeno da Gentrificação estende o termo não só a mudança do perfil socioeconômico da população a partir da substituição da mesma por outra de maior poder aquisitivo, mas também às mudanças quanto ao uso do espaço na direção daqueles associados à parcela da população de maior renda. O Rio de Janeiro viu antes da implementação das UPPs o surgimento do Turismo de Favela. Ainda hoje não é raro o carioca morador da Zona Sul avistar carros 4x4 e pintura verde oliva (provavelmente para dar ares de uma experiência radical, dada a semelhança com veículos utilizados em Safaris das Savanas Africanas), carregados de turistas estrangeiros se dirigindo aos morros da cidade.

A Comunidade Santa Marta foi a primeira a receber o projeto das UPPs em sua fase piloto. Ali se testaram os limites da pacificação, bem como as possibilidades geradas a partir dela. O próprio Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, sempre insistiu em afirmar que o sucesso da iniciativa da Secretaria de Segurança dependia diretamente das ações de outras instâncias de Governo, bem como dos vários segmentos da sociedade civil no sentido não só da geração de renda, mas de cultura, serviços de saúde, etc. De maneira muito semelhante o Cônsul Americano, no já citado documento vazado no Wikileaks, onde compara as UPPs com estratégias contra insurgência popular, acreditava que seu sucesso dependeria da conquista dos “cotações e mentes” da população.

Nesse sentido, foi realizado um trabalho de campo na Comunidade Santa Marta, afim de entender os limites dessa conquista, dada pela percepção dos moradores a respeito das mudanças que suas vidas já sofreram a partir do projeto de pacificação. Foram entrevistadas 34 pessoas, escolhidas dentre representantes da comunidade, cidadãos ativos em reuniões comunitárias (identificados a partir do comparecimento a elas), figuras conhecidas da comunidade (como artistas) e pessoas idosas que viveram várias fases de sua história.

Como as informações eram de natureza qualitativa, procurou-se realizar as entrevistas de maneira fluida, de forma a deixar os moradores bem à vontade com as

suas palavras e procurando evitar interrupções, apenas direcionando-as no que era estritamente necessário. No entanto, afim de não negligenciar questões importantes, foi utilizado um roteiro de entrevista que encontra-se transcrito no Anexo 1.

Assim como em “Sociedade de Esquina”, obra clássica de William Foote Whyte (1937), marco da Antropologia Urbana, que estudou um bairro italiano pobre da cidade de Boston contando com a ajuda de um membro da comunidade estudada, referido na obra por meio pseudônimo “Doc”, à realização dessa etapa do presente trabalho foi fundamental a participação de “João”, que abriu portas na comunidade, apresentando moradores, revelando informações e permitindo o acesso àqueles mais desconfiados com a presença de um pesquisador intruso. Procurou-se evitar identificar os entrevistados que serão denominados Entrevistado(a) 1 a 34.

Esta etapa foi realizada entre Dezembro de 2011 a Maio de 2012 e encontra justificativas não só pelas dificuldades em encontrar estatísticas adequadas ao objeto da pesquisa, mas também pela própria tendência presente na literatura que trata da Gentrificação a partir da combinação de informações quantitativas e qualitativas.

4.1 – COMUNIDADE OU FAVELA?

Após uma pequena apresentação com nome, idade, etc. a primeira questão pertinente foi entender como cada morador denominava seu local de residência. As respostas sempre gravitaram entre os termos “favela” e “comunidade” com escolhas justificadas segundo algumas percepções pessoais a cerca de si mesmo, do meio em que vive ou como se desejava ser visto. No entanto, foi constante nas falas dos entrevistados o termo “morro”, que apesar de ter sido raramente mencionado nesse momento específico das entrevistas, surgiu sempre espontaneamente nas descrições de seu ambiente de morada. A inclinação do terreno, sobre a qual traçou-se o “mito de Canudos” (conforme discutido no Capítulo 2), molda as estratégias de sobrevivência ao fornecer

uma série de dificuldades no ir e vir e no transportar de bens necessários à reprodução social.

A Entrevistada 3, 32 anos, que sempre morou no Santa Marta, disse preferir referir-se ao seu lugar de residência pelo termo Comunidade. Sem que fosse pelo pesquisador mencionado o termo Favela, ela espontaneamente o citou e afirmou que ele remete a uma situação de bagunça ou desordem, o que não corresponderia à realidade de seu local de residência. Segundo ela, “quem escuta favela acha que é aquela bandalha toda... e não é assim.”

Segundo a Entrevistada 6, 52 anos, sua preferência pelo termo comunidade também se relacionaria ao fato do Santa Marta ser um espaço consolidado, onde “todos se conhecem” e cujos novos moradores rapidamente se integram aos residentes e as redes de ajuda mútua que atuam na área, as chamadas “economias de reciprocidade”. Tais economias de reciprocidade, conforme exposto no Capítulo 3, constituem um dos dois principais motivos da existência de “racionalidade no morar em favela”.

Uma marcante exceção foi o Entrevistado 2²⁵, também de 32 anos, que afirmou preferir o uso do termo “Favela”. Em sua avaliação, o termo “comunidade” age no sentido de mascarar os problemas relacionados ao espaço em que vive e também é usado por terceiros afim de disfarçar seus preconceitos em relação aos que ali residem. Dessa forma, insiste que “não importa o quanto o Santa Marta é divulgado na mídia. Aqui não temos nem CEP. Usamos todos o mesmo e seremos sempre vistos como favelados.” Apesar disso, acredita que a hipotética possibilidade de deixar o Santa Marta representaria deixar para trás diversos familiares, os amigos, e as pessoas conhecidas desde o nascimento, revelando também o perfil comunitário da vida que ali se leva.

Não obstante, quase todos (32 em 34) os moradores entrevistados preferem o termo “Comunidade” à “Favela”, procurando um distanciamento das imagem de violência ou de territórios da desordem associadas ao segundo termo. Nesse sentido, os termos “favela” ou “favelados” são sempre, de alguma maneira, vistos pelos moradores como pejorativos ou carregados de preconceitos.

²⁵ Deve-se aqui ter em mente que trata-se de um morador com elevado grau de ativismo político e com peculiar postura crítica.

A valorização da vida comunitária está presente no discurso de todos os moradores entrevistados. Orgulham-se de seu local de residência, do fato de serem conhecidos por todos, de terem laços com os seus vizinhos, de conviverem com parentes e amigos próximos e de participarem de redes de ajuda mútua.

Pode-se relacionar o termo Comunidade ainda à própria densidade da distribuição das edificações no terreno, resultante de um processo de autoconstrução sob um ambiente de liberdade urbanística. As ruas, na realidade escadarias e caminhos feitos de concreto, são estreitas e as janelas distam muitas vezes pouco mais de um metro umas das outras. Olhar pela janela implica, muitas vezes, em uma visão do interior de uma residência vizinha. Há também uma paisagem sonora bastante característica, onde se escuta sempre os sons produzidos nas residências vizinhas, seja ele gerado por conversas, crianças brincando, aparelhos de som ou TV. A sensação é de proximidade com a vizinhança. Todos vivem juntos. Daí serem uma Comunidade.

Se o termo “Favela” é pelos habitantes do local diretamente relacionado a uma situação de desordem, a implementação da UPP agiu na direção de uma reordenação, tida por grande parte dos moradores como benéfica. Nas entrevistas a questão da desordem e, em especial, a questão do barulho gerado pelo uso indiscriminado de aparelhos de som, a presença persistente de pessoas nas áreas comuns, além de festas e comemorações foi amplamente citada.

“Tem gente que gosta de estar altas horas no meio dos caminhos... No começo, eles ficavam mais em cima, assim, a UPP. Os policiais costumavam pegar mais no pé dessas pessoas que costumavam ficar, assim, noites na baderna, noites na farra... a farra acabou. Tem limite. Mas quem quiser poderia na rua, na Lapa tem farra a noite inteira...”
(Entrevistado 11, 42 anos).

No trecho transcrito abaixo, o morador revela o incômodo sentido pela paisagem sonora sempre preenchida em altos decibéis.

“Melhorou. Tá mais silencioso. (...) Antigamente você tinha que dormir com som no teu ouvido. Você que não gosta de farra, que gosta de ficar quieto, relaxar na sua casa, tinha que participar da farra do vizinho para não se aborrecer” (Entrevistada 17, 39 anos).

Foi persistente o uso de expressões como “estamos nos adaptando” ou “tivemos que nos enquadrar”. O ordenamento, apesar de visto como benéfico, foi sempre retratado como algo vindo de fora, ou uma imposição dos policiais da UPP. Quatro dos entrevistados, com idades entre 28 e 32 anos, citaram não só a questão do volume sonoro em si como alvo de represálias, mas mesmo a gíria que empregavam em suas falas ou o conteúdo das letras de funks e, principalmente, “proibições”; aqueles funks cujas letras contêm referências às atividades ligadas ao varejo de drogas, ou as armas por ele usadas.

Também foi comum os moradores citarem conflitos com os policiais, principalmente no início da ação da polícia pacificadora. No discurso dos moradores, termos como “truculência”, “ignorância” ou “imposições” foram usados para descrever diversas situações em que a polícia fez prevalecer sua autoridade sobre o suposto comportamento desordeiro dos moradores. Foram também mencionadas “arbitrariedades” e até mesmo “racismo” nas descrições dos moradores.

“Teve que mudar o hábito, né? (...) Até lance de gíria. Como aqui era Comando Vermelho, 'é nós', 'demorô'... Teve dar uma mudada porque senão a gente recebia repreensão deles. Nos primeiros meses que a UPP foi instalada era muita confusão dentro da comunidade. O jovem fazia festa e botava o proibidão. Eles vinham repreender e vinham com ignorância então saia muita briga entre o policial e o morador. Agora, já vai pra 3 anos a UPP, mudou um pouco. O jovem se enquadrou um pouco mais. (...) Música alta, ficar zoando, música que falava em tráfico, em arma... Estamos passando por um momento de mudança. A comunidade aqui, ela está se enquadrando” (Entrevistado 28, 29 anos).

Alguns dos entrevistados mencionaram que alguns vizinhos “não se adaptaram” à nova situação de presença constante da polícia. Foram retratados conflitos diretos e mesmo casos de moradores que teriam decidido deixar a comunidade devido ao policiamento permanente.

(...) também por ter pessoas que tinham parentes que eram da vida do crime ficaram com medo de ter alguma represália por causa disso, então resolveram sair antes de ser cobrada alguma coisa. O que não tem nada a ver: cada um com seu cada um. Se eles são, é problema deles” (Entrevistada 21, 27 anos).

“Os motivos são variados... pessoas que não gostaram, pessoas que acharam que iam ser mais reprimidas, assim, em questão da bagunça que era antigamente... Ah, chegou a polícia, não vai ser mais como era, então vou procurar um lugar que é do jeito que eu gosto” (Entrevistada 3, 32 anos).

Os mais entusiastas em relação à presença da polícia pacificadora, principalmente os com idades entre 25 a 42 anos, se colocaram dentre aqueles que não provocavam a situação de desordem. Afirmaram que mesmo os moradores que tinham alguma ligação com os antigos traficantes não foram reprimidos e frisaram que ainda há possibilidades de entretenimento no interior da comunidade. O receio de alguns moradores teria se provado injustificado e a UPP teria agido, portanto, não como uma fonte de repressão constante, mas apenas com o intuito de coibir alguns excessos.

“Na minha vida, particularmente, não mudou nada. Eles tão aí e fazem o serviço deles, fazem a parte deles, eu faço a minha. Eu não sou de ferra... E mesmo se fosse! Minha comadre adora beber uma cerveja, toma uma rama danada e não deixa de descer, curtir pagodinho, não deixa beber a cervejinha dela e voltar pra casa dela. Não muda nada. Acho que as pessoas se assustaram muito porque não estavam acostumadas, então, aquele impacto, as pessoas se assustaram achando que iam se privar de várias necessidades que as pessoas tem. Pra mim não mudou nada” (Entrevistada 25, 41 anos).

Um primeiro olhar pode detectar certa contradição nos relatos dos moradores: se por um lado reclamam sobre alguns atos arbitrários dos policiais a fim de imporem um comportamento diferente do que era usual, principalmente na fase de implementação da

unidade policial, por outro insistem que suas vidas estão muito melhores do que quando havia a presença dos varejistas de entorpecentes armados agindo na área.

Sobre a situação anterior, de presença dos traficantes armados, as opiniões se dividem entre os que acreditavam no “respeito ao morador” por parte do tráfico e os que frisam as arbitrariedades e violência por ele praticadas. O Santa Marta ganhou exposição midiática principalmente após as situações de disputas entre traficantes rivais. A imprensa explorava de forma espetaculosa não só as situações de conflitos bélicos pela disputa de pontos de venda no interior da comunidade, mas também imagens chocantes de menores armados e a execução de penas brutais dos tribunais do narcotráfico, que pela ausência das diversas instâncias do poder do Estado, executava tarefas de polícia e agia resolução de conflitos entre os moradores segundo seus próprios critérios, muitas vezes brutais.

“(...) Como sou pai, só eu pensar que meu filho pode soltar uma pipa, pode jogar futebol e não tem que pensar em correr por escutar tiro... é uma vitória pra gente. Só em pensar que meu filho não vai ver um homem armado, usando droga, pra nós é uma vitória muito grande” (Entrevistado 31, 46 anos).

A ausência da presença do Estado, fora pelas incursões pontuais da polícia, fazia com que o tráfico assumisse ora o papel de benfeitor, ora o de promotor do terror e do pânico. Dois momentos da mesma entrevista, transcritos abaixo, podem ilustrar algum grau de confusão nas percepções dos moradores e como a chegada da UPP representou uma espécie de reinversão de papéis.

“(...) muitas das vezes, eles mexiam com quem mexia com eles. Morador sempre foi respeitado. Morador nunca foi esculachado aqui na comunidade. Pelo contrário, se precisava de um gás eles davam. Se estivesse passando mal, eles davam dinheiro, ajudavam a descer. Mas com a UPP também. Se tiver passando mal eles botam

dentro do carro, levam... com a minha vó aconteceu isso. Ela estava passando mal e eu fui até o guarda. A gente desceu com a viatura”
(Entrevistado 28, 29 anos).

Dois representantes da comunidade, que atuam em instituições diferentes, e sem ligação direta entre elas, afirmaram que deve-se ter em mente que a ausência de tiroteios, assim como a provisão de serviços públicos são direitos dos moradores. Não só dos habitantes do Santa Marta, mas como de qualquer cidadão. Consideram, portanto, que o Estado está apenas cumprindo a sua obrigação que deveria ter sido cumprida sempre.

4.2 – A GEOGRAFIA DO PREÇO DO IMÓVEL

Duas características físicas contribuíram para a geografia do ambiente construído: a inclinação do terreno e o reduzido número de acessos. Assim, o Santa Marta, no fim da década de 20, ou no início dos anos 30 se formou inicialmente no alto do morro, principalmente a partir das obras de construção do Colégio Santo Inácio e obras públicas no Bairro de Botafogo. Os motivos apontados pelos moradores mais velhos, assim como pela literatura ficcional (Barcelos, 2003) e acadêmica (Rocha, 2012) variam entre a necessidade de esconder as casas entre as árvores por temerem remoções, até a existência de uma fonte d'água na região.

“Minha madrinha mora aqui a... Nossa! Isso aqui ainda era muito mato. Lá em cima tem uma mina e eles só tinham achado aquela mina até então. Então eles foram fazendo as suas casinhas lá perto. Ela fez a casinha dela de madeira, por aqui mesmo. Tinha que pegar água de balde, não tinha luz, era aquele lampião” (Entrevistada 21, 27 anos).

A expansão, no entanto, se deu a partir da metade inferior do que hoje é a área de ocupação da comunidade. A essa configuração é determinante a facilidade de acesso ao Bairro de Botafogo. Dois são esses acessos na parte inferior: o do que é hoje a Praça do Cantão e a chamada Escadaria Principal.

Isso determinou um ambiente construído bastante compacto. As casas localizam-se muito próximas umas das outras e os caminhos entre elas são estreitos, constituindo-se em sua totalidade por passagens de não muito mais que dois metros de largura, formadas por trechos, ora de rampas, ora de escadarias. Isso faz com que, com exceção das ruas que levam aos acessos da Praça do Cantão e da Escadaria Principal, não seja possível a circulação de veículos de nenhuma espécie no interior da comunidade.

Os moradores foram unânimes em apontar essas razões para um mapa bastante característico da habitação: os preços mais caros encontram-se situados na parte mais

baixa do morro, exatamente a parte onde a densidade do ambiente construído é mais elevada. A região mais próxima dos acessos, não por coincidência, foi apelidada pelos moradores de Zona Sul.

Na região palco da ocupação inicial, por ter acesso mais difícil, assim como por ofertar grande dificuldade ao transporte de carga, e em particular, de material de construção, permaneceram casas ao mesmo tempo caracterizadas pelos menores preços e pelos maiores espaços internos e de seus terrenos. Não causa espanto também o fato de ter sido apontada pelos moradores como a região habitada pela parcela menos privilegiada da população do Santa Marta, com um grande número de idosos e maiores concentrações de moradias precárias e de boa parte das famílias com as menores rendas entre a comunidade.

O menor preço dos imóveis deve-se ainda a outras peculiaridades. A região mais alta, hoje conhecida como Pico, era a que, dada a sua visão privilegiada de toda a área onde localiza-se a comunidade, assim como dos dois acessos ao Bairro de Botafogo, era aonde falcões (vigias) do varejo armado de entorpecentes mais marcavam presença. Serviu também de palco para inúmeros episódios de tiroteios a partir de incursões policiais oriundas do acesso ao Bairro das Laranjeiras ou mesmo de disputas entre grupos de traficantes rivais. A região ganhou dos moradores o apelido pejorativo de Vietnam.

“Com certeza! Mais barato. Aqui tinha até apelido: chama-se Vietnam. Aqui, essa hora assim²⁶, as luzes do campo até já estavam apagadas. Tudo aqui era mais barato” (Entrevistado 31, 29 anos).

Essa região, segundo os moradores, jamais recebeu investimentos dos projetos de Urbanização que contemplaram o resto da área da comunidade e, a partir do fim da violência decorrente da instalação da UPP, firmou-se como o grande destino turístico do Santa Marta, uma vez em que goza de uma vista deslumbrante de vários pontos notáveis da cidade: vê-se a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Praia de Copacabana, grande parte do Bairro de Botafogo, a ponte Rio-Niterói, etc. Os moradores enxergam com grande

²⁶

A entrevista foi realizada em torno de 21:00 na Estação 5 (a mais alta) do Plano Inclinado.

desconfiança o fato de justamente a área de maior potencial turístico ter sido a reservada a não receber melhorias.

“Depois que entrou a UPP tudo encarece. (...) Naquela área ali, se você for lá, vai perceber que não chegou nada de urbanização. Ela está abandonada. Está sendo cogitada como área de risco e tem 52 famílias com risco de serem removidas. Tem uma especulação ali querendo remover famílias, na verdade, para implantar outras coisas... negócios, hotel, restaurante... Uma área que era considerada violenta; pela polícia ir ali, trocar tiro com bandido. Se hoje não tem mais a violência, tinha que melhorar a vida de quem mora ali. Em barracos de madeira, colocar em alvenaria..., mas na verdade, com essa melhoria da não violência no local pós UPP, não tão beneficiando a localidade e os moradores, tão querendo retirar os moradores e colocar outra coisa. A luta dos moradores lá é para permanecer. Já que moram ali a mais de 40, 50 anos, agora que não tem tiroteio, tem que permanecer onde possam criar suas famílias sem maiores problemas” (Entrevistado 2, 32 anos).

Se por um lado a urbanização do Governo não chegou a área e toda a estrutura (mais precária) ali presente foi construída pelos próprios moradores em ambiente de liberdade urbanística, por outro lado, a atuação contemporânea do POUISO, órgão ligado à Secretaria Municipal de Urbanismo, impede que os moradores de toda a Comunidade realizem melhorias em suas residências sem sua devida autorização.

De acordo com o sítio da Secretaria Municipal de Urbanismo (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=140167>), o POUISO – Posto de Orientação Urbanística e Social é um posto da Coordenação Geral das Áreas de Interesse Social – CAIS que por sua vez é ligado à Secretaria, instalado dentro das favelas declaradas como Área de Interesse Social. A CAIS, segundo o sítio, têm as seguintes atribuições:

- Preservar o espaço público;
- Manter o alinhamento das ruas, secretarias e servidões;

- Evitar Construções em áreas de risco;
- Controlar a expansão das Comunidades;
- Elaborar legislação Urbanística para cada novo bairro;
- Reconhecer os logradouros;
- Fazer planejamento local;
- Dar orientação básica nas reformas;
- Conceder Habite-se às unidades habitacionais;
- Fiscalização da legislação urbanística;
- Articulação com órgãos municipais para a entrada de outros serviços da Prefeitura;
- Promover ambiente mais saudável nas comunidades.

Os moradores relatam grande dificuldade na obtenção de autorização de diversos tipos de melhorias, incluindo os “puxadinhos”, ou as adaptações ao ciclo de vida das famílias, cuja possibilidade existente nos “assentamentos precários informais” é por Abramo (2003) denomina de “liberdade construtiva”. A liberdade construtiva, assim como as “economias de reciprocidade”, conforme discutido no Capítulo 3, é um elementos determinantes para a existência de “racionalidade” no morar em favela.

Dentre os habitantes da região do Pico, as 52 famílias que no momento encontram-se sob ameaça de remoção contestam estarem residindo em áreas de risco, ponderando que, apesar do grande desabamento que ocorreu na comunidade no ano de 1988 (Rocha, 2012, p. 75), provocando danos aos moradores diretamente atingidos, assim como traumas a todos, jamais houve sequer um desabamento na área. Tais habitantes prontamente organizaram um movimento intitulado SOS Pico que busca pressionar as autoridades para a permanência das famílias no local usando como um dos instrumentos de luta a ajuda prestada pela Defensoria Pública assim como um contra laudo emitido por um engenheiro qualificado.

Não é a primeira vez que o Santa Marta vive ameaças de remoções.

“Há anos atrás teve esse problema aqui na comunidade. Se eu não me engano, o César Maia, queria remover a comunidade. E a comunidade não

quis, porque nós já somos pobres, trabalhamos pra caramba pra conseguirmos fazer alguma coisa na nossa casa pra aí vir, tira você da sua casa e te bota num cubículo... e longe! Por que era lá pra Santa Cruz, Paciência, pra aquelas bandas de lá.” (Entrevistada 14, 51 anos).

Ainda assim, moradores prestaram informações contraditórias em relação à possibilidade de, a partir da implementação da UPP, ter ou não ocorrido uma valorização relativa do Pico, com sua maior oferta de espaço e com sua destacada vista da cidade. Em resumo, a ameaça de remoções, aliada à ausência da possibilidade de realizar melhorias, dado o fim da liberdade construtiva, seriam argumentos determinantes a uma resposta negativa. Alguns afirmaram, no entanto, que o aumento do preço de imóveis ocorreu, a partir da UPP, em toda a extensão da comunidade, porém com mais intensidade na parte mais alta.

“Antigamente se uma casa lá embaixo era R\$ 50.000, no meio do morro era R\$ 25.000 e lá em cima era R\$ 10.000. Veio a UPP; mais segurança, o bonde; mais acessibilidade. Hoje você pode encontrar uma casa lá em cima pelo mesmo valor. Aqui em baixo, como todo mundo queria morar aqui por ter acessibilidade mais fácil, os moradores foram construindo uma casa em cima da outra então você não tem uma casa espaçosa. Você tem uma casa comprida. Lá no Pico você consegue uma casa mais espaçosa” (Entrevistada 6, 56 anos).

“Antes para morar aqui em cima, ninguém queria. Por causa do tiroteio. (...) Hoje é mais procurado, porque a vista é bonita, é o ar puro, as casas não são muito coladas. Lá pra baixo é mais difícil.” (Entrevistado 33, 73 anos).

Todos os entrevistados falaram em aumentos nos preços de suas residências. A Entrevistada 3, morou em uma casa de 3 quartos, com uma suíte localizada na quadra do Cantão no final de 2007. Pagava R\$ 540,00 de aluguel e achava que no momento da entrevista (realizada em Fevereiro de 2012), a mesma casa seria alugada por uns R\$

800,00 no estado em que se encontrava na época e com algumas reformas chegaria a R\$ 1000,00. Relatou que o imóvel em que residia foi vendido pela então proprietária por R\$ 40.000,00. Ao procurar um novo imóvel para alugar passou por grande dificuldade devido à pouca oferta disponível na época. Acabou voltando a morar com os pais, que promoveram desmembramentos de sua residência afim de acomodar a sua família, bem como a família de seu irmão. Hoje a casa tem 3 andares e um terraço. No andar térreo mora o seu irmão com a esposa e dois filhos. Ela, mais o marido e os dois filhos residem no segundo andar e sua mãe no terceiro.

O Entrevistado 19 é autônomo e mora com sua mulher e filho em uma casa, nas suas palavras, “confortável”, com 2 andares que se localiza na altura da Estação 2 do Plano Inclinado. Afirma ter pago “na época, 2007” Cerca de R\$ 27.000. Hoje acredita que sua casa poderia ser vendida por cerca de R\$ 40.000.

Já o Entrevistado número 28, Morava na Estação 5 do Plano Inclinado e se mudou para perto da Laje Michael Jackson, na Estação 4. Mora na casa da sogra. Antes o fazia em casa cujo aluguel anterior a UPP era cerca de R\$ 200,00. Depois da UPP, acha que a mesma casa teria aumentado para R\$ 450,00.

Segundo os habitantes, os aumentos repentinos no preço a partir da UPP fizeram com que alguns moradores tenham deixado a comunidade. Alguns apontaram ex vizinhos que teriam se mudado para outras favelas próximas (foram citadas como destino a Mangueira, da RA de Botafogo e a Fallet, no Bairro de Santa Tereza). O motivo estaria nos preços mais baixos e nas residências e terrenos mais espaçosos. Alguns foram os relatos a respeito de ex vizinhos de origem nordestina, ou “migrantes”, que teriam aproveitado a oportunidade aberta pelos aumentos de preços para venderem suas propriedades e assim retornarem à terra natal.

Foram relatadas situações de arrependimento dadas as novas possibilidades abertas a partir da UPP.

“Minha colega, por exemplo. Ela foi morar na Paraíba. Ela dizia que o custo de vida aqui era muito alto. Ela estava casando, não tinha casa própria, quem trabalhava era só o marido... ele tinha uma casinha na Paraíba. Hoje ela está aqui visitando, veio passar Carnaval. E ela disse

que hoje, se tivesse condições, ela voltava pra cá, porque hoje as coisas melhoraram.... mudaram... hoje é muito projeto, muito curso, muita informação” (Entrevistada 17, 39 anos).

4.3 – MERCADO IMOBILIÁRIO E CUSTO DE VIDA

Outra absoluta unanimidade entre os moradores entrevistados foi quanto à chegada da UPP ter trazido não só o aumento do preço dos imóveis do Santa Marta, mas também do custo de vida e com ele, a possibilidade de que uma parcela mais carente dos habitantes, principalmente os que pagam aluguel por suas residências, acabarem passando por dificuldades.

“Se você for no alto do morro o que você mais vai encontrar são pessoas que não estão conseguindo pagar a conta de luz, principalmente. A galera que mora lá em cima, a maioria, é mais idosa. E são pessoas que tem muita baixa renda” (Entrevistada 29, 57 anos).

Sobre a água é cobrada a todos os moradores uma taxa de R\$ 18,00. A Luz é cobrada segundo a medição da companhia fornecedora a partir de medidores individuais em cada residência. Os valores relatados variaram entre R\$ 40,00 a R\$ 100,00. As TVs por assinatura também constituem um novo custo aos moradores. Os pacotes variam de R\$ 30,00 a R\$ 50,00. É oferecido acesso à internet via rede Wi-Fi sem nenhum custo aos moradores.

“Tirou o GATONET. A gente teve que botar antena. A Sky,... Eu tenho da EMBRATEL, a gente tem que pagar uma quantia maior. Entrou um projeto do Estado, junto com a EMBRATEL e a TV passou para uns 30 reais. Internet eu não pago porque tem a Wi-Fi de graça na comunidade. Tem várias antenas...” (Entrevistado 28, 29 anos).

Algumas reclamações surgiram no que concerne à qualidade dos serviços associados a esses novos custos, no caso da água, e a certa arbitrariedade nos valores cobrados pela companhia elétrica.

“Inclusive, a água está virando escassez. Porque está dando problema e está acabando e a gente está pagando a água. Uma taxa de R\$ 18,00 que

se não pagar o seu nome vai pro SPC. E antes de entrar a UPP a gente não pagava, mas tinha luz à vontade.” (Entrevistado 31, 46 anos).

“Tem gente que paga na luz R\$ 100,00, R\$ 80,00... Tem pessoas que reclamam que não tem ar condicionado, não tem muito eletrodoméstico e paga um absurdo” (Entrevistado 19, 46 anos).

“Aqui sempre se pagou água, sempre se pagou luz na Associação, mas era uma taxa social. Hoje tudo aumentou. Água triplicou e não tem hidrômetro: você paga essa taxa sem saber o quanto de fato consumiu. E luz, de R\$ 8,00 aumentou para R\$ 100,00. Toda essa vida encareceu e o salário é o mesmo, então não vai ter como o povo manter isso. O povo ao invés de melhorar a sua qualidade de vida, se alimentar melhor..., ele com salário mínimo vai pagar luz mais cara, aluguel mais caro, água... como ele vai se alimentar, se vestir, comprar remédio? Esse é o problema. Se falar de melhoria, tem que falar da qualidade de vida. Se não melhora minha qualidade de vida, se eu não me alimento melhor, se eu não tenho dinheiro pra um lazer, etc. Isso não está me atingindo a não ser encarecendo a minha vida” (Entrevistado 2, 32 anos).

Foram constantes os relatos sobre pessoas que haviam saído da comunidade antes da instalação da UPP, principalmente por motivos ligados à violência do tráfico. Assim, foi o caso de famílias que, por terem algum tipo de vínculo com membros de certa facção, se viram obrigadas a deixar o Santa Marta quando uma outra facção do narcotráfico rival assumiu o comando. Também famílias que saíam para que assim evitassem assistir ao provável destino de parentes envolvidos no varejo de entorpecentes ilegais.

É o caso da mãe do Entrevistado número 21. *“Minha mãe saiu na época pesada aqui. Saiu por causa da violência. Hoje, como melhorou a comunidade, ela tem desejo de voltar.”* Ele acredita que há mais gente entrando na comunidade do que saindo. Ao ser perguntado se havia muitos moradores deixando o morro, respondeu que *“Não. Por enquanto tem chegado muita gente. Muita gente que tinha saído e está voltando. A procura está muito grande.”*

Não há consenso quanto à possibilidade de expulsão branca (termo usado por dois representantes da comunidade) dos moradores. Segundo o Entrevistado Número 2, ainda que os casos sejam até o momento isolados, a tendência é que aumentem conforme os custos sigam uma trajetória ascendente. Os baixos salários tornam famílias com maior número de dependentes e que ocupam os domicílios na condição de locatários as apontadas como tendo maior fragilidade em relação ao possível processo.

“Os mais pobres vão acabar não conseguindo ficar, e se conseguir ficar vai ser de forma precária, dependendo de alguém. Acredito que nem todo mundo do Santa Marta está com emprego, com carteira assinada, e se está é menos de 2 salários, acredito que a maioria é isso. E a maioria dos moradores não é sozinho.”

Uma das questões incluídas no Roteiro de Entrevista (transcrito no Anexo 1), a partir da menção em mais de uma reunião de moradores em torno de questões de interesse social, convocadas pelo Governo do Estado e pela unidade do Ministério da Casa Civil presente na comunidade, cujo objetivo era apresentar projetos de urbanização e moradia à população, foi em relação à perspectiva de concessão de títulos formais de propriedade. Algumas favelas da Zona Sul como a do Cantagalo e a da Ladeira dos Tabajaras já passaram por processos de regularização das propriedades. Procurou-se saber se os moradores já haviam escutado algo e o que pensavam a respeito dessa possibilidade.

Quase todos os entrevistados responderam que já tinham escutado algo a respeito ou que acreditavam nessa perspectiva dado o fato de essa regularização fundiária já ter ocorrido em outras favelas. Todos foram unânimes quanto a seu direito a esses títulos. Apontaram duas razões: a primeira ligada ao fato de ainda serem considerados “invasores” dos terrenos e às ameaças de remoção que viveram e ainda vivem. Demonstraram, portanto, desconfiança em relação aos Governos. Alguns ainda destacaram que querem ter assegurados os seus direitos de negociarem seus imóveis no mercado formal. Também foi presente nas falas dos moradores a associação direta entre regularização fundiária e os subsequentes aumentos no custo de vida.

“Pra você ver, tem gente que hoje já reclama de só pensar em pagar o IPTU. Só se for um IPTU social, vamos dizer... as pessoas que são mais

carentes tem um padrão diferente de valor. Se for uma coisa que for analisar a sua casa e dentro daquele padrão te cobrar um valor x, acho muita gente vai embora, vai vender suas casas e ir embora” (Entrevistada 14, 51 anos).

Foi em seguida perguntado se a concessão de títulos de propriedade funcionariam como um incentivo aos moradores deixarem suas casas. As respostas foram unanimemente afirmativas.

“Acho que incentiva, né? As pessoas aqui podem ganhar um dinheiro bom na casa e comprar em um lugar mais barato... Mas eu, particularmente... eu não penso em sair daqui. E acredito que muita gente não pensa sair, morar em lugar longe” (Entrevistado 28, 29 anos).

“Eu não penso em sair daqui... a não ser... assim, mais velho, comprar um sítio. Morar num lugar mais tranquilo” (Entrevistado 11, 42 anos).

“A gente não pode privar as pessoas de fazer o que querem, mas essa migração é complicada. Com essa saída a favela vai perdendo a cultura, a maneira como se vivia. A nossa preocupação é fazer que esse projeto beneficie o povo, e não expulse o povo do Santa Marta” (Entrevistado 31, 46 anos).

“Qualquer espaço aqui é muito mais barato que qualquer espaço na São Clemente. Era visto diferente. Hoje, com a polícia no local, qualquer pessoa de outros lugares vai se interessar por esse espaço. É isso que a gente tem que estar cuidando. Não que você não possa vir, mas que não aproveite esse encarecimento da vida e expulse os moradores daqui. Dinheiro as pessoas da classe média-alta tem. O pobre não tem R\$ 50.000. Vai pegar esse dinheiro, comprar uma casa, vai acabar rápido e sua história também. E não vai conseguir voltar mais pro Santa Marta” (Entrevistado 2, 32 anos).

Um dos entrevistados afirmou que a regularização fundiária poderia ser a porta de entrada para a Especulação Imobiliária na área da comunidade.

“Já teve algumas favelas que já receberam, mas isso não é tão benéfico não. (...) Muitos moradores ficam até felizes, mas, com esse encarecimento, esse título vai ser o passaporte para a especulação entrar fervorosamente na favela. Compra cinco barracos, faz um prédio. Onde gastou 200 mil, em cinco barracos, 200 mil vai ser nem um apartamento que eles vão vender” (Entrevistado 8, 33 anos).

4.4 – CORAÇÕES E MENTES

As peculiaridades da Comunidade Santa Marta localizam-se não somente no domínio da Geografia Física, mas no da Geografia Humana. Rocha (2012) procura estabelecer alguns paralelos para as características peculiares presentes nesses dois domínios. A densidade construtiva, com suas casas muito próximas umas das outras, assim como os caminhos estreitos e a ausência de circulação interna de veículos teriam contribuído para a formação de redes de solidariedade e de um movimento associativista que ofereceu resistência às pressões colocadas de fora para dentro.

Nesse mesmo sentido, teriam contribuído também a ação da Igreja Católica e de outros grupos. Eles agiram no suporte e incentivo tanto às iniciativas de auto construção da estrutura urbanística, expressa nas instalações de redes de água e energia elétrica pelos próprios moradores, assim como no florescimento desse movimento associativista que tem sido responsável por uma peculiar capacidade de mobilização de demandas em torno da prestação de serviços coletivos por parte do poder público, da conquista de direitos e da promoção da cidadania.

Um dos episódios marcantes dessa história citado por Rocha (2012, p. 76), foi a rejeição por parte dos moradores da comunidade de um projeto que pretendia realocar os moradores em um complexo de apartamentos ao estilo do BNH (Banco Nacional de Habitação) a ser construído na própria área da favela. Na visão do proponente, traria consigo melhorias na qualidade de vida, principalmente ao facilitar a prestação de serviços por parte do poder público. O valor que os moradores davam a maneira como vivem e, em especial, as suas estratégias de sobrevivência determinou que entendessem o projeto da Prefeitura como sendo reflexo da extensão da lógica dos moradores no estoque de habitação formal à sua contrastante realidade. Assim, preferiram continuar a viver no ambiente como ele era e manter sua a cultura e as suas estratégias de sobrevivência.

A pressão dos moradores, a partir de um elevado grau de organização política, teria ainda cobrado a instalação da rede de energia elétrica da Light (inteligentemente grafado no Jornal comunitário ECO como “Laite”, afim de facilitar a pronúncia correta do nome da empresa) (Rocha, 2012).

A importante participação da sociedade civil também no sentido de prover serviços coletivos que deveriam fazer parte das obrigações do Estado, mas que careciam de oferta na área também ocorre em um elevado patamar peculiar à comunidade.

Todas essas peculiaridades somadas tornaram propícia a implementação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora no Santa Marta, em caráter experimental. A comunidade já tinha expressado o desejo pelos serviços públicos, já tinha larga experiência com as iniciativas da sociedade civil que trouxeram melhorias às condições de vida, tinham um número de habitantes razoavelmente baixo, ocupava uma área pequena, com reduzido número de domicílios, era dotada de grande projeção internacional graças a gravação do clip de Michael Jackson na favela dirigido por Spike Lee (uma laje com uma estátua do astro pop é um dos mais destacados pontos turísticos da comunidade), a visita realizada pela cantora Madonna, além do fato de ter ficado famosa pelas guerras do tráfico, imagens de crianças portando armas e desabamentos, ou seja, tinha também grande visibilidade pelas classes abastadas através de uma imagem negativa cuja reforma poderia vir a conferir toda uma credibilidade ao projeto.

Tanto a geografia física do terreno, quanto o limitado número de acessos à área da comunidade tornava o seu cercamento e posterior controle por meio de forças policiais relativamente simples. O City Marketing, tão importante para a “gestão” das cidades em tempos de acumulação flexível encontraria uma oportunidade única (ver Capítulo 1).

Se a nova estratégia de segurança deve procurar dar voz aos moradores e seguir uma lógica de prestação de serviços em oposição à lógica de guerra comum às antigas estratégias de repressão ao varejo armado de entorpecentes ilícitos, há um evidente benefício na implementação da política em uma Comunidade que se caracteriza pela forte articulação política e pelo movimento associativista. Assim constituía-se um terreno fértil para testar os limites do diálogo entre a nova polícia e a população local.

Na primeira unidade do presente capítulo foram apresentados as opiniões e os relatos que apontavam para uma série de conflitos com os moradores. No entanto, apesar do já enfatizado alto grau de mobilização política, foi recorrente um discurso em torno de uma necessidade de “adequação” dos moradores a um comportamento que pode ser visto como imposto de cima para baixo. “*Se deixar vai se adequar ao que vem de fora pra dentro*” (Entrevistado 2, 32 anos).

Uma parte do Roteiro de Entrevista envolvia questões quanto à percepção dos moradores em relação aos benefícios que teriam vindo a reboque da UPP. Um representante da comunidade, chamou a atenção para a UPP ser uma política de segurança. Segundo ele, “UPP é polícia”. Haveria, porém, uma tentativa por parte dos braços do poder público presentes na comunidade de associar qualquer mudança a princípio benéfica à população à sigla UPP. “Tem a UPP Social. Então tem a UPP Social e a UPP não Social? Como é isso?” (Ibidem)

As obras de urbanização do Santa Marta começaram não só antes da implementação da UPP, segundo Rocha (2012) no ano 2000, mas também são anteriores ao mandato de Sérgio Cabral no Governo do Estado. Também o elevador em plano inclinado, que provou-se um símbolo do progresso e da cidadania, além de facilitar a entrada de turistas e, a reboque dela, novas possibilidades de geração de renda no interior da comunidade foi construído anteriormente à implementação da UPP. No entanto, muitos dos entrevistados ligaram em seus discursos a UPP ao Bondinho (como é conhecido o plano inclinado).

“O bondinho foi o auge do Santa Marta. Hoje tem senhores que descem, vão andar na praça, que antigamente não tinha como descer essa escadaria toda. Ficavam só nas suas janelas tomando um ventinho. Hoje descem. Por causa do Bondinho!” (Entrevistado 11, 42 anos).

“Eu moro aqui... eu falo pro meu marido que eu sou turista aqui no morro. Antigamente eu não saía com muita frequência porque ficar subindo e descendo essas escadarias não era mole não, mas hoje eu adoro à noitinha pegar o bonde, ir lá pra cima. Tiro foto, fico com as crianças lá em cima. A vista é linda” (Entrevistada 3, 32 anos).

Os moradores também afirmaram que a pacificação trouxe uma série de novas iniciativas da sociedade civil no tocante à provisão de qualificação profissional. Houve também ampliação da oferta de empregos, não só por parte da iniciativa privada, como também por parte do poder público, que ofereceu novos empregos como, por exemplo, na operação do Plano Inclinado e no recém-criado polo de saúde. A situação hoje é contrastante com a anterior a implementação da UPP, quando eram poucas as possibilidades de geração de renda no interior da comunidade.

“Antes? Que não existia UPP? Não... dentro da comunidade não tinha muita renda pro trabalhador. Porque não tinha os projetos que tem hoje.” (Entrevistado 28, 29 anos).

“Com a UPP veio vários benefícios. Veio o Sesc, a Firjan... Vários cursos. Curso de computador... ONG de música” (Entrevistado 19, 46 anos).

“Isso também é uma coisa que depois que pacificou melhorou muito. Hoje você não precisa nem sair da sua casa para conseguir um trabalho. As próprias firmas lá fora, ligam pra associação, passam todos os dados (...), aqueles que se encaixam no perfil vão lá deixam o currículo, eles vem aqui pegam o currículo... tão chamando as pessoas que se encaixam no perfil que eles querem.” (Entrevistada 14, 51 anos).

Contudo, alguns moradores enfatizaram que a ampliação desses cursos não representa mudanças significativas na inserção no mercado de trabalho, já que a qualificação profissional e a oferta de emprego continuou gravitando em torno dos serviços precários e mal pagos.

“Mudança não. O que teve foi mais aprendizado. As pessoas tão indo com mais aprendizado pro mercado de trabalho pelos projetos que estão sendo abertos aqui. Eu poderia trabalhar como secretária a uns anos atrás. Hoje eu vou continuar sendo secretária, mas mais informada. Porque eu vou ter acessibilidade a um curso de informática, a um curso de inglês. Posso me especificar em um curso de secretariado... posso até pagar, mais sendo indicada por uma dessas ONGs aqui na comunidade, vou pagar menos. Minha renda pode até aumentar com isso.” (Entrevistada 3, 32 anos).

“Ah, Neguinho... curso pra aprender a fazer o que? Pra ser balconista? Pra ser atendente? Tava falando outro dia pra minha vizinha. Que tipo de profissão eles querem que nossos filhos tenham? Por acaso tem curso pra ser Advogado? Só tem curso pra profissão de pobre, né?” (Entrevistado 11, 42 anos).

“Está tendo mais vagas, mais espaço. Mas pra esses serviços aí. Auxiliar de Serviços Gerais... Queria ver um anúncio desses em condomínio por aí. É claro que oferecem esses empregos na favela, onde a qualificação é baixa e os salários também. Eu vou começar acreditar em democracia quando tiver caveirão em incursão em condomínio.” (Entrevistado 2, 32 anos).

Uma grande ênfase por parte dos agentes públicos e dos representantes da sociedade civil diz respeito ao incentivo às iniciativas empreendedoras individuais ou coletivas, dadas as possibilidades abertas com a nova circulação de não residentes pelo interior da comunidade pelo Bondinho e pela pacificação.

“Antigamente, os birosqueiros vendiam só suas balinhas, seus biscoitos pra gente mesmo que mora aqui na comunidade ou pra um amigo que vinha visitar. Hoje não... hoje quem tem suas birosquinhas; que a gente nem chama mais de birosquinha, mas de bar, lanchonete, até restaurante; melhorou o ambiente pra estar recebendo as pessoas de fora. (...) Lógico! Quem tem seus barzinhos vai começar a ganhar mais do que antigamente, que só era nós, nós mesmos.” (Entrevistada 3, 32 anos)

“Minha esposa tem agora uma lojinha pra turista. Começou com loja de roupa, mas hoje a gente trabalha com isso. Guias que vem com turista lá de fora e levam lá pra loja. A gente mostra o DVD do Michael Jackson, gravado aqui na comunidade, reportagem aqui na comunidade, mostra a Madonna quando veio aqui visitar.” (Entrevistado 28, 29 anos)

“Hoje eu tenho meu negócio dentro da comunidade e graças a Deus posso comprar comida pros meus filhos comerem 3 refeições por dia. Tem carne todo dia na minha casa. Ainda como ovo de vez em quando porque eu gosto de um ovinho. (...) Hoje ganho praticamente o dobro do que eu ganhava quando trabalhava de motorista aí fora. E ainda, de vez em quando, ainda faço uns serviços pros meus antigos patrões. Cobro caro, R\$ 200,00 pela diária, mas eles pagam porque me conhecem e preferem do que botar carro caro na mão de uma pessoa que eles não sabem quem é” (Entrevistado 31, 46 anos).

Essa nova circulação de pessoas visitantes não se restringe somente aos turistas. Os moradores afirmam haver pessoas residentes dos bairros formais, em especial “vizinhos” do bairro de Botafogo, que passaram a frequentar a comunidade. A exposição nacional da comunidade, se metamorfoseou a partir da UPP, através de uma nova imagem oposta àquela associada a crianças armadas, narcotraficantes ora posando de heróis, ora em guerra pela disputa territorial pelo controle de pontos de venda de drogas. Essa mudança é vista pelos moradores como constituindo-se uma nova fonte de benefícios.

“Pessoas comuns, vizinhos aqui da São Clemente. Artista... muitos também começaram a vir pra cá. Ajudam algumas pessoas.(...) A creche onde minha filha fica, é uma creche comunitária, que vive da ajuda dos pais. A Aline Moraes, aquela atriz, veio aqui, fez uma entrevista com o pessoal da creche. Aí dali começou. Sensibilizou o pessoal do Projac... Hoje manda cesta básica, manda todo sábado um caminhão de frutas, legumes e verduras” (Entrevistada 25, 41 anos).

“A galera de Botafogo. Vizinha nossa. Tem caso de senhora vir aqui e falar como é lindo aqui em cima. Não subia, agora sobe” (Entrevistado 28, 29 anos).

A valorização do preço da propriedade informal, assim como o aumento da demanda por moradia dado pela nova exposição do Santa Marta no nível Nacional, pelo massivo apoio da mídia oficial que divulga um absoluto (e espetacular) sucesso da UPP e, obviamente, dos benefícios de se morar em habitação ainda barata na Zona Sul com maiores garantias de segurança, agiu incentivando o mercado de locação informal local. Como a expansão desse mercado de aluguéis se dá quase exclusivamente a partir de desmembramentos do estoque de habitação existente, isso pode acabar gerando um processo de precarização das moradias que pode permitir o que Davis (2008) denomina *“exploração dos mais pobres pelos pobres.”*

“Hoje nós temos aluguel de R\$ 1000 aqui. Antigamente você pagava R\$ 300. E conseguia muito mal alugar. O giro de estoque de aluguel aqui do morro era pro próprio morador que conhecia o morro, porque ninguém de

fora queria morar aqui. Você podia viver até de aluguel, mas com pessoas que já moram no morro e conhecem todo mundo. Aí você alugava pra um amigo, para um vizinho, mas para o pessoal de fora, antes da UPP, vir alugar aqui era complicado” (Entrevistado 19, 46 anos).

“Eu moro numa casa grande, bem espaçosa, de dois andares bem aqui no Cantão. Ali ó! Então eu fiz 3 apartamentos no primeiro andar e estou alugando. (...) O aluguel é R\$ 1000. Tem um compadre que disse que eu tinha que aumentar, mas não vou fazer isso não. Também não quero explorar ninguém não, sabe como é? As pessoas moram porque precisam. Mas hoje eu tenho uma rendinha que me deixa tranquilo” (Entrevistado 33, 73 anos).

“Aquele coroa sentado ali, tá vendendo? Ele tem duas casas (eu acho que são só duas) que ele botou umas 20 beliches pra alugar vaga. Cobra R\$ 100 por cada vaga. E tá tudo cheio!” (Entrevistado 11, 42 anos).

Apesar dessas novas possibilidades de geração ou de extração de renda, os moradores muitas vezes sentem-se incomodados com o uso de espaços públicos no interior do Santa Marta para atividades voltadas às pessoas que têm origem nas classes abastadas. Segundo eles, são cada vez mais comuns os eventos que, apesar de sediados em espaços onde tradicionalmente era promovido o convívio comunitário e celebrações voltadas para a população residente, excluem os moradores, principalmente pelos preços cobrados pela entrada e itens de consumo e voltam-se apenas para jovens filhos das classes privilegiadas. Enquanto isso, a própria UPP exerce cada vez mais seu poder coercitivo na direção de restringir os eventos voltados para os jovens moradores.

“O pessoal de fora tomou a quadra da comunidade. A quadra é muito alugada por pessoas que tem mais condição. Quase todo fim de semana tem evento na quadra e é mais frequentado por, vamos dizer assim, playboy, patricinha... muito mais que gente da comunidade. Até tem uma arena que faz choppadas, mas é difícil. Tem que ter autorização do Capitão” (Entrevistado 8, 33 anos).

“Hoje tem festa aqui no morro. Vem muito jovem de classe média/alta, invade o morro, se diverte e vai embora. Isso está sendo corriqueiro. A

entrada dessas festas é de R\$ 50,00 pra cima. (...) R\$ 50,00 não é pra morador. (...) Quem promove eu não sei. Se é na quadra, o pessoal de lá e da Associação de Moradores deve conhecer o projeto. Quem ganha dinheiro com isso, eu não sei. Alguém está ganhando dinheiro, mas se isso traz benefício coletivo, a gente também está querendo saber” (Entrevistado 2, 32 anos).

CONCLUSÕES

O Capítulo 1 iniciou-se com a apresentação de como a gentrificação é um conceito controverso e como enquanto alguns autores tenderam a negar sua existência, outros o denominaram mera exceção à regra e ainda outros tenderam a considerá-la um mal necessário, dado a necessidade de renovação urbana e à possibilidade de geração de renda a ela relacionada.

No entanto, como procurou-se argumentar na seção 1.2, a emergência da Economia Política Neoliberal redefiniu o papel do Estado não na direção de uma redução do mesmo, mas em uma nova modalidade de intervenção que passa agir no sentido de facilitação aos negócios e de uma postura de parceria em relação ao Capital. Em oposição ao administrativismo relacionado ao Estado provedor de serviços da Cidade Keynesiana, emerge em escala global a um Estado empreendedor sob o comando de ditos gestores (e não de políticos) que vêem a Cidade Neoliberal como uma empresa inserida em um jogo de concorrência interurbana. Esta exerce uma força coercitiva no lidar com a coisa pública e, em particular, com os processos de construção do espaço. O estabelecimento de Parcerias Público-Privadas passa a ser a mola mestra do desenvolvimento urbano e a flexibilização dos controles de uso do espaço passam a ser um imperativo necessário à viabilização das novas iniciativas para o desenvolvimento econômico.

Se também houveram mecanismos institucionais nos países avançados que facilitaram a expansão da governança urbana empreendedora, as classes poderosas do Rio de Janeiro, abraçaram o projeto (fracassado) de transformar a Cidade em um centro do Terciário Avançado e, através de uma metodologia que buscava o consenso e que na realidade relegava à participação popular apenas à validação do mesmo, conseguiram a flexibilização da legislação que restringia o uso do solo e concretizaram, de fato, o poderio do Capital Imobiliário que, por definição, não concorria internacionalmente.

A Cidade Olímpica (ou dos megaeventos esportivos) é a concretização desse projeto, visível não só nas intervenções urbanas viabilizadas por meio de PPPs. As remoções de comunidades inteiras, ou de parcelas de comunidades carentes, antigas

conhecidas da historiografia da Cidade do Rio de Janeiro, voltaram a fazer parte do cotidiano da urbanização carioca. A política de segurança das UPPs, que, conforme visto no Capítulo 4, agiram não somente no reestabelecimento do controle do Estado. O discurso dos moradores revelam indícios de mudanças na ordem simbólica do território.

Na sessão 2.1, recuperou-se a trajetória do pensamento produzido a respeito do espaço favela, denominado ao longo do trabalho por diversos outros termos, de aglomerados subnormais, assentamentos precários informais e, o mais recentemente incorporado aos discursos popular, midiático e governamental, comunidade. Argumentou-se que a academia tendeu nos últimos períodos da produção a esvaziar a validade da luta de classes como categoria de análise pertinente, lançando mão da irrelevância contemporânea da categoria de proletariado.

Esta teria se dado a partir da redução do papel da indústria e o deslocamento das atividades produtivas em direção ao setor terciário, contemporaneamente dividido na porção do terciário avançado, ligado aos serviços que exigem alta qualificação individual, e do terciário precário, aquele relacionado aos serviços prestados pela população de baixa qualificação. Na avaliação da maioria dos autores que trata da problemática relacionada ao espaço favela, o que torna-se relevante na contemporaneidade é o foco na exclusão social e nas perspectivas de inclusão dessas camadas desprivilegiadas da população.

Mas o próprio deslocamento de conteúdo das atividades produtivas não deveria trazer consigo também a redefinição do conceito de proletariado? Se o trabalhador das atividades manufatureiras e agrícolas gera valor, porque não o trabalhador das atividades de transporte, dos serviços domésticos, dos serviços de alimentação, enfim, todos os trabalhadores que permitem o funcionamento das cidades de nossos tempos?

Assim, na sessão 2.2 procurou-se uma caracterização dos seus espaços de morada: aqueles que os restaram a partir das condições precárias de transporte e da ausência de moradia adequada e acessível nas regiões próximas ao mercado de trabalho potencial, ou seja, aquele ligado aos serviços prestados às camadas privilegiadas, frente à ausência desta oferta pela produção formal de habitação.

Argumentou-se no Capítulo 3, a existência de um mercado de habitação informal e procurou-se mostrar suas regras de operação, bem como a existência de uma racionalidade de mercado do ponto de vista dos consumidores e produtores. Esta

racionalidade é ligada não apenas à localização nas proximidades dos empregos que restam à estas parcelas da população, mas ao ambiente de liberdade urbanística, liberdade construtiva, que permite a adaptação da moradia aos ciclos de vida das famílias, e à existência de economias de reciprocidade, que permitem algum consumo pelos mais carentes que só seria possível por meio de uma renda que não é disponível.

A escolha do Santa Marta como local a ser realizado o estudo de campo deste trabalho se deveu, principalmente, ao fato a ter ali ocorrido a instalação da primeira UPP, mas também devido a exposição midiática que esta favela teve a partir das disputas do narcotráfico pelos pontos de venda de entorpecentes, deslizamentos de terra e da implementação de políticas de urbanização, sendo a mais conhecida delas a construção do elevador em plano inclinado, apelidado pelos moradores de “bondinho”. Essa exposição midiática teve ainda um incentivo especial a partir da gravação de um clip do astro pop Michael Jackson, sob a direção do Cineasta Spike Lee e alguns outros episódios, como a visita da artista pop Madonna. O Santa Marta, assim ganhou exposição internacional. Tal exposição para a cidade e para o mundo consolidou o papel do Santa Marta como uma vitrine da política de segurança e da ação do Estado nas favelas como um todo.

Um pequeno exame da história da comunidade procurou demonstrar, no entanto, que a sociedade civil, por exemplo ligada à ação da Igreja Católica, sempre esteve presente (ainda que possa se argumentar que houve um aumento do interesse da mesma em relação à comunidade com a instalação da UPP). Também ali formou-se uma representação política dos interesses da comunidade que soube se organizar em torno de demandas pela prestação de serviços de consumo coletivo e individual. Era uma favela, portanto, que mostrava-se um lugar estratégico para implementação da UPP em caráter experimental, tanto pela penetrabilidade da sociedade civil, quanto por permitir o teste dos limites de diálogo entre o poder público e os moradores, assim como a facilidade de a partir dela agir no sentido de um City Marketing que mostra uma cidade segura aos megaeventos. Se, conforme argumentou-se no Capítulo 1, a construção de uma imagem que atraísse turismo e investimentos é fundamental no jogo da concorrência interurbana, o Santa Marta é estratégico a esses objetivos.

Tanto a UPP como o Bondinho foram determinantes para que a área passasse a ser frequentada por pessoas de fora. Isso teve como consequência, em primeiro lugar, o florescimento das atividades turísticas. O turismo teve como consequência direta o

florescimento das atividades comerciais. Assim, permitiu-se o incentivo à legalização comercial e a concessão de microcrédito entre outras alternativas com foco no empreendedorismo individual (e coletivo) como forma de geração de renda.

Novas iniciativas da sociedade civil, principalmente nas figuras de entidades como o SESC e a FIRJAN passaram a agir. Houve, por exemplo, o surgimento de cursos gratuitos visando a qualificação profissional. No entanto, essa qualificação profissional, não se traduziu no sentido de uma mudança na inserção dos moradores no mercado de trabalho. Segundo os próprios, tais cursos continuam voltados à profissões ligadas aos serviços que normalmente são exercidos por eles, ou seja, à prestação de serviços subalternos e de baixo salário.

Não obstante, a atenção dada ao Santa Marta pelo Estado se traduz também na implementação de um posto da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura que, entre suas ações, impede novas construções e regula melhorias nas casas. Restringe-se a confecção do que é popularmente conhecido como “puxadinhos”, ou seja, adendos à construção original que a adaptam aos ciclos de vida das famílias. São estabelecidas, portanto, restrições à liberdade construtiva que o presente trabalho argumentou como sendo uma das fontes de racionalidade no morar em favela.

Entre as alternativas que surgiram para a geração de renda no interior da comunidade, além daquelas ligadas ao empreendedorismo diretamente relacionado à atividade turística, e os postos de trabalho ligados aos novos serviços públicos, os moradores também apontaram para um florescimento do mercado de aluguel, a partir de um grande aumento na demanda por habitação somada a própria característica de consolidação da comunidade. O Censo 2010 mostrou que a condição de ocupação do domicílio pelo aluguel era ainda pouco presente no Santa Marta, mas os moradores insistiram em um grande aumento na demanda por habitação no local e um crescente mercado de aluguel informal.

Trata-se de uma favela consolidada, com grande densidade de construções no espaço. Mesmo onde ainda há espaço algum espaço remanescente, no caso, na região conhecida como Pico, as possibilidades de expansão são pequenas, em primeiro lugar pela ação da Secretaria de Urbanismo já mencionada, em segundo lugar pela ameaça de remoção da população que ali se encontra. A oferta de aluguel, portanto, se dá com o desmembramento das construções existentes, o que pode levar à uma nova onda de

precarização das moradias e ao surgimento de novas oportunidades de exploração dos mais pobres pelos pobres. No entanto, os moradores afirmam que cada vez mais são comuns estrangeiros que alugam habitações e mesmo quartos na comunidade.

Pode-se argumentar que há um processo de gentrificação no Santa Marta? Por um lado, vê-se um novo uso do espaço voltado para as atividades turísticas. O espaço de morada passou a ser também espaço de visita dos moradores vizinhos e de turistas nacionais e estrangeiros. Ainda que isso gere renda a um certo número de moradores, isso é restrito a um grupo seleto deles: os que conseguiram se adaptar a prestação de serviços ligados ao turismo ou os possuidores de pequenos estabelecimentos comerciais que conseguiram adaptá-los às exigências dos novos potenciais consumidores.

A paisagem noturna da comunidade passou a ser preenchida por um novo público visitante atraído pela singularidade do ambiente e pela vista exuberante da cidade. Também foi apontado pelos moradores que espaços de convívio anteriormente de uso exclusivo da comunidade passaram a ser utilizados para a promoção de eventos voltados às classes abastadas vizinhas com cobrança de ingressos que não condizem com a renda da maioria dos habitantes.

Por outro lado, conforme visto no Capítulo 2, o Censo 2010 revelou a presença de desigualdade de renda, que pode ser apreendida tanto pela variação na renda média dos domicílios observada entre os diferentes setores censitários, como pelos grandes coeficientes de variação da renda média de cada um deles. Ou seja, se existem novas possibilidades de geração de renda para uma minoria da população, há também uma parcela (talvez não uma minoria) que a partir do aumento nos custos de vida impostos a todos, tendo em vista as rendas médias mensais domiciliares baixas em comparação a outros segmentos da cidade, sofrem com a redução da qualidade de vida, da segurança alimentar e, por que não, pode ocorrer a expulsão branca destes moradores mais fragilizados.

Assim, pode-se argumentar que a Favela Vitrine ou a Favela Visível traga com ela um novo processo de gentrificação diferente da Gentrificação Original verificada nas porções centrais de Manhattan, da Brownfield Gentrification das margens do Rio Tâmisa ou da Gentrificação Turística verificada no French Quarter de Nova Orleans, mas uma a partir do turismo jovem de albergues e dos novos usos relacionados às classes abastadas destes territórios que teriam sido devolvidos à sociedade.

Deve-se ter bastante claro, no entanto, que este trabalho consiste em uma primeira aproximação a um fenômeno ainda em formação e que a política de segurança das UPPs é ainda muito recente para que se estabeleça aqui conclusões fechadas. Mais do que isso, abre-se um campo de estudo, que pode estabelecer-se sob os mais variados enfoques teóricos.

Cabe, por exemplo, partindo dos dados relativos à amostra do Censo 2010, um estudo mais detalhado das ocupações dos moradores de favelas que coincidem com áreas de ponderação. Isso permitiria um maior detalhamento de como os moradores desses espaços se inserem na dinâmica da cidade.

Pode-se também partir para um exame quanto ao florescimento da atividade turística ligada a outras áreas, como por exemplo o Vidigal e a Babilônia/Chapéu Mangueira, onde já foram instalados albergues e pousadas e o turismo jovem focado na singularidade do espaço favela já é mais estabelecido.

Há também a possibilidade de se acompanhar por um período mais longo de tempo o próprio Santa Marta e entender se as mudanças iniciadas a partir da UPP se consolidarão ao longo dos anos, examinando conversões no espaço construído, a atividade turística, comercial, assim como o comportamento do mercado de aluguel.

REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. *Favela e mercado informal*. Porto Alegre: ANTAC, 2009.

_____. *Mercado e ordem urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In, ABRAMO, P. (Org.) *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003. p. 189-223

ABREU, M. A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ªed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ATKINSON, R. Introduction: Misunderstood Savior or Vengeful Wrecker? The Many Meanings and Problems of Gentrification. *Urban Studies*, 40(12), 2343-2350. (2003).

BARCELLOS, C. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BELTRAME, J. M. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 28 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=dIVwjS1DaH0>

BURGOS, M. Cidade, Territórios e Cidadania. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.48, n.1. 2005.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Unchs/Taurus, 1997.

BOSTIC, R. W., & MARTIN, R. W. (2003). Black Home-owners as a Gentrifying Force? Neighborhood Dynamics in the Context of Minority Home-ownership. *Urban Studies*, 40(12), 2427-2449.

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.220 de 4 de setembro de 2001.

CASTELLS, M. *The informational city: information technology, economic restructuring and the urban-regional process*. Oxford: Blackwell Publishers, 2011.

CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Parte I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALIERI, F.; OLIVEIRA, S. (2006). *A melhoria das condições de vida dos habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: uma avaliação preliminar da meta 11 dos Objetivos do Milênio*. Coleção de Estudos da Cidade, Rio de Janeiro, IPP, n. 234, p. 1-28. Disponível em http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1762_restudos%20234%20pesquisa%20aponta%20melhorias%20nas%20favelas%20do%20rio.PDF Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

CEBRAP/CEM/MC. (2007). *Aplicação de Geoprocessamento para a Política de Habitação em Assentamentos Precários*. Relatório disponível em <http://www.cidades.gov.br/>

CLARK, D. *Introdução à geografia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas. *MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2012.
<http://www.agb.org.br/documentos/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DAVIS, M. *Planet of slums*. New York: Verso, 2007.

DEBORD, G. *Society of the spectacle*. Detroit: Black & Red, 1983.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010

ENGELS, F.; MARX, K. *The Communist Manifesto*. New York: Batam Books, 1992.

FORN, M. de. *Barcelona: Estrategias de Transformación Urbana y Economica*. Barcelona: 1993. (Mimiogr.).

FREEMAN, L. (2005). Displacement or Succession? Residential Mobility in Gentrifying Neighborhoods. *Urban Affairs Review*, 40(4), 463-491.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GOTHAM, K. *Tourism Gentrification: The Case of New Orleans' Vieux Carre (French Quarter)*. *Urban Studies*, vol 42. 1099-1121. New York: Routledge, 2005.

HACKWORTH, J. *The neoliberal city: governance, ideology, and development in American urbanism*. Ithaca: Cornell University Press, 2007. 225p.

HARVEY, D. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012.

_____. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. *The enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. *The limits to capital*. Oxford: Blackwell Publisher, 1982.

_____. *The Urban Experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

_____. *Social justice and the city*. Rev. ed. Athens: The University of Georgia Press, 2009.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *A produção capitalista do estado*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Spaces of hope*. Berkeley: University of California Press, 2000.

_____. *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishing, 1990.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003. 141p.

KEATING, L. (2000). Redeveloping Public Housing: Relearning Urban Renewal's Lessons. *Journal of the American Planning Association*, 66(4), 384-397.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Volume I*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

NAPOLITANO, G. Imóveis: O Brasil na elite mundial. *Exame*, São Paulo, v. 44, n. 12, p. 24-41, 13 de junho de 2010.

OLIVEIRA, J. S., AJARA, C., LA CHROIX, L. Impactos da reestruturação econômica nas favelas cariocas: trajetórias e paradigmas. In: *A ENCE aos 50 Anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

OLIVEIRA, J. S. et al. Notas sobre a inserção socioeconômica de moradores da favela. In: ABRAMO, P. (Org.) *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003. p. 237-264

OFFE, C. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. A desigualdade entre os pobres - favela, favelas. In: Henriques, R. (Org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p.459-485.

RIBEIRO, L. C. Q. (Coord.) et al. *Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática*. [S. l.] Observatório das Metrôpoles, 2008. Relatório da Pesquisa Dimensão socioespacial da Exclusão/Integração nas metrôpoles: Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

_____. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In Rassi Neto, Elias e Cláudia Maria Bógus (orgs.). *Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. p. 155-179.

_____; LAGO, L. C. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, n. 15, p. 144 – 154. 2001.

RÉRAT, S.; SÖDERSTRÖM, O.; PIGUET, E. New forms of Gentrification: Issues and Debates. *Population, Sapce and Place*, Nova Iorque: Wiley, n. 16, p. 335 – 343. 2009.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo : Nova Cultural, 1988. Coleção "Os Economistas."

ROCHA, A. *Cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2012.

ROFE, M. W. (2003). "I want to be Global": Theorizing the Gentrifying Class as an Emergent Elite Global Community. *Urban Studies*, 40(12), 2511-2526.

ROSA, T. T. *Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. In Encontro Anual da ANPOCS, 33, setembro 2009. Caxambu, MG.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ed. São Paulo: USP, 2008.

SAUNDERS, D. *Arrival city: the final migration and our next world*. Toronto: Alfred A. Knopf Canada, 2010.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo : Nova Cultural, 1988. Coleção "Os Economistas."

SMITH, N. *The New Urban Frontier: gentrification and the revanchist city*. New York: Routledge, 1996.

_____. *Uneven development: nature, capital, and the production of space*. Athens: The University of Georgia Press, 2008.

SOUZA, M. L. de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STUDART, G. *Rio botequim 2012: 50 novíssimos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

VAINER, C. Entrevista concedida ao Programa Juca Entrevista. São Paulo: 01 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ZKDRaZXajlg>

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, 1995. (Mimeogr.).

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. *Rev. Bras. Ci. Soc.* 2000, vol.15, n.44, p. 05-34. <disponível em> Acesso: novembro 2009.

_____. *A Invenção da Favela: Do Mito de Origem à Favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Social Science Representations of Favelas in Rio de Janeiro: A Historical Perspective. *Lanic Etext Collection*, 2008. Disponível em <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/valladares.pdf>>. Acesso: novembro 2009.

<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/valladares.pdf> . Acesso: novembro 2009.

VAN CRIEKINGEN, M., & DECROLY, J. (2003). Revisiting the Diversity of Gentrification: Neighborhood Renewal Processes in Brussels and Montreal. *Urban Studies*, 40(12), 2451-2468.

VAN CRIEKINGEN, M., & FLEURY, A. (2006). La ville branchée: Gentrification et dynamiques commerciales à Paris et à Bruxelles. *Belgeo*, 1/2: 57.

ZUKIN, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Cambridge, MA: Blackwell.

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1 – Nome, Idade, Sexo, local de residência (mostrar mapa). Como você se refere ao local de residência? Escolaridade? Renda? Faixa de salários mínimos?

2 – Há quanto tempo reside neste local?

3 – Sempre morou na mesma casa? Se não, onde morava antes?

4 – Paga aluguel? Isso variou ao longo do tempo? Qualificar...

5 – Se não, quando e como comprou seu imóvel?

6 – Quais são as regiões mais e menos valorizadas do morro? Tentar relacionar com os setores censitários.

7 – Quais foram os projetos de Governo que mudaram as condições de vida e, em particular, o preço dos imóveis no morro. Explicitar.

8 – A geografia do preço do imóvel sempre foi a mesma, ou sofreu alguma alteração com a implementação da UPP? Explicar melhor a questão.

9 – Qual era o preço da sua casa, ou do aluguel da sua casa, antes da instalação da UPP?

10 – E depois?

11 – Quais foram as alterações no custo de vida, depois da implementação da UPP?

12 – Você considera que algumas pessoas não poderão arcar com os novos custos, como o de luz, água, etc?

13 – Você conhece alguma pessoa ou família que se mudou (saiu) do Santa Marta antes da UPP?

14 - E depois da UPP?

15 - Você conhece alguma pessoa ou família que se mudou (chegou) para o Santa Marta antes da UPP?

16 - E depois da UPP?

17 – Há perspectivas de legalização, ou concessão de título de propriedade dos imóveis?

18 – Na sua opinião, com a legalização fundiária ou imobiliária, mais pessoas deixarão o morro?

19 – A UPP representou mudança nos seus hábitos? Quais foram elas?

20 – O que você considera que mudou em relação a percepção externa em relação ao seu local de moradia? Emprego, compras? Etc...

21 – A sua vida mudou com a chegada da UPP?

22 – Mudou para pior ou para melhor?

23 – Pretende mudar de local de residência? Para onde? Por que?

24 – A UPP trouxe com ela novas atividades (culturais, saúde preventiva, etc?)?

25 – A UPP trouxe com ela novas atividades econômicas? Quais foram elas?

26 – Além do turismo, que novos personagens passaram a circular pelo morro?

27 – O que é único do Santa Marta? Que só tem aqui?

28 – Mudanças na inserção no mercado de trabalho? Deslocamento?

29 – Com a chegada da UPP mudou o seu acesso a Educação, Saúde, Atividades Culturais, políticas de Trabalho e Renda, etc...?

30 – Além de tudo que eu perguntei? Alguma outra mudança foi percebida?